

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO
TERRITÓRIO



RENATA GENIANY DA SILVA COSTA

UBERLÂNDIA /MG

2011

RENATA GENIANY DA SILVA COSTA

VALORES, ATITUDES E SIMBOLISMOS: Estudo da Percepção dos
Frequentadores do Parque Mariano Procópio, Juiz de Fora, MG

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território

Linha de Pesquisa: Planejamento e Gestão do Espaço Urbano e Rural

Orientadora: Prof. Dr^a. Marlene Teresinha de Muno Colesanti

Uberlândia/MG

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

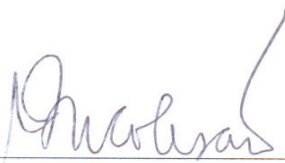
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia

RENATA GENIANY DA SILVA COSTA

**VALORES, ATITUDES E SIMBOLISMOS: Estudo da Percepção dos
Frequentadores do Parque Mariano Procópio, Juiz de fora, MG**



Prof(a). Dr(a). Marlene T. de Muno Colesanti (Orientadora) - UFU



Prof(a) Dr(a). Cássia de Castro Martins Ferreira - UFJF



Prof(a). Dr(a). Beatriz Ribeiro Soares - UFU

Data: 04 / 04 de 2011

Resultado: Aprovada com Louvor

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

C837v Costa, Renata Geniany da Silva, 1985-
Valores, atitudes e simbolismos [manuscrito]: estudo da percepção dos frequentadores do Parque Mariano Procópio, Juiz de Fora, MG / Renata Geniany da Silva Costa. - 2011.
190 f.: il.

Orientador: Marlene Teresinha de Muno Colesanti.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia ambiental – Juiz de Fora (MG) - Teses. 2. Cultura - Aspectos sociais - Juiz de Fora (MG) - Teses. 3. Parque Mariano Procópio (Juiz de Fora, MG) – Teses. I. Colesanti, Marlene Teresinha de Muno. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 911.9:504 (815.1)

À minha querida avó Maria (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Tantos foram os que fizeram esse momento possível. Agradeço a todos, de coração. E peço desculpas se, por ventura, a memória me falhar neste momento.

Agradeço primeiramente a **Deus**, que me deu força em todos os momentos difíceis da minha vida. Que me fez acreditar na minha capacidade e seguir em frente.

À estimada orientadora, **Marlene Teresinha de Muno Colesanti**, que ao aceitar o meu trabalho, tornou este momento de superação, felicidade e alegria uma realidade. Agradeço-lhe também pela paciência e compreensão. Estou certa de que cresci muito como profissional e como pessoa sob a sua orientação. À você, meu muito obrigada!

À amiga **Valéria Trevizani Burla de Aguiar** por ter dado o apoio necessário e os primeiros incentivos no desenvolvimento deste trabalho. Sua grande contribuição tornou este trabalho possível. Obrigada.

Ao professor e amigo **Francisco de Assis P. Mazetto** pelas contribuições dadas a este trabalho em nossas conversas e pelas palavras de força nos momentos difíceis.

À professora e amiga **Maria Aparecida A. Gonçalves** pelas palavras certas nos momentos certos, que me fizeram refletir e chegar até aqui. Obrigada.

Aos **professores** das disciplinas cursadas no Programa de Pós- Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, que contribuíram com bibliografias importantes para este trabalho.

À **Dilza e Cynara** secretarias do Programa de Pós-Graduação, pela grande paciência e competência.

Aos estimados amigos que tive na minha passagem em Uberlândia. Gostaria de deixar um abraço em especial para o **Marcus, a Adairlei, o Geraldo (Gera), a Luana e a Ângela (Anginha)**, pelos momentos que dividimos nesta caminhada.

Aos amigos de sempre que deram sua contribuição única ao se mostrarem presentes. A você, **Tânia**, um forte abraço pela participação nos momentos de maior alegria. Obrigada.

Aos meus pais **Mauro e Leonides** que contribuíram para que este e tantos outros sonhos se tornassem realidade. Amo vocês.

Ao meu marido **Rodrigo** pelo amor, carinho, dedicação e paciência em não cobrar todos os momentos em que passei mais tempo me dedicando à minha pesquisa do que a nós.

Ao meu querido e amado irmão **Renan**, luz dos meus dias.

À chefe do Departamento de Planejamento e Manejo do Parque Mariano Procópio, **Maria das Graças Sarmiento Duarte**, pelas informações e contribuições feitas a este trabalho, sem as quais esta pesquisa não seria possível. Obrigada.

Aos **funcionários do parque**. Obrigada pelas conversas e informações dadas espontaneamente.

A todos aqueles que foram **entrevistados**. Vocês deram a maior contribuição, tornando esta pesquisa possível. Muito obrigada por dividirem comigo e com este trabalho parte de suas vidas e suas opiniões.

Em especial, agradeço às professoras **Dr^a Beatriz Ribeiro Soares e Dr^a Gelze Serrat de Souza Campos Rodrigues** pela participação no exame de qualificação e as preciosas sugestões dadas ao trabalho.

À banca de defesa **Dr^a Beatriz Ribeiro Soares e Dr^a Cássia de Castro M. Ferreira** por aceitarem prontamente a participar da avaliação deste trabalho. Peço licença a Beatriz, para fazer uma dedicação toda especial a Cássia, professora e amiga, que desde a graduação contribuiu com seu apoio e amizade. Seus exemplos foram muito importantes na minha caminhada até aqui.

Ao curso de **Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia** por fornecer a oportunidade e as bases necessárias ao desenvolvimento deste trabalho.

Ao **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico** (CNPQ),
cujo fornecimento da bolsa de pesquisa permitiu grande dedicação a este trabalho.

Se as portas da percepção fossem limpas, tudo
pareceria ao homem tal como é, infinito.

Campbell, 1991.

VALORES, ATITUDES E SIMBOLISMOS: Estudo da Percepção dos Frequentadores do Parque Mariano Procópio, Juiz de Fora, MG

RESUMO

São cada vez mais crescentes os estudos que buscam compreender a relação entre o ambiente e os seres humanos. A percepção ambiental apresenta uma consistente base para a compreensão da inter-relação homem e meio. Por esse motivo, a percepção ambiental permeia toda a base teórica deste trabalho, que teve como objetivo geral compreender a relação que se estabelece entre as pessoas no seu cotidiano e o Parque Mariano Procópio em Juiz de Fora-MG a partir de um estudo da percepção dos frequentadores. Entendemos que motivações e satisfações estão intimamente ligadas à relação que se estabelece entre o sujeito e estes espaços. Logo, esses espaços precisam ser planejados considerando-se aspectos subjetivos da escolha e uso na perspectiva da experiência dos sujeitos que os frequentam. Para investigação desses aspectos subjetivos da experiência do sujeito com o Parque Mariano Procópio utilizamos o referencial teórico pautado na geografia Cultural-Humanista e nos trabalhos do geógrafo Yi-Fu Tuan. Essa corrente de pensamento orientou a investigação qualitativa na compreensão e análise dos objetivos deste trabalho. Para a investigação pretendida, optamos pela metodologia de *interrogation* sugerida por Anne Whyte, cuja técnica adotada foi a entrevista. As entrevistas foram aplicadas aos sujeitos frequentadores no interior do Parque Mariano Procópio e forneceram informações relevantes para o planejamento de espaços públicos como parques. Os resultados foram estruturados a partir da análise de discurso, considerando que os usos, motivações, simbolismos, atitudes e percepções são orientados por valores ligados a um discurso sócio-histórico-espacial. Em nossa análise, percebemos uma íntima relação dos frequentadores com o parque que, em função, principalmente, de sua infra-estrutura e seu jardim, traz satisfação aos frequentadores e oferece um local diferenciado para o lazer e a recreação.

Palavras-chave: Percepção Ambiental, Experiência, Valores, Geografia Cultural - Humanista, Parques Urbanos.

VALUES, ATTITUDES AND SYMBOLS: Study of Perception of Mariano Procópio Park's Regular Visitor, Juiz de Fora, MG

ABSTRACT

The number of studies that seek to understand the relationship between environment and humans are increasingly growing. The environmental perception presents a consistent basis for understanding the inter-relationship between man and environment. For this reason the environmental perception permeates all the entire theoretical basis which this study aimed to: understand the relationship established between people in their daily lives and Mariano Procópio Park in Juiz de Fora-MG, from a study of perceptions of goers. We understand that motives and satisfactions are closely linked to the relationship established between the subject and these spaces. Thus, these spaces need to be planned considering the subjective aspects of choice and use looking at the experience of individuals who attend it. To investigate these subjective aspects of the subject's experience with the Mariano Procópio Park we used the theoretical framework guided by the Cultural-Humanistic geography and the work of geographer Yi-Fu Tuan. This chain of thought has guided the qualitative research on understanding and analysis of the goals of this work. For investigation we chose the desired interrogation methodology suggested by Anne Whyte, whose technique used was the interview. The interviews were administered to subjects within the Mariano Procópio park's goers and provided information relevant about the planning of public spaces such as parks. The results were structured from the analysis of discourse, whereas the uses, motivations, symbols, attitudes and perceptions, are guided by values associated with a space-socio-historical discourse. In our analysis, we see a close relationship with the aders of the park, which mainly because of its infrastructure and its garden, brings pleasure to visitors and offers a distinctive place for leisure and recreation.

Key words: Environmental Perception, Experience, Values, Humanistic Cultural Geography, Urban Parks.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Relação entre Emoção e Pensamento através da Experiência Humana ...	39
FIGURA 2	Processo de Percepção: da Realidade à Ação	57
FIGURA 3	Relação entre a Cidade e o Selvagem segundo o Nível de Interferência Antrópica, constituída no Ideário Humano	69
FIGURA 4	Infraestrutura do Parque Mariano Procópio.....	93
FIGURA 5	Placa de Identificação de espécie exótica no Parque Mariano Procópio.....	94
FIGURA 6	Placa de Identificação de espécie nativa da Mata Atlântica no Parque Mariano Procópio.....	95
FIGURA 7	Árvore de Pau-Brasil no Parque Mariano Procópio, espécie da Mata Atlântica ameaçada de extinção.....	96
FIGURA 8	Animais presentes no Parque Mariano Procópio.....	97
FIGURA 9	Cisne: animal escolhido como mascote do Parque Mariano Procópio.....	98
FIGURA 10	Área destinada originalmente ao jardim da residência de Mariano Procópio (1872).....	99
FIGURA 11	Jardim da casa de Mariano Procópio Ferreira Lage (1861).....	100
FIGURA 12	Área vegetada do Parque Mariano Procópio.....	101
FIGURA 13	Metodologias de Pesquisa em percepção Ambiental e a Concentração do uso em pesquisas.....	109
FIGURA 14	Roteiro Metodológico aplicado para atingir o objetivo da Pesquisa.....	113
FIGURA 15	Planta de piso da área do Parque e Museu Mariano Procópio.....	119
FIGURA 16	Modelo de crachá utilizado pela pesquisadora nas atividades em campo no interior do Parque Mariano Procópio.....	122
FIGURA 17	Área Utilizada para Caminhadas no Interior do Parque Mariano Procópio.....	139
FIGURA 18	Área Destinada à Recreação Infantil – Parque Infantil 1.....	140
FIGURA 19	Área destinada à Recreação Infantil – Parque Infantil 2.....	140
FIGURA 20	Parque Mariano Procópio: veículos estacionados	148

FIGURA 21	Grades que separam o parque da rua Mariano Procópio.....	158
FIGURA 22	Ancoradouro e o pedalinho com cisne, o símbolo do parque.....	166
FIGURA 23	Jardins simétricos, Parque Mariano Procópio.....	167
FIGURA 24	As Áreas Verdes tratadas sob o aspecto Objetivo e Subjetivo	175

LISTA DE MAPAS

MAPA 1	Parques da cidade – Juiz de Fora, MG.....	86
MAPA 2	Localização do Parque Mariano Procópio no Estado de Minas Gerais	89
MAPA 3	Principais Vias de Acesso ao Parque Mariano Procópio na Zona Urbana de Juiz de Fora – MG	90
MAPA 4	Bairro de origem dos sujeitos entrevistados.....	135

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Tipos Motivacionais de Valores Universais	54
Quadro 2	Diferenças entre a Aplicação da Análise de Conteúdo e Análise de Discurso	128
Quadro 3	Dados de IAV, População e Renda do Chefe da Família dos bairros nos quais Residem os Sujeitos da Pesquisa.....	134

SUMÁRIO

RESUMO.....	10
LISTA DE FIGURAS	12
LISTA DE MAPAS.....	14
LISTA DE QUADROS	15
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	18
1.1. TUDO TEM UM COMEÇO.....	18
1.2. OBJETIVO GERAL	23
1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	23
CAPÍTULO 2 – REFERENCIAIS TEÓRICOS.....	25
2.1. A PERCEPÇÃO NA GEOGRAFIA E A PERSPECTIVA HUMANÍSTA	25
2.1.1. <i>A Percepção na Geografia</i>	<i>26</i>
2.1.2. <i>Humanismo na Geografia: o caminho para a Geografia Humanista</i>	<i>30</i>
2.1.3. <i>Apropriação da fenomenologia: princípio ou método?</i>	<i>35</i>
2.1.4. <i>Experiência como conceito-chave nos estudos da Percepção</i>	<i>38</i>
2.1.5. <i>A Paisagem Tratada sob a Perspectiva Cultural - Humanista.....</i>	<i>41</i>
2.2. PERCEPÇÃO AMBIENTAL	46
2.2.1. <i>Tuan e a Percepção Ambiental</i>	<i>47</i>
2.2.2. <i>Valores Humanos</i>	<i>52</i>
2.2.3. <i>Processo da Percepção: da realidade percebida à ação sobre o espaço.....</i>	<i>55</i>
2.2.4. <i>Topofilia</i>	<i>63</i>
2.3. PARQUES E JARDINS	66
2.3.1. <i>Ambiente Natural</i>	<i>66</i>
2.3.2. <i>Uma Mudança de Atitude</i>	<i>68</i>
2.3.3. <i>Imagem do Paraíso: Jardim</i>	<i>72</i>
2.3.4. <i>Busca pela Recreação e o Lazer: Parque Urbano.....</i>	<i>77</i>

CAPÍTULO 3 – PARQUE MARIANO PROCÓPIO EM JUIZ DE FORA – MG	83
3.1. PARQUE MARIANO PROCÓPIO: UM JARDIM HISTÓRICO	83
3.1.1. <i>Escolha e Caracterização do Parque Mariano Procópio</i>	84
3.1.2. <i>Conhecendo o Parque Mariano Procópio</i>	88
3.1.3. <i>Um pouco de História</i>	98
CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA.....	104
4.1. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	104
4.1.1. <i>A Pesquisa Qualitativa</i>	104
4.1.2. <i>Estruturação da Entrevista e Critérios de Escolha</i>	114
4.1.3. <i>Aplicação do Trabalho em Campo</i>	118
4.1.4 <i>Procedimentos de Tratamento, Interpretação e Confiabilidade das</i> <i>Informações</i>	126
4.1.5. <i>Os Sujeitos da Pesquisa</i>	133
CAPÍTULO 5 – VALORES, ATITUDES E SIMBOLISMOS ATRIBUÍDOS AO PARQUE MARIANO PROCÓPIO EM JUIZ DE FORA – MG	137
5.1.USOS E MOTIVAÇÕES QUE LEVAM AS PESSOAS A FREQUENTAREM	
ÁREAS VERDES COMO O PARQUE MARIANO PROCÓPIO	137
5.2. VALORES, MANIFESTAÇÕES TOPOFÍLICAS E SIMBOLISMOS	
VINCULADOS AO USO DO PARQUE PELOS FREQUENTADORES	151
5.3. PERCEPÇÃO E ATITUDES AMBIENTAIS DOS FREQUENTADORES EM	
RELAÇÃO AO PARQUE MARIANO PROCÓPIO	163
CAPÍTULO 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
CAPÍTULO 7 – REFERÊNCIAS	179
ANEXOS	187
ANEXO 1: MODELO DO ROTEIRO DA ENTREVISTA	188
ANEXO 2: PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISAS.....	189
ANEXO 3: MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO	
(TCLE)	190

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1.1. TUDO TEM UM COMEÇO...

A ideia da realização deste trabalho sobre a percepção ambiental no Parque Mariano Procópio nasceu de um trabalho anterior de graduação direcionado ao estudo da distribuição das áreas verdes urbanas a partir do cálculo do Índice de Áreas Verdes (IAV) na cidade de Juiz de Fora (COSTA & FERREIRA, 2009) concluído em 2008. O IAV é um índice calculado a partir da quantidade de áreas verdes por metro quadrado para cada habitante da cidade, representando um indicador da qualidade de vida. Área verde é ainda um conceito de pouco consenso entre os pesquisadores desse tema. Mas podemos considerar áreas verdes segundo Costa & Ferreira (2009a). Essas autoras consideram dois pontos de consenso entre os pesquisadores para que um espaço livre possa ser classificado como área verde - a condição de recreação e a presença de vegetação.

Nesse trabalho, foi constatado um índice de áreas verdes abaixo do mínimo sugerido pela Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU, 1996) que seria de 15m²/habitante. Diante desse déficit de áreas verdes existe uma gama de hipóteses, porém vamos destacar apenas três: A primeira busca explicação no descaso do poder público e nas estratégias do desenvolvimento do mercado

imobiliário, que cria constantemente mecanismos para manter sua reprodução frente à escassez de lugares centrais, apropriando-se de um discurso de realização de um “novo modo de vida” frente ao verde e longe do caos urbano (CARLOS, 2006).

A segunda aponta para o fato de esse déficit estar refletindo uma não valorização daquelas áreas pela população, que não as visualizam como um dos fatores que influenciam diretamente na qualidade de vida, tal como é disseminado pelo discurso predominante na sociedade que é apropriado pelo mercado imobiliário. Esse discurso em defesa dos espaços verdes (lugar belo e benéfico à saúde) emerge como uma antinomia da cidade (espaço dos malefícios) que é frequentemente manifestado pela mídia visual e impressa, ou ainda no ensino formal e no conhecimento técnico-científico.

A terceira hipótese, que representa melhor a complexidade dos processos na transformação do espaço urbano, aponta para a ocorrência do dois pontos anteriores concomitantemente.

Foram os baixos IAV detectados, o trabalho empírico desenvolvido a partir de observações em campo, aliados às leituras frequentes acerca dos benefícios das áreas verdes para a qualidade ambiental e de vida da população urbana, que desencadearam uma série de questionamentos pessoais acerca da situação verificada.

Essa situação aponta para uma clara contradição entre o discurso idealizador da natureza e o que pode ser constatado em realidade na cidade de Juiz de Fora, na qual, mesmo diante de uma cultura de valorização da natureza, arraigada num ideário construído através da história a partir do século XVII, as hipóteses levantadas mostram que existe um descaso com os espaços verdes, seja pelos

moradores da cidade, seja pela administração pública, que ainda tem dificuldades para manter e multiplicar as áreas verdes na cidade.

Desse modo, a busca pela compreensão da contradição entre o “discurso verde” e a realidade levou à formulação da proposta da presente pesquisa e seus objetivos correlacionados, tratados mais adiante no texto.

A partir desse ponto, o compute encontrado pelo estudo do IAV, sua distribuição espacial e sua relação com os aspectos físicos da paisagem, levantados a partir de elementos teóricos-metodológicos pautados numa geografia positivista, passaram a ser insuficientes para os novos questionamentos que estavam emergindo, tais como: Por que as pessoas frequentam espaços livres como parques? O que elas buscam? Elas desenvolvem alguma afetividade por esses lugares? Qual o significado do parque na concepção de quem o frequenta? O que desperta a preferência por alguns lugares e não por outros? Quais valores estão ligados à busca por espaços livres como parques?

Distanciando-se de uma linha de pesquisa de cunho puramente quantitativo, o presente trabalho realizou uma investigação através de conceitos e métodos tratados à luz da Geografia Cultural-Humanista.

A presente pesquisa buscou sua inspiração mais forte nos geógrafos daquela corrente de pensamento, onde o trabalho do geógrafo Yi- Fu- Tuan sobre topofilia, percepção, atitudes e valores do meio ambiente, em especial, forneceu uma dimensão para a pesquisa que não é tratada pela geografia positivista – a dimensão subjetiva.

Pensando na dimensão subjetiva das ações humanas sobre o ambiente, a percepção ambiental foi escolhida como conceito orientador da estrutura e desenvolvimento desta pesquisa.

A partir desse ponto, essa pesquisa de cunho qualitativo foi desenvolvida com base na metodologia sugerida por Whyte (1978), dando ênfase a “*interrogation*”. A metodologia foi desenvolvida a partir da técnica da entrevista que, seguindo os objetivos deste trabalho teve sua estrutura organizada de maneira a alcançar um conhecimento que o sujeito vivência em sua experiência com o ambiente.

Assim, entre as forças motivadoras deste trabalho, podemos destacar três: a primeira foi movida pela contradição entre o “discurso verde” e a realidade que estimulou uma busca incessante pela compreensão da maneira como as ações humanas orientadas por valores e significados modificam o espaço; a segunda decorreu da primeira e esteve ligada à limitação conceitual e metodológica da linha quantitativista para investigar essa problemática, proporcionando uma aproximação com a Geografia Cultural-Humanista e os geógrafos dessa corrente; e a terceira, derivou de uma preocupação em desenvolver um trabalho que contribuísse com informações relevantes acerca do planejamento das áreas verdes urbanas, investigadas aqui sob as categorias de parque e jardim.

Buscamos selecionar um local para o desenvolvimento da pesquisa no qual a população estabelecesse uma experiência direta com o espaço e seus aspectos paisagísticos. Nessa busca, optamos pelo Parque do Museu Mariano Procópio, que teve toda a área do parque reformada em 2008 e conta com a presença de visitantes de todas as partes da cidade e região, visto que uma área não utilizada pela população não permitiria responder as questões levantadas nesta pesquisa.

São cada vez mais crescentes os estudos que buscam ultrapassar a visão positivista dos estudos científicos tradicionais para explorar a natureza das experiências humanas a partir da busca pela compreensão do sentimento que a população tem em relação a esses espaços. Assim, esta pesquisa oferece uma

visão ímpar, uma vez que os sentimentos e os valores têm um papel importante na formação de juízos de valor e atitudes que orientaram ações sobre esses espaços.

A preocupação em compreender a percepção acerca de áreas verdes como o Parque Mariano Procópio está pautada no fato de muitos desses espaços planejados, abordados pela pesquisa sob as categorias de parque e jardim, não alcançarem o objetivo a que foram destinados, que é, sobretudo, oferecer uma área para recreação e lazer.

Entendemos que parte desse fracasso está intimamente ligada à relação que se estabelece entre o sujeito e os espaços públicos, quando o planejamento não considera os aspectos da subjetividade humana.

Logo, investigar os aspectos subjetivos na escolha e uso desses espaços na perspectiva da experiência dos sujeitos que o frequentam é contribuir para evitar que muitos dos lugares criados para o lazer e a recreação sejam negligenciados e usados para outros fins.

Ainda que constitua um desafio considerar elementos subjetivos da experiência humana no planejamento e manejo de parques e jardins, são necessários estudos como este que buscam conhecer os sentimentos, significados e valores que configuram a paisagem e orientam o uso desses espaços.

O desafio está, nas palavras de Carvalho (2005), em trocar as lentes para ver a mesma realidade sob outros olhares. Pois a inércia do pensamento positivista leva-nos a crer que existe um único caminho para a investigação científica o caminho da razão constituída por modelos experimentais e testáveis.

Contrária àquele pensamento único, a corrente humanista abre as portas para a pluralidade de interpretações do real, identificada pelas diferentes percepções e pelas diferentes maneiras de “ser no mundo”.

Foi a partir desse pensamento que delimitamos os objetivos da presente pesquisa, descritos a seguir:

1.2. OBJETIVO GERAL

Compreender a relação que se estabelece entre as pessoas no seu cotidiano e o Parque Mariano Procópio em Juiz de Fora-MG, a partir de um estudo da percepção dos frequentadores.

1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1.3.1. Identificar os usos e motivações que levam as pessoas a frequentarem espaços verdes como o Parque Mariano Procópio;

1.3.2. Identificar os valores e simbolismos vinculados ao uso do Parque por seus frequentadores;

1.3.3. Compreender a percepção e as atitudes ambientais dos frequentadores em relação ao Parque Mariano Procópio.

1.3.4. Contribuir com informações úteis aos administradores daquele Parque e aos projetistas de novos espaços verdes.

A presente pesquisa foi estruturada em três partes fundamentais para o desenvolvimento do trabalho e alcance dos objetivos propostos.

Uma diz respeito ao levantamento do referencial teórico, desenvolvido no segundo capítulo. Os referenciais teóricos selecionados naquele capítulo apresentam os pilares que orientaram o desenvolvimento deste trabalho pautado sobre os princípios inseridos na Geografia Cultural - Humanista, o processo da percepção propriamente dito e a percepção historicamente concebida da “natureza”, a partir da seleção de dois conceitos - parque e jardim, enquanto importantes áreas verdes de uma cidade.

A outra constituiu-se fundamentalmente em apresentar a área de trabalho – o Parque Mariano Procópio e a orientação metodológica adotada nesta pesquisa, bem como a descrição detalhada da aplicação em campo, tratadas no quarto capítulo.

A última procurou apresentar e analisar os resultados alcançados a partir da união da metodologia aplicada e do referencial teórico apresentado no segundo capítulo deste trabalho.

CAPÍTULO 2 – REFERENCIAIS TEÓRICOS

Os referenciais teóricos selecionados neste capítulo apresentam os pilares que orientaram o desenvolvimento deste trabalho - os princípios inseridos na Geografia Cultural - Humanista, o processo da percepção propriamente dito e a percepção historicamente concebida da “natureza”, a partir da seleção de dois conceitos - parque e jardim, enquanto importantes áreas verdes de uma cidade.

2.1. A PERCEPÇÃO NA GEOGRAFIA E A PERSPECTIVA HUMANISTA

A geografia, assim como as outras ciências, nos permite diferentes abordagens da realidade. Nessa perspectiva, procuramos apresentar, neste sub-capítulo, a orientação filosófica, bem como os conceitos concernentes a esta pesquisa, como experiência, paisagem, valores humanos à luz da Geografia Humanista ou, como preferiu Tuan, Geografia Cultural-Humanista (HOLZER, 2005). Buscamos, também, num segundo momento, delimitar a percepção ambiental abordada no âmbito da Geografia e tratada, especialmente, por geógrafos.

2.1.1. A Percepção na Geografia

O interesse pelo estudo da percepção ambiental no âmbito da Geografia se destacou nos anos 60 (Holzer, 1992). Pesquisas sob o título da percepção ambiental não representaram uma prática fortuita, elas foram fruto de um momento histórico marcado por uma profunda mudança cultural. Cada vez mais surgiam indagações acerca do comportamento humano na modificação das paisagens naturais e no uso irracional dos recursos do ambiente. Essa mudança atingiu toda a sociedade ocidental, provocando, também no âmbito das ciências, novas formas de pensar a ação do homem sobre a terra.

A introdução dos estudos de percepção ambiental na geografia configurou diferentes abordagens de pesquisas com essa temática, resultante de uma aproximação da geografia com outros campos de conhecimento nas ciências humanas, em especial o da psicologia.

Não obstante, o marco que instaurou os estudos de percepção ambiental na geografia foi a realização do 61º Encontro Anual da Associação dos Geógrafos Americanos em 1965, na cidade de Columbus, Ohio (HOLZER, 1992). Naquela ocasião, foi realizado o Simpósio sobre Percepção Ambiental e Comportamento (LOWENTHAL, 1967 apud HOLZER, op.cit.). Daquele momento, surgiram diferentes trabalhos, que mais tarde, em 1967, foram publicados na íntegra, compondo uma bibliografia que uniu diferentes pesquisadores como geógrafos, psicólogos e arquitetos que, apesar das disparidades de seus objetivos, estavam preocupados com o mesmo tema – a percepção ambiental (HOLZER, op. cit.).

O despertar para o estudo da percepção ambiental tem entre os geógrafos um interesse especial com a questão ambiental. Esses geógrafos procuravam inserir a dimensão subjetiva na compreensão dos problemas ambientais, que ganharam impulso com o movimento ecológico-ambiental na mesma década.

Segundo Tuan (1980, p.1),

“percepção, atitudes e valores – prepara-nos, primeiramente, a compreender nós mesmos. Sem a auto-compreensão não podemos esperar por soluções duradouras para os problemas ambientais que, fundamentalmente, são problemas humanos.”

O reconhecimento da necessidade de compreender a interação entre o homem e o seu meio, considerando os aspectos mais distintivamente humanos como o sentimento e o pensamento, norteou o interesse das pesquisas sob o rótulo da percepção ambiental na geografia.

Holzer (1992, p.162) escreve que nos anos 60 os diferentes pesquisadores que se interessavam por questões relativas à percepção estavam preocupados com as mesmas questões, que seriam compreender: “como funciona a percepção (que é individual) na formação de imagens acerca do ambiente? Como essa percepção pode influir na ação e modificação desse ambiente?”. O que os diferenciariam, no entanto, seria “uma diferença na ênfase e na metodologia entre as primeiras pesquisas dos geógrafos e arquitetos que se interessavam em responder essas questões” (HOLZER 1992, p.162).

Assim, os pesquisadores interessados pela questão da percepção ambiental buscavam apoiar esse tema em duas fontes principais. Parte procurava fontes para pesquisa fora da disciplina, baseando-se em trabalhos desenvolvidos principalmente por psicólogos. A outra parte se interessava, sobretudo, pelas tradições da Geografia Histórica e da Geografia Cultural (HOLZER, 1992).

Holzer (op. cit.) faz distinção entre dois pesquisadores que se destacaram pelo desenvolvimento de estudos acerca da percepção – o geógrafo Lowenthal e o arquiteto Lynch, mas que, entretanto, apresentam abordagens diferentes, marcando desde o início o interesse pelo tema da percepção ambiental sob objetivos diferenciados descritos a seguir:

“enquanto os primeiros, como Lowenthal, (1961) por exemplo, pesquisavam divergências entre as visões de mundo e se baseavam na coleta indireta dos dados, recolhendo exemplos na bibliografia existente, os outros, como Lynch (1960), pesquisavam a participação das percepções individuais na estruturação de imagens públicas, baseando-se na coleta direta de dados, criando metodologia que buscava no trabalho de campo os subsídios e seus intentos.” (HOLZER op. cit, p163).

Entretanto, a aproximação com o campo da psicologia e a apropriação de conceitos dessa disciplina forneceu ao estudo da percepção na geografia um sistema mais complexo que influenciou as diferentes abordagens da percepção ambiental na geografia.

Holzer (op. cit., p.168) apresenta, segundo o trabalho dos psicólogos Marx e Hillix (1974), seis sistemas apropriados pela geografia:

“ESTRUTURALISMO. Os psicólogos devem estudar o conteúdo da percepção pelo método da introspecção [que consistia na exploração da consciência imediata].

BEHAVIORISMO. Os psicólogos devem estudar as conexões estímulo-reação mediante métodos estritamente objetivos.

GESTALTISMO. Os psicólogos só podem chegar à formulações úteis através da consideração de grandes unidades de estímulo-resposta; devem estudar configurações ou campos.

FUNCIONALISMO. Os interesses primordiais da psicologia devem ser o estudo do comportamento, em sua função de adaptação ao ambiente, e a formação de funções matemáticas que relacionavam o comportamento com as variáveis antecedentes.

ASSOCIACIONISMO. Os psicólogos devem estudar os princípios de associações de idéias (ou de palavras ou de conexões estímulo-resposta), analisando os eventos complexos nos mais simples.

PSICANÁLISE. O núcleo da psicologia é a motivação da qual uma grande parte é inconsciente e deve ser estudada através de suas manifestações em sonhos, erros, sintomas ou livre associação.”

Apesar da variedade de sistemas que aproximaram as análises na geografia do campo da psicologia, duas abordagens distintas da percepção na geografia podem ser identificadas mais facilmente. Uma, que ficaria conhecida como Geografia Comportamental, associada ao behaviorismo, que também pode ser chamado mecanicismo e utiliza uma metodologia relativa ao comportamento. É nesse sistema que os geógrafos comportamentais buscaram sua inspiração mais forte, apropriando-se de seus elementos nas análises da percepção. Preocupando-se mais com as questões de estrutura e funcionamento próprios da atividade perceptiva.

Outra, que ficaria conhecida a partir da década de 1970 como Geografia Humanista, teve por objetivo, no estudo da percepção ambiental, exaltar a diferenciação nos mundos percebidos, mostrando que não há realidade única. Tem no humanismo sua inspiração mais forte e parte de uma visão organísmica. Nessa vertente, a realidade apreendida depende da sensibilidade da percepção e conceitos desenvolvidos pelo indivíduo, que lhe fornecerão apenas um ponto de vista entre tantos outros (HOLZER, 1992).

Na abordagem organísmica, o homem é considerado um indivíduo que interage constantemente com o ambiente, modificando e sendo modificado pelo ambiente a sua volta. Assim, não seria possível dividir o comportamento em elementos separados a fim de predizer as relações de causa e efeito, como sugerem os comportamentalistas.

É por essa perspectiva que se interessa mais especificamente esta pesquisa, mesmo que em alguns momentos seja necessário recorrer à compreensão do

funcionamento específico da percepção para promover uma melhor compreensão da abordagem perceptiva.

2.1.2. O Humanismo na Geografia: o caminho para a Geografia Humanista

A abordagem do estudo da percepção ambiental foi anterior à formação de uma corrente de pensamento dentro da geografia que agruparia, a partir de 1970, geógrafos que se interessavam por uma mesma perspectiva nos estudos do ambiente – o humanismo.

A introdução de uma abordagem humanista nos estudos em geografia permitiu uma relação mais estreita com outras disciplinas eminentemente humanas como a história, as artes, a filosofia, a psicologia e as ciências sociais, das quais a geografia se apropriou de conceitos para realizar estudos com uma abordagem diferente dos modos de compreender os conceitos geográficos que predominavam até aquele momento.

A gênese de formação de uma consciência humanista remonta várias décadas anteriores ao reconhecimento de um movimento realmente humanista na geografia. Porém, uma orientação humanista efetiva na geografia emergiu nos anos 1970, como uma forma de contestação ao positivismo lógico, ao determinismo e ao racionalismo exacerbado que predominavam na geografia dentro do movimento conhecido como “Nova Geografia” ou “Geografia Quantitativa”.

A compreensão dos fenômenos sob o horizonte humanista buscou, e busca ainda hoje, analisar as possibilidades, os meios e os limites de um contexto diferente de investigação e desenvolvimento de conceitos com um caráter mais operacional.

As constantes mudanças sofridas pela geografia desde seu reconhecimento como ciência fazem parte de um contexto cultural e histórico de mudança no pensamento da sociedade em geral. Segundo Cosgrove (2004, p.97),

“como todas as mudanças na pesquisa geográfica, esta mudança está relacionada aos movimentos sociais mais amplos: protestos contra a exploração ambiental e a poluição, inquietação com o planejamento em megaescala e as paisagens anônimas do redesenvolvimento urbano, a voz crescente das mulheres organizadas desafiando a dominação da cultura masculina e o fracasso do consenso social e político pós-guerra, todos tiveram a sua parte em encaminhar a geografia humana para a geografia humanística.”

Holzer (2008) faz referência ao ambiente intelectual que predominava no final dos anos setenta, destacando o movimento hippie, as revoltas estudantis e os questionamentos ferozes aos padrões culturais e políticos vigentes. Um momento, no qual florescia um grande interesse na sociedade intelectual, pelos valores humanos, a estética e um novo estilo de vida, pautados na subjetividade humana.

Essas mudanças no âmbito das pesquisas em geografia remetem ainda às frequentes críticas sofridas por essa ciência, como questionamentos acerca da delimitação do seu objeto de estudo, métodos e teorias para configuração de uma disciplina “verdadeiramente científica”, nas palavras escritas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu citado por Gomes (2007, p.09).

Com vias de delimitar outro caminho para geografia sob a influência dos pensamentos que floresciam, o humanismo, tal como foi apropriado pela geografia, teve como objetivo orientar uma visão mais abrangente e ampla do que é a pessoa humana e do que ela pode fazer (TUAN, 1982). Continuando, esse autor escreve

que o humanista não se orienta sob dogmas e nem nega as várias perspectivas científicas sobre o homem, o humanista trabalha sobre as diferentes perspectivas do fenômeno que lhe é apresentado.

Holzer (2008, p.137) escreve em seu artigo intitulado “A Geografia Humanista: uma revisão”, que o humanismo tal qual Tuan preconiza,

“refere-se a uma tentativa de análise das ações e produtos da espécie humana a partir de uma visão que amplia a perspectiva científica cartesiana, incorporando os estudos das humanidades na leitura abrangente de temas geográficos.”

Continuando, segundo Holzer (op. cit.), aquela tentativa constituiria um dos antecedentes da formação de uma nova corrente de pensamento na geografia chamada de “Geografia Humanista”.

A abordagem humanista na geografia focaliza-se “sobre as atividades e seus produtos que são distintivos das espécies humanas” (TUAN, 1982, p.145). Fornecendo à geografia uma compreensão dos fenômenos centrada sobre pensamentos e atos que são próprios do homem e que o distingue dos demais animais, como a capacidade de refletir sobre seus atos e avaliá-los criticamente. A análise derivada dessa perspectiva está pautada na compreensão do fenômeno a partir de uma descrição dos aspectos subjetivos, e não apenas uma análise da relação de causa e efeito.

Surge daquele momento uma diversidade de concepções que se identificam com rótulo de humanista, mesmo apresentando fundamentos, por vezes, opostos. Entretanto, existem alguns pontos que permitem a coesão entre as diferentes concepções na formação de uma unidade reconhecida como humanista na geografia.

Gomes (2007) escreve sobre alguns desses pontos, aos quais fizemos referência a seguir, sendo desnecessária uma transcrição literal, visto que o autor faz uma completa descrição em sua obra. Assim, entre as características que orientam os geógrafos ditos humanistas para um eixo de interesses comum seriam:

- 1) O pressuposto de que o homem é medida de todas as coisas. Dessa forma, uma compreensão objetiva da realidade desconsidera os aspectos subjetivos do homem. Como uma característica distintivamente humana, a apreensão da realidade é sempre parcial e incompleta;
- 2) A valorização dos estudos sobre cultura, entendida enquanto a capacidade do homem em atribuir valores às coisas que o cercam, esquecida pela ciência em sua versão racionalista;
- 3) A compreensão holística da realidade, onde o todo representa mais que a soma das partes. Um fenômeno assim apreendido não pode ser compreendido fora de seu contexto;
- 4) A relação entre ciência e arte. Sob essa perspectiva, o geógrafo para chegar à interpretação verdadeira da realidade, precisa conhecer os valores, significados e associações construídos por um grupo social;
- 5) A crítica ao método lógico que impõe a racionalidade como único valor do ser humano. Há, com isso, a proposição de outros métodos que consideram os contextos próprios e específicos de cada fenômeno.

Os estudos acerca da percepção ambiental à luz do enfoque humanista e cultural dado pelos geógrafos que se identificam com essa corrente de pensamento contribuíram com uma importante orientação metodológica, epistemológica e ideológica para o estudo do ambiente como perspectiva da vida humana.

Diferentes métodos se configuraram dentro da abordagem humanista na geografia, tais como a hermenêutica, o existencialismo, a fenomenologia, ou ainda a união dessas duas últimas, como nos mostra Entrikin (1980, p.05), “a filosofia subjacente a essa abordagem humanística é a fenomenologia existencial”.

A hermenêutica não tem a intenção de explicar os fatos, mas fundamentalmente tem o objetivo de antes compreendê-los em sua totalidade. Segundo Gomes (2007, p.113) “compreender é também alcançar uma significação, explicar o obscuro, revelar uma essência”. O conhecimento é imanente e por isso o sentido da interpretação não é jamais definitivo, ele é recriado a cada nova interpretação (GOMES, op.cit).

O existencialismo que nasce na obra de Heidegger, “Ser e Tempo” de 1927, volta-se mais explicitamente, de acordo com Buttner (1982), para as questões da vida humana como a ansiedade, o fanatismo, o medo e a esperança.

Mesmo tratadas enquanto métodos, a fenomenologia e o existencialismo também são utilizados como princípios filosóficos de uma pesquisa. Segundo Buttner (1982), esses dois princípios seriam os que melhor representam o espírito da geografia humanista.

Nesse sentido, a perspectiva fenomenológica tem grande difusão entre os principais geógrafos que se identificam com o movimento humanista. Esses

geógrafos buscavam um caminho para o conhecimento diferente daquele instituído pela corrente empirista, que viria a criar o positivismo.

2.1.3. A Apropriação da Fenomenologia: princípio ou método?

A fenomenologia (do grego *phainesthai*, aquilo que se apresenta ou que se mostra, e logos, explicação, estudo) afirma a importância dos fenômenos da consciência, os quais devem ser estudados em si mesmos (COBRA, 2005). Segundo Dartigues (1973), etimologicamente a fenomenologia é o estudo ou a ciência do fenômeno.

Dartigues (op. cit.) nos explica que se considerássemos a definição etimológica do termo, no entanto, o domínio da fenomenologia seria ilimitado. Portanto, a compreensão da fenomenologia é mais esclarecedora se a considerarmos como um momento da história da filosofia importante para a época.

É o filósofo Edmund Husserl (1859-1938), matemático e lógico, que funda a fenomenologia, num momento histórico marcado por uma crise da cultura, das ciências do homem e da ciência pura. Dartigues (op. cit., p.16) escreve que é “possível afirmar com Merleau-Ponty que a fenomenologia nasceu de uma crise e sem dúvida também que essa crise ainda é nossa”.

Para Husserl (apud COBRA, 2005 p.03) a fenomenologia deveria,

“Referir-se às coisas como se apresentam na experiência de consciência, estudadas em suas essências, em seus verdadeiros significados, de um modo livre de teorias e pressuposições, despidas de seus acidentes próprios do mundo real, do mundo empírico objeto da ciência.”

Para o estudo da fenomenologia Husserl (apud COBRA, op. cit., p.03) propõe a redução fenomenológica ou *epoché*, que seria,

“o processo pelo qual tudo que é informado pelos sentidos é mudado em uma experiência de consciência, em um fenômeno que consiste em se estar consciente de algo. Coisas, imagens, fantasias, atos, relações, pensamentos, eventos, memórias, sentimentos etc. constituem nossas experiências de consciência.”

É nessa busca do “retorno às coisas mesmas” que Husserl vai recorrer à noção de intencionalidade. Segundo Dartigues (1973, p.24), o princípio da intencionalidade está em reconhecer que “a consciência é sempre “consciência de alguma coisa”, que ela só é consciência estando *dirigida-para* um objeto”. Isso significa que não há pura consciência separada do mundo, toda consciência tende para o mundo. Não há, portanto, objeto em si, independente de uma consciência que o perceba (ARANHA & MARTINS, 1986). Nesse sentido, o interesse para a fenomenologia não é o mundo que existe, mas sim como o conhecimento do mundo se dá, tem lugar, se realiza para cada pessoa. (COBRA, 2005).

Segundo Cobra (op. cit.), essa intencionalidade é a essência da consciência, e é representada pelo significado. Logo, uma das posições da fenomenologia é que não há fatos com a objetividade pretendida pelo positivismo, pois não percebemos o mundo como um dado bruto, desprovido de significados; o mundo que percebo é um mundo para mim. Aranha & Martins (1986, p.192) escrevem que daí enfoca-se a “importância dada ao sentido, à rede de significações que envolvem os objetos percebidos: a consciência “vive” imediatamente como doadora de sentido”.

Essa “rede de significados”, enfoque da fenomenologia, vai ser tratada por Gueetz (1989) como cultura em sentido estrito. Ainda que o autor não faça referências à abordagem fenomenológica, sua definição de cultura é amplamente utilizada por aqueles que se identificam como fenomenólogos.

A difusão e apropriação da fenomenologia, seja como método, seja como filosofia, na geografia dá origem a diferentes formas de abordagem. Amorim Filho (1999), em seu artigo intitulado “A Evolução do Pensamento Geográfico e a Fenomenologia”, faz um ensaio sobre a fenomenologia enquanto uma das orientações epistemológicas trabalhadas por geógrafos que se identificam com a corrente da geografia humanista. Nesse artigo, Amorim Filho (op. cit., p. 72) escreve que “as fenomenologias são quase tantas quantos são os fenomenológicos”.

Segundo Amorim Filho (op. cit., p.69)

“a presença da fenomenologia na geografia se explicita a partir dos anos 1960 e 1970, como uma das bases epistemológicas para o estudo dos espaços vividos e valorizados, tema fundamental da corrente da geografia humanística”.

No âmbito da geografia, a fenomenologia é apropriada e interpretada de maneira diferente daquela tratada por filósofos. Para Relph (1979, p.01), a “fenomenologia tem a ver com princípios, com as origens do significado e da experiência”. De acordo com Buttner (1982), os estudos estão orientados mais pelo espírito do propósito fenomenológico, do que na prática dos procedimentos fenomenológicos.

A fenomenologia é tratada enquanto princípio filosófico. Para Holzer (2008), a aplicação rigorosa, consciente e corajosa do método fenomenológico torna-se, assim, um desafio entre os geógrafos.

Segundo Holzer (op. cit., p.140) ,foi Relph o primeiro a escrever sobre “as possibilidades de a fenomenologia ser o suporte filosófico capaz de unir todos os geógrafos ocupados com aspectos subjetivos da espacialidade”. Continuando, Holzer escreve que “o método fenomenológico seria utilizado para se fazer uma descrição rigorosa do mundo vivido da experiência humana e, com isso, através da

intencionalidade, recorrer às “essências” da estrutura perceptiva”. Porém, a descrição mais completa das bases fenomenológicas na geografia, segundo o próprio Relph (1979), podem ser encontradas na obra de Eric Dardel, intitulada *“L’Homme et La Terre: Nature de La Réalité Géographique”*, publicada em 1952.

Fenômenos tais como espaço, lugar e paisagens são estudados e apreendidos pela geografia humanista enquanto espaços vividos, experienciados, que só podem ser compreendidos através da vivência das pessoas. Nessa perspectiva, foram desenvolvidos diferentes conceitos como a Géographicité de Eric Dardel, a Geosofia de J. K. Wright e a Topofilia de Yi-Fu Tuan.

Esses conceitos revelam uma tentativa de compreender a maneira como se desenvolvem as relações entre o homem e o seu ambiente. Assim, o homem é interpretado como o agente modificador da Terra.

2.1.4. A Experiência como Conceito-Chave nos Estudos da Percepção

Segundo Buttiner (1982), para o geógrafo, “mundo” e “meio ambiente” têm papel ativo na formação da experiência do indivíduo, tanto quanto o próprio sujeito. Logo, “a experiência é construída no contexto do mundo vivido” (BUTTIMER, op. cit., p. 171), que se apresenta como uma unidade dinâmica, sendo experienciado de maneira holística.

A experiência é um conceito-chave para as pesquisas em percepção, pois é a partir dela com o mundo vivido que se desenvolve a maneira pela qual o homem se relaciona e constrói a sua visão de mundo. Segundo Tuan (1983, p. 9), “a

experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade”. Tuan (1983) busca compreender a natureza da experiência e da perspectiva experiencial a partir de duas categorias da geografia – espaço e lugar.

A maneira de conhecer a realidade varia em função da percepção dos sentidos passivos como o olfato, o paladar e o tato, até a percepção visual ativa, e da maneira indireta de atribuir significados através da identificação de símbolos (TUAN, 1983).

Na Figura 1, Tuan (op. cit.) apresenta que as emoções e as sensações dão o colorido a toda a experiência humana, orientadas pelo pensamento, que rapidamente qualifica a experiência do indivíduo.

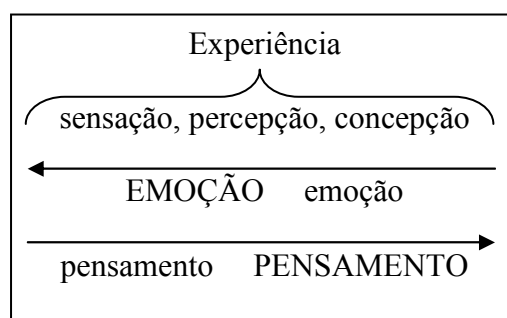


Figura 1: Relação entre Emoção e Pensamento através da Experiência Humana.
Fonte: TUAN, 1983.

Segundo Tuan (1983), os estudos da experiência humana constituem abordagens importantes que contribuem para complementar os estudos tradicionais nos estudos da natureza e da qualidade do ambiente humano. Pois para esse autor,

“na extensa literatura sobre qualidade ambiental, relativamente poucas obras tentam compreender o que as pessoas sentem sobre o espaço e lugar, considerar as diferentes maneiras de experienciar (sensório-motora, tátil, visual, conceitual) e interpretar espaço e lugar como imagens de sentimentos complexos – muitas vezes ambivalentes.” (TUAN, 1983, p.7).

Nos dias atuais, discordamos sobre a posição do autor. Se na década em que o autor escreveu essa afirmativa os estudos sobre qualidade ambiental sob a perspectiva da experiência eram muito reduzidos, hoje eles aumentaram consideravelmente, na mesma proporção em que foi crescendo a preocupação com os problemas ambientais.

Mas se por um lado a preocupação e interesse sobre a subjetividade humana na modificação do espaço aumentaram, por outro, as aplicações práticas desses estudos realmente permanecem obscuras. Nesse sentido, concordamos com Tuan (op. cit., p. 7), que

“os planejadores profissionais, com a sua necessidade urgente de agir, apressam demais a produção de modelos e inventários. [...] esquecendo-se facilmente da rica informação derivada da experiência, da qual dependem estas abstrações.”

A subjetividade humana tem sido trabalhada a partir de pesquisas que procuram compreender como os seres humanos respondem ao seu ambiente físico, utilizando categorias próprias da geografia, como espaço, lugar e paisagens na perspectiva da experiência.

A categoria de paisagem configura um conceito ímpar, pois, segundo Nehne (2008), ao contrário da categoria de lugar que pode encontrar espaço na abordagem de outras disciplinas como na filosofia, por exemplo, a paisagem só encontra subsídios na geografia.

À luz da perspectiva da geografia humanista, a paisagem está presente na nossa vida diária e se apresenta para nós repleta de significados, símbolos e valores. Por isso, nos encontramos intimamente envolvidos com ela.

2.1.5. A Paisagem Tratada sob a Perspectiva Cultural - Humanista

A paisagem, objeto dos estudos geográficos, por muito tempo esteve atrelada estritamente à visão, ao que se podia perceber no espaço através do campo visual. Sendo comumente vinculada à ideia de natureza, ignorando-se os aspetos humanos vinculados a ela.

Entretanto, no desenvolvimento da ciência geográfica, a compreensão de paisagem entendida como unidade do espaço geográfico ultrapassou os aspectos meramente visuais e ligados à natureza, acrescentando outras noções, como a dimensão histórica e cultural, importante para a interpretação da paisagem numa perspectiva humanista.

A paisagem considerada sob o enfoque humanista-cultural pode ser compreendida através de valores e significados que lhe são atribuídos. Diferentes geógrafos se dedicaram ao estudo para a compreensão da paisagem geográfica dentro dessa perspectiva.

O geógrafo David Lowenthal dedicou-se aos estudos de conceitos espaciais, como ambiente e paisagem, enfatizando “o papel da experiência e da imaginação na construção de noções geográficas” (HOLZER, 2005, p.25). É um dos pioneiros dos estudos das paisagens valorizadas. De acordo com Bley (1996, p.126), Lowenthal

desenvolveu suas pesquisas buscando identificar a preferência por determinadas paisagens.

Carl O. Sauer, professor de Lowental, tratou a paisagem geográfica como resultado da ação da cultura sobre a paisagem natural através do tempo. Assim, além dos aspectos físicos da paisagem, também tratou da ação do homem como modelador da paisagem. Ao mesmo tempo em que a paisagem se apresenta como algo exterior ao homem, ele também se encontra inserido nela (HOLZER, 2005).

Relph (1979), assim como Buttner (1982), vai buscar auxílio do aporte teórico da fenomenologia e, principalmente, da ideia de espaço vivido para compreender as nossas associações com os espaços, tais como o lugar e a paisagem. Por vezes, paisagem e lugar se fundem nas análises humanistas, estando intimamente relacionados. A paisagem em Relph (op.cit.) constitui o espaço vivido da experiência geográfica.

Para Relph (op.cit., p. 13): “devemos reconhecer que não há experiência ambiental que não seja, em algum sentido e em algum grau, uma experiência de paisagem”. Logo, a paisagem pode ser interpretada como uma expressão humana intencional repleta de significados, mesmo que se apresente, em algum momento, estranha para nós.

Holzer (2008), ao fazer uma análise dos trabalhos de Tuan, escreve que o referido autor, ao tratar das “aproximações humanistas” com os conceitos geográficos, expressa que a aproximação que pode ser considerada totalmente negligenciada seria “a das atitudes em relação à natureza focalizando a atenção nas paisagens que adquirem um significado simbólico especial.” (HOLZER, op. cit, p. 139).

A compreensão da paisagem, segundo a abordagem humanista, mostra que a paisagem está além de somente ser uma maneira de ver. A paisagem é um espaço subjetivo, sentido e vivido, um espaço individualizado (BLEY, 1996).

Segundo o geógrafo Cosgrove (1998, p.99),

“a paisagem está intimamente ligada a uma nova maneira de ver o mundo como uma criação racionalmente ordenada, designada e harmoniosa, cuja estrutura e mecanismo são acessíveis à mente humana, assim como ao olho, e agem como guias para os seres humanos em suas ações de alterar e aperfeiçoar o meio ambiente.”

Existem diferentes e variadas maneiras de se ver a paisagem. Entendemos, portanto, que a percepção da paisagem, os valores que são depositados nela, as atitudes que norteiam uma posição frente ao mundo e o comportamento são orientados, em particular, pela cultura. E apresentam uma face idiossincrática, próprias da maneira de perceber e sentir de cada indivíduo.

Pensada dessa forma, a paisagem assume uma dimensão simbólica, constituída de significados, valores, crenças, mitos e utopias, que influenciam diretamente na configuração do espaço. E está relacionada com a dimensão histórica, sendo resultado de forças e ideologias dominantes num determinado período, que deixam sua marca, seu legado para a posterioridade.

Assim, um símbolo só pode ser compreendido no interior da cultura que o elegeu. Fora do contexto cultural em que foi criado, o símbolo perde rapidamente seu significado (TUAN, 1980).

A filósofa Chauí (2006, p.112), ao apresentar a ordem simbólica entendida como cultura e criada pelo homem para sua sobrevivência, escreve que

“Um símbolo, sabemos, é alguma coisa que se apresenta no lugar de outra e presentifica algo ausente. Dizer que a cultura é a invenção de uma ordem simbólica é dizer que nela e por ela os humanos atribuem à realidade

significações novas por meio das quais são capazes de se relacionar com o ausente. A presentificação do ausente é obra da linguagem, do trabalho, do sentimento da diferença temporal (passado, presente, futuro) e, portanto, da percepção do possível e do impossível, e da diferenciação espacial (próximo, distante, grande, pequeno, alto, baixo). Graças a eles, os homens instituem a diferença entre o permitido e o proibido, o visível e o invisível (os deuses, o passado, o distante no espaço), o sagrado e o profano, assim como valores atribuídos às coisas e aos humanos (bom, mau, justo, injusto, verdadeiro, falso, belo, feio).”

Logo, conferir significados ou estabelecer uma ordem simbólica é atribuir valores às coisas, lugares, pessoas etc. As pessoas, no decorrer de suas vidas, apreendem uma série de valores que são transmitidos culturalmente. Os valores que perduram no tempo comumente correspondem a uma classe dominante, a partir da homogeneização da informação e conhecimentos transmitidos, seja pela família, pela mídia impressa ou visual, ou pela educação formal.

Nesse sentido, entende-se que muito do simbolismo da paisagem serve ao propósito de reproduzir normas culturais e estabelecer os valores dos grupos dominantes (COSGROVE, 1998).

Cosgrove (op. cit., p. 102-104) escreve sobre cultura e simbolismo nas paisagens humanas e apresenta três abordagens dos estudos das paisagens sob o enfoque cultural, a saber:

- 1) Cultura e consciência, onde o autor escreve que a cultura é algo que tem que ser constantemente reproduzida e é, ao mesmo tempo, determinada por e determinante da consciência.
- 2) Cultura e natureza, sob o enfoque de que qualquer intervenção humana na natureza envolve sua transformação em cultura.

3) Cultura e poder, no qual o estudo da cultura está intimamente ligado ao estudo do poder.

Numa sociedade de classe, como em que vivemos, pessoas de diferentes classes apreendem a realidade de maneira igualmente diferenciada. O que “significa uma experiência e consciência diferentes, até certo ponto uma cultura diferente” (COSGROVE, op. cit., p.104). Esse autor continua, escrevendo que:

“Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando é menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum.” (COSGROVE, op. cit., p. 104-105)

Esse senso comum ou hegemonia cultural constitui não uma doutrinação ou manipulação, mas uma direção geral, “um conjunto articulado de práticas, ideias, significados e valores [...] experimentado como absoluto, único e irrefutável porque interiorizado e invisível como o ar que se respira” (CHAUÍ, 2006, p.22).

Para melhor compreensão desse senso comum, sobre o qual escreve Cosgrove, ou hegemonia cultural, pode-se recorrer ao sentido de hegemonia apreendido em Gramsci, e apresentado por Chauí (op. cit., p.22):

“Como cultura em sentido amplo, a hegemonia determina o modo como os sujeitos sociais se representam a si mesmos e uns aos outros, o modo como interpretam os acontecimentos, o espaço, o tempo, o trabalho e o lazer, a dominação e a liberdade, [...] as relações com a natureza, as instituições sociais (religião, família, vestuário, culinária, medicina, habitação etc) e políticas (Estado, movimentos, associações, partidos etc), bem como a cultura em sentido restrito (obras de arte e de pensamento), em uma experiência vivida ou mesmo refletida, global e englobante, cujas balizas invisíveis são fincadas no solo histórico pela classe dominante de uma sociedade.”

Sob a perspectiva da paisagem simbólica e a ideia de cultura como hegemonia, é possível apreender o processo de transformação da paisagem instaurado pelas novas sensibilidades como se refere Thomas (1988), gestadas a partir do século XVI e que ganharam força no fim do século XVIII. Esse movimento forneceu novos significados e valores à paisagem e ao meio natural, promovendo o legado que perpassa pelo ideário humano na atualidade, como veremos mais adiante.

A busca pela compreensão das paisagens nos permite conhecer os significados e valores que tornam algumas paisagens valorizadas e outras não nas cidades de hoje. Para continuarmos, precisamos compreender melhor a abordagem perceptiva, que será tratada no próximo sub-capítulo com maior propriedade.

2.2. PERCEPÇÃO AMBIENTAL

A percepção ambiental tratada no presente trabalho tem como principal referência conceitual a obra “Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente” do geógrafo Yi- Fu Tuan. Dessa maneira, estruturamos este sub-capítulo com o objetivo de fornecer informações sobre uma análise da obra e sua importância para os estudos da percepção ambiental. Bem como apresentar conceitualmente a percepção e seu processo, sem nos esquecermos de tratar da topofilia - um sentimento entre o homem e o seu meio ambiente. As referências a outros autores que tratam do tema representaram uma intenção de complementar as informações fornecidas.

2.2.1. Tuan e a Percepção Ambiental

O trabalho de Tuan (1980) intitulado “Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente”, publicado originalmente em 1974, representa um marco nos estudos de percepção ambiental na geografia.

Segundo Oliveira (2001, p.14),

“Na década de setenta, após ser lançado o livro *“Topofilia”*, de Yi-Fu TUAN, desencadeou um interesse pelo como as pessoas percebem o seu redor, o seu meio ambiente; aguçou a curiosidade em saber se a percepção geográfica variava e quanto; e provocou, principalmente, um aumento de estudos e pesquisas sobre o assunto. Para a ciência geográfica foi uma nova abertura, um novo e fértil campo de investigação científica. Coincide com a nova procura em ciência de se encontrar caminhos para a explicação das relações e porque não se apontar, as reais interações entre Sociedade e Natureza, de uma maneira não tão quantificável, mas, sim qualificável. Coincide, também com a procura de se valorizar e de melhorar as condições da qualidade de vida, de compreender os mecanismos perceptivos e cognitivos que o Homem, quer como indivíduo, quer como grupo, se relaciona com o seu meio ambiente.”

Além de representar um referencial importante para o estudo da percepção ambiental, o referido livro introduz na geografia um conceito novo para a época, que busca aproximar homem e ambiente a partir do sentimento de amor pelo lugar – a topofilia.

A questão fundamental do livro Topofilia é compreender a “maneira pela qual os seres humanos respondem ao seu ambiente físico – a percepção que dele têm e o valor que nele colocam” (TUAN, 1980, p.02).

A principal contribuição da obra é a construção do conceito de Topofilia, um neologismo que oferece um novo potencial para os estudos acerca dos valores

humanos depositados no meio ambiente. Como um novo conceito, forneceu as bases conceituais para os estudos dos aspectos mais distintivos do homem, como sua capacidade de atribuir significados subjetivos ao mundo que o cerca, interesse especial da Geografia Humanista. Esses significados podem ser negativos ou positivos, contudo, a obra de Tuan trata apenas os valores positivos. Tendo em vista que o conceito de topofilia agrega valores positivos ao meio ambiente.

Esse conceito contribui ainda com implicações importantes para o planejamento do espaço. Na medida em que fornece elementos importantes da experiência dos seres humanos com o meio que habitam, para serem compreendidos e considerados no planejamento.

Outra contribuição da obra é mostrar que o campo da mente humana apresenta uma variedade de interpretações do ambiente à nossa volta. E é influenciada por uma rede de sentimentos, objetos e referências que são tanto pessoais como derivados do grupo de que a pessoa faz parte. Essa rede é responsável pela formação de atitudes e valores que se refletem no espaço. Dessa maneira, Tuan (1980) mostra que pessoas vivendo na mesma cidade, no mesmo bairro, mesmo assim percebem mundos diferentes.

Numa perspectiva dialética entre a pessoa e o meio ambiente, Tuan (1980) apresenta uma abordagem na qual o homem pode ser considerado como um indivíduo que interage incessantemente com o meio ambiente, modificando o meio e sendo modificado por ele. Nesse sentido, os indivíduos, numa visão organísmica, são considerados como organismos, que por suas próprias ações colocam em movimento o seu próprio desenvolvimento (HOLZER, 1992).

Assim, Tuan (1980) mostra como as pessoas de diferentes experiências, antecedentes socioeconômicos e aspirações avaliam diferentemente o ambiente à

sua volta. O que acontece com o grupo também. À medida que sociedade e cultura evoluem com o tempo, podem mudar a atitude para com o meio ambiente ou até inverte-se.

Da mesma maneira, o ambiente físico apresenta função importante na formação da percepção, atitudes e visão de mundo. O ambiente fornece estímulo na interpretação dos indícios visuais até a estruturação do mundo, com base em características do habitat.

Interessado, de um lado com a experiência dos seres humanos e de outro com o ambiente na formação da conscientização humana, Tuan (1980) apresenta preocupação com as fases do desenvolvimento cognitivo humano na percepção. Dessa forma, Tuan apresenta uma aproximação com a psicologia da aprendizagem de Piaget. De acordo com Holzer (1992), aprendizagem é enfatizada por Tuan (1980) como uma maneira de estruturar o mundo.

Nesse sentido, Tuan (1980) propõe o exame da percepção e dos valores ambientais nos níveis da espécie, do grupo e do indivíduo, que desenvolvem diferentes tipos de experiência com o ambiente.

A percepção, assim estruturada, varia segundo os sentidos (visão, tato, audição e olfato), o grupo (cultura) e o indivíduo (idade, preferências pessoais). Ainda que esteja ligado a uma cultura, a uma visão de mundo de um grupo, cada indivíduo possui uma singularidade perceptiva e uma visão particular do que ele reconhece como seu mundo.

Tuan (1980, p. 4-5) tece alguns conceitos principais como percepção, atitude, visão de mundo e topofilia que estruturam a sua obra, bem como apresentam-se importantes para o objetivo da nossa pesquisa, onde ele define:

Percepção “é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura”.

Atitude “é primeiramente uma postura cultural, uma posição que se toma frente ao mundo.” Ela é formada por uma longa sucessão de percepções, isto é, experiências. “As atitudes implicam experiência e uma certa firmeza de interesse e valor” (SCHIFF, 1973 apud TUAN, 1980).

Visão de Mundo “é a experiência conceitualizada. Ela é parcialmente pessoal, em grande parte social. Ela é uma atitude ou um sistema de crenças. A palavra sistema implica que as atitudes e crenças estão estruturadas, por mais arbitrárias que as ligações possam parecer, sob uma perspectiva impessoal (objetiva)” (JONES, 1972 apud TUAN, 1980).

Topofilia “é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal”.

Valor e símbolo também são conceitos correntes em toda a obra do autor. Todavia, Tuan (1980) apesar de não fazer menção à definição de “valor” e “símbolo” explicitamente no início de sua obra, como faz com os demais conceitos, permite compreender esses conceitos no desenrolar da obra, onde recorre à ideia de valor e símbolo em momentos distintos.

Segundo Tuan (1980, p. 166),

“um símbolo é um repositório de significados. Os significados emergem das experiências mais profundas que se acumulam através do tempo. As experiências profundas têm muitas vezes um caráter sagrado, extra-terreno, mesmo quando elas se originam na biologia humana. Quando os símbolos dependem de acontecimentos singulares, eles devem variar de um indivíduo para o outro e de uma cultura para outra. Quando se originam em experiências comuns da maior parte da humanidade, eles têm um caráter mundial. Os fenômenos naturais como céu, terra, água, pedra e vegetação são interpretados de maneiras semelhantes por povos diferentes. Lugares e objetos específicos como pinheiro, rosa, fonte ou moita, provavelmente têm interpretações diferentes.”

Diferentes sistemas simbólicos como as artes, a religião e a língua, por exemplo, atuam de maneira a permitir que o sujeito conheça seu mundo. O campo da produção simbólica é um campo de luta simbólica entre as classes. Como discutimos no sub-capítulo 2.1.5., os símbolos que atravessam o tempo e se mantêm presentes representam resultado de forças e ideologias dominantes num determinado período.

Os símbolos são carregados de significados, valores e crenças. De acordo com Tuan (1980), palavras como “montanha” e “vale”, por exemplo, assumem significados metafóricos diferentes daqueles definidos pela classificação científica. Aquelas palavras são carregadas de valor, significam “alto” e “baixo”, os quais por sua vez implicam na ideia de polaridade masculino-feminino e características temperamentais. Já “pedras” e “águas” simbolizam para os chineses o antigo conceito de dualidade na natureza, em um equilíbrio harmonioso.

Nas palavras de Tuan (1980), podemos compreender o valor como um conceito subjetivo, portanto um valor humano e não econômico, que vai se manifestar constantemente no dia a dia das pessoas. Para o autor “*um valor ambiental requer sua antítese para defini-lo.*” (TUAN, 1980, p.117). Estamos

constantemente valorando tudo ao nosso redor, dessa forma selecionamos o que será trazido para o nosso mundo e o que ficará fora dele.

A geógrafa Anne Buttimer também traz importantes considerações acerca dos valores humanos. Buttimer trabalha o conceito de mundo vivido através da experiência numa perspectiva fenomenológica, na qual o mundo não representa apenas fatos e negócios, ele é constituído de valores, bens e ações. Conhecer esses valores, portanto, nos permite entender o mundo cotidiano (MELLO, 2005).

A fim de tecer maiores considerações acerca dos valores humanos, importantes para compreender atitudes e comportamentos na estruturação do mundo, dedicamos o próximo tópico a este tema.

2.2.2. Os Valores Humanos

Os valores humanos são de grande importância para a percepção. Pois é através dos valores que enxergamos e estruturamos nossos próprios mundos. Segundo Okamoto, (2002, p. 57-58), “[...] todas as pessoas enxergam e reconhecem tão somente as coisas de seu interesse, conforme o universo de seus pensamentos.”

Segundo Heemann & Heemann (2003), não se pode deduzir pelos caminhos da lógica um valor estético, econômico ou político de um julgamento religioso e assim por diante. E continua, chamando a atenção para o fato de a percepção dos valores não existirem sem a experiência de mundo do indivíduo.

Os valores refletem representações construídas no imaginário coletivo da humanidade. Retomando Heemann & Heemann (2003, p. 112), ao escrever sobre a gênese e a internalização de valores, vale afirmar que a percepção de um valor depende de um antecedente que é a internalização situada num processo, cujo esquema, simplificado por aqueles autores, seria:

- “1. os valores socialmente construídos fornecem os padrões do certo e do errado;
2. as pessoas submetidas à malha normativa do amplo processo educativo incorporam emocionalmente estes padrões ou valores;
3. os valores cicatrizam o cérebro e servem de guia para as intuições, as percepções e sensações valorativas;
4. essa incorporação emocional, sob os lampejos da razão assume, a forma de decisão ética”.

As maneiras de experienciar e interpretar o mundo são, portanto, orientadas pelos valores que definem nossa posição no mundo. Logo, precisamos conhecer quais valores envolvem nossas mentes, e a psicologia social traz importantes contribuições.

S. H. Schwartz trabalha com a ideia de que existe um conjunto de motivações universais que dão origem e organizam os diversos valores nas diferentes culturas (GOUVEIA et. al., 2001). Não considera que os valores humanos individualmente sejam universais, são universais as motivações que os sustentam (GOUVEIA et. al., op. cit.).

Nesse sentido, define valor como sendo,

“um conceito ou crença do indivíduo sobre uma meta (terminal, instrumental) que transcendem às situações e expressem interesses (individualistas, coletivistas ou mistos) correspondentes a um domínio motivacional (hedonismo, poder, tradição, universalismo etc.) sendo avaliada em uma escala de importância (nada importante, muito importante) como um princípio que guia a sua vida.” (SCHWARTZ & BILSKY, 1987 apud GOUVEIA et. al., 2001).

Utilizado como referência nos estudos de psicologia social que buscam explicar as relações das atitudes e comportamentos, Schwartz propõe dez tipos motivacionais de valores (COELHO et. al., 2006), que podem ser verificados no Quadro 1.

Quadro 1: Tipos Motivacionais de Valores Universais

Autodireção	Criatividade, independência, liberdade
Estimulação	Novidade, vida excitante, mudança de vida
Hedonismo	Desfrutar da vida, prazer
Realização	Ambicioso, capaz, obter êxito
Poder	Posição e prestígio social, autoridade, riqueza
Benevolência	Ajudar, honestidade, ter sentido na vida
Conformidade	Auto-disciplina, bons modos sociais, obediência
Tradição	Respeito pela tradição, devoção, honra, humildade, vida espiritual
Segurança	Ordem social, segurança familiar, segurança nacional
Universalismo	Compreensão, amizade, igualdade, proteção do ambiente da natureza e de toda a gente, paz, sabedoria, mundo de beleza, justiça social

Fonte: modificado de GOUVEIA et. al., 2001, p.135.

Os valores estão intimamente relacionados com as necessidades de satisfações básicas do indivíduo, seja com relação às especificidades fisiológicas, seja a demanda derivada do grupo, como motivações sociais, seja a busca pelo bem-estar e sobrevivência. A demanda motivacional da formação dos valores não

inclui, todavia, a pré-condição para satisfazê-las. Os valores estão, assim, atrelados às representações das necessidades humanas.

Com vias de identificar os valores humanos básicos, Gouveia (2003, p.434-436) distingue 24 valores, que seriam: sobrevivência, sexual, prazer, estimulação, emoção, estabilidade pessoal, saúde, religiosidade, apoio social, ordem social, afetividade, convivência, êxito, prestígio, poder, maturidade, autodireção, privacidade, justiça social, honestidade, tradição, obediência, conhecimento e beleza.

Via de regra, podemos afirmar que esses valores básicos representam um propósito em si mesmo e orientam a maneira de perceber, pensar e agir, construindo mundos diferentes para cada indivíduo.

2.2.3. Processo da Percepção: da realidade percebida à ação sobre o espaço

São várias as maneiras como as pessoas percebem e avaliam o seu mundo. De acordo com Tuan (1980, p.06),

“duas pessoas não vêem a mesma realidade. Nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente. A própria visão científica está ligada à cultura – uma possível perspectiva entre muitas”.

Entretanto, todos os seres humanos compartilham percepções comuns, um mundo comum. E essa unicidade da perspectiva humana está ligada à cultura, realidade humana que a difere dos outros animais.

A realidade percebida sofre a influência de diferentes determinantes, aos quais faremos referência mais adiante, que interferem, delimitam e orientam o nosso comportamento após a percepção.

E é o pensamento que canaliza e dá forma à realidade. Segundo Okamoto (2002, p.43), “todo pensamento está apoiado no conteúdo emocional que dá cor e sentimento às imagens”. Continuando com a autora, podemos compreender que “ao focalizarmos algo que nos interessa, passamos a utilizar nossa faculdade de pensar, criando imagens calcadas na memória e na intuição.” (OKAMOTO, 2002, p.42).

Para o processo mental, portanto, a memória é essencial, visto que é nela que está situado todo o arquivo das experiências vivenciadas. Dela são derivadas imagens, experiências físicas, emocionais e sentimentais que dão forma aos pensamentos (OKAMOTO, 2002).

Concordamos com Okamoto (2002, p.20), que “o fato de se estar com os olhos abertos não quer dizer que se veja a realidade, pois ela é percebida por meio de conceitos, símbolos, mitos, [ideologias] etc.” Tão logo, a capacidade de ver representa um ponto de vista do indivíduo que vai se aprimorando, ou ganhando maiores significados a partir de experiência. Indo além da fugacidade da percepção.

A percepção pura, então, passa por um filtro, do qual obtemos apenas as informações que nos interessam e é com essas informações que estruturamos o mundo à nossa volta.

“Temos a sensação do ambiente pelos estímulos desse meio, sem ter consciência disso. Pela mente seletiva, diante do bombardeio de estímulos, são selecionados os aspectos de interesse ou que tenham chamado a atenção, e só aí é que ocorre a percepção (imagem) e a consciência (pensamento, sentimento), resultando em uma resposta que conduz a um comportamento.” (OKAMOTO, 2002, p. 27).

Podemos compreender a percepção como um processo que liga realidade à ação, como podemos observar na Figura 2 a seguir:

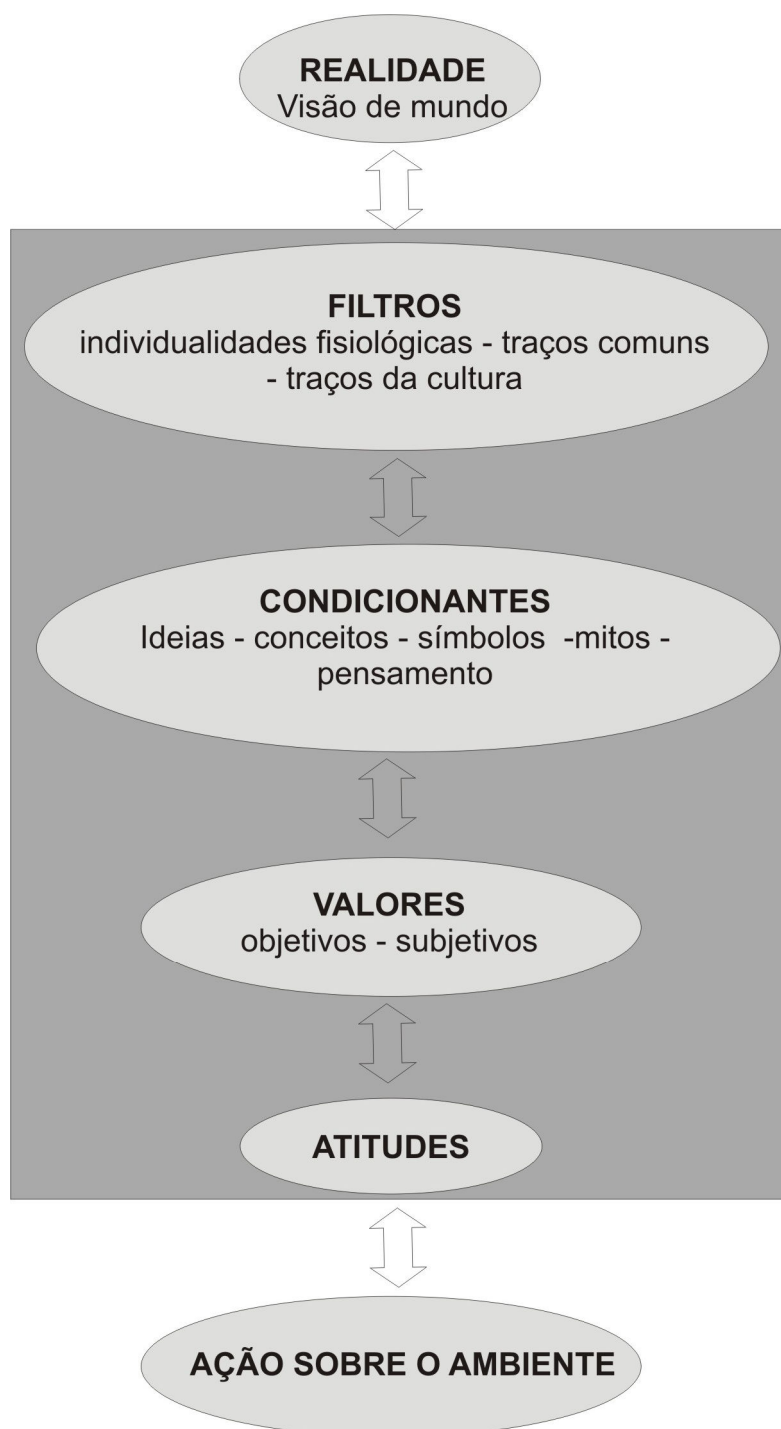


Figura 2: Processo de Percepção: da Realidade à Ação
Autor: COSTA, Renata G. S., modificado de OKAMOTO, 2002, p.53.

Tuan (1980) apresenta os traços comuns da percepção que delimitam a unicidade do mundo humano a partir do equipamento perceptivo do homem, como: visão, tato, audição e olfato, e se diferem, em amplitude e acuidade, dos outros animais.

Dos cinco sentidos, a visão é o do qual o homem mais depende e se desenvolve com o tempo e a experiência. “*A visão é seletiva e reflete a experiência*. Quando retornamos à cena de nossa infância, não somente a paisagem mudou, mas também a maneira como nós a vemos” (TUAN, 1980, p.12). Logo, quando o indivíduo vai adquirindo novos conceitos, estabelece novas experiências com o ambiente, mesmo que já o conheça anteriormente. O homem é, assim, “[...] predominantemente um animal visual” (TUAN, 1980, p.07).

O tato é a experiência direta do mundo como um sistema de resistências e de pressões que nos persuadem da existência de uma realidade independente de nossa imaginação.

Apesar de obtermos informações mais detalhadas a partir da visão, somos mais sensibilizados pelo que ouvimos do que pelo que vemos. Nossa experiência de espaço é consideravelmente aumentada pelo sentido auditivo.

O sentido do olfato está relacionado ao odor que sentimos do ambiente. Nesse sentido, “o odor tem o poder de evocar lembranças vividas, carregadas emocionalmente, de eventos e cenas passadas.” (TUAN, 1980, p.11). O cheiro pode trazer à memória todo um complexo de sensações.

Todos nós temos em comum os sentidos perceptivos (tato, visão, audição e olfato), entretanto cada ser apresenta individualidades fisiológicas, ou seja, cada um tem uma capacidade diferenciada de perceber o meio ambiente. Essa capacidade

está ligada à sensação que cada indivíduo vai absorver do meio. Uns têm maior sensibilidade ao som, outros aos odores, e assim por diante.

Nós percebemos o mundo com todos os sentidos. A quantidade de informações que nos chega é imensa. Mas apenas uma pequena porção da informação percebida é utilizada na nossa experiência no dia a dia. A visão é seletiva, abstrai objetos de interesse e perspectivas. Mas os outros sentidos nos atingem com sensações. Assim, “a percepção é atividade, um estender-se para o mundo.” (TUAN, 1980, p.14). Pela movimentação, contato e manipulação, aprendemos a realidade dos objetos e a estruturação do espaço.

De forma geral, nós, assim como os outros animais, dispomos desses sentidos perceptivos, porém, o que vai nos diferenciar dos demais animais é a nossa capacidade altamente desenvolvida para o comportamento simbólico.

Segundo Tuan (1980, p. 15),

“uma linguagem abstrata de sinais e símbolos é privativa da espécie humana. Com ela, os seres humanos construíram mundos mentais para se relacionarem entre si e com a realidade externa. O meio ambiente que construíram é um resultado dos processos mentais – de modo semelhante, mitos, fábulas, taxonomias, ciência.”

Tuan (1980) nos explica como é organizado o mundo para o indivíduo. Comumente atribuímos significados diferentes às direções cardeais, ao espaço (centro, periferia, frente, trás, aberto, fechado), aos elementos da natureza (montanha, céu, mar, fogo, água etc), animais, aos elementos da vida humana (morte, vida, novo, velho etc.), cores e figuras geométricas (círculo, mandala).

Esses significados podem ser orientados por regras universais, através da cultura, ou são idiossincráticos (maneira de ver, sentir e agir própria de cada pessoa). Desempenhando importante papel nas emoções humanas.

Ainda que a maneira de perceber o mundo seja singular em cada indivíduo, algumas semelhanças podem ser destacadas de acordo com Tuan (1980) como um esforço em tornar o mundo inteligível.

Essas semelhanças seriam a racionalização, ou seja, a capacidade para fornecer “razões” para aquilo que fazemos compelidos pela parte mais primitiva do cérebro (MACLEAN, 1958 apud TUAN 1980, p.16); a escala da percepção atrelada ao corpo humano; a diferenciação do espaço etnocentricamente, através de dicotomias simples como as direções; a atribuição de significados opostos (antíteses) aos pares percebidos no *continuum* da natureza (os fenômenos); a resolução de contradições através da ideia de centro que reconcilia as tendências bipolares, a fim de resolver as contradições que encontra na vida, e o costume de estruturar o mundo (cosmos) em substâncias que têm significados simbólicos.

Todas essas semelhanças tornam a investigação da percepção possível, visto que podemos delinear traços que sejam comuns aos diferentes grupos. No mundo simbólico, os objetos e eventos assumem significados que para um estrangeiro parecem arbitrários. Já para o nativo, as associações aparecem-lhe à mente e não necessitam de justificação racional. Esses significados são orientados pela cultura.

Ainda que semelhanças possam ser identificadas, precisamos considerar que existem diferenças e preferências individuais de cada pessoa, que orientam a percepção e estruturação de seus mundos pessoais.

A atitude está intimamente relacionada ao indivíduo, ainda que possa ser orientada pela cultura. Assim, ela representa a maneira de cada pessoa pensar e agir no mundo, podendo mudar com o tempo.

Tuan (1980, p. 56) escreve que “a articulação firme e precisa das atitudes ambientais requer notáveis habilidades verbais”. Nesse sentido, Tuan (op. cit.)

mostra que a literatura constitui um rico material, visto que, mais que outras ciências, ela nos fornece informações detalhadas, minuciosas e singulares de como cada indivíduo percebe o seu mundo.

Outras diferenças afetam também o modo de cada indivíduo perceber e se comportar no mundo como: o sexo e a idade, que está ligada a maturidade. A criança pequena apresenta o seu mundo reduzido aos seus arredores imediatos. A paisagem, por exemplo, não tem muito significado para a criança pequena, visto que “ver a paisagem requer, antes de tudo, a habilidade de fazer distinção nítida entre o eu e os outros, uma habilidade ainda pouco desenvolvida na criança de seis ou sete anos.” (TUAN, 1980, p.64).

Dessa maneira, a preferência ambiental é singular de cada pessoa. Cultura e meio ambiente se superpõem como fatores que orientam essa preferência e fornecem perspectivas complementares sobre o caráter da percepção e atitude ambiental.

Exaltamos com maior facilidade elementos do meio ambiente que estão mergulhados na cultura. Esses elementos são familiar e amplamente aceitos pelo indivíduo porque também o é pelo grupo.

A cultura está tão envolvida na percepção que, segundo Tuan (1980), uma pessoa é capaz de ver uma coisa inexistente (ter alucinações), se essa coisa for culturalmente aceita.

Entendendo que “uma pessoa pode parar e interpretar os indícios perceptivos de maneiras diferentes como um exercício em racionalidade” (TUAN, op. cit., p.70), a verdade é uma interpretação subjetivamente preferida como parte da experiência e da perspectiva global da pessoa. Continuando, o autor escreve que verdade, opções

e escolhas que fazemos em nossas vidas estão ligadas a nossa experiência de mundo.

Assim, homens e mulheres percebem aspectos diferentes do meio ambiente. Bem como o visitante e o nativo. O nativo tem uma atitude complexa derivada da sua imersão na totalidade de seu meio ambiente, que somente pode ser expressa indiretamente através do comportamento, da tradição local, conhecimento e mito. Porém, somente o visitante tem um ponto de vista.

Ainda que a avaliação do meio ambiente pelo visitante seja essencialmente estética, “as impressões fugazes das pessoas que estão de passagem não podem ser negligenciadas.” (TUAN, op. cit., p. 72). Pois é a perspectiva nova a principal contribuição do visitante, visto que, com o tempo, beleza ou feiúra tendem a desaparecer no subconsciente à medida que aprendemos a viver nesse mundo. Cada ambiente é enxergado com os valores aos quais o indivíduo está adaptado.

A visão do mundo é construída dos elementos do ambiente social e físico de um povo. Ambiente e cultura se encontram, assim, estreitamente ligados. Da mesma maneira, diferentes ambientes influenciam na formação de valores, significados e atitudes.

Precisamos compreender, a partir do que foi apresentado até aqui, que sentimentos e meio ambiente se articulam mutuamente na formação de valores e significados, permitindo desenvolver ou não um sentimento topofílico pelo lugar ou ambiente físico.

2.2.4. Topofilia

O amor humano pelo lugar, ou Topofilia, se diferencia em amplitude, variedade e intensidade desse sentimento. Essas diferenças estão atreladas à forma como os elementos do meio ambiente permeiam o conteúdo da topofilia.

Topofilia é um neologismo que engloba uma complexidade de ideias, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente. Segundo Tuan (1980, p. 107), “o sentimento e seu objeto são, muitas vezes, inseparáveis.”

A resposta ao meio ambiente pode ser estética (variando do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza fugaz e subitamente revelada), tátil (sentir a terra, o ar, a água). Porém, mais difíceis de expressar são os sentimentos pelo lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências (lembranças) e o meio de se ganhar à vida. A relação com o lugar ou meio ambiente físico pode estar associada a acontecimentos emocionalmente fortes ou por um símbolo (que traz um sentido singular e subjetivo ao lugar) (TUAN, 1980).

A beleza é sentida como a experiência imediata, momentânea, efêmera de um aspecto da realidade até então desconhecido, é a antítese do sentimento por lugares que se conhece bem. A beleza é a experiência imediata. O afeto requer tempo. “Esse tipo de experiência ocorre mesmo com pessoas que não sentem nenhum amor pela natureza” (TUAN, 1980, p.109).

Segundo Tuan (op. cit.), contatos superficiais com a natureza não geram um sentimento duradouro. A apreciação da paisagem é mais duradoura e perdura além do efêmero, quando está mesclada com lembranças ou com a curiosidade científica. Nesse caso, uma paisagem que antes revelava aspectos que passavam

despercebidos, provoca um *insight* (intuição, percepção, compreensão) da realidade, às vezes experienciado como beleza.

Na vida moderna, o contato físico é cada vez mais indireto e limitado, sendo que “o envolvimento do homem tecnológico com a natureza é mais recreacional do que vocacional” (TUAN, 1980, p.110).

Podemos compreender, portanto, que o afeto pelo ambiente não representa apenas a apreciação estética da paisagem. Formar um sentimento topofílico requer tempo. E difere enormemente de acordo com o *status* sócio-econômico. Paradoxalmente, o apego por um lugar também pode aparecer da experiência com a intransigência da natureza.

A partir disso, delimitamos de forma resumida algumas características que nos orientam a identificar um sentimento topofílico, dos quais destacamos:

- É o **afeto** pelo lugar;
- Não é apenas a experiência estética imediata (beleza);
- Requer **tempo**;
- Difere de acordo com **status sócio-econômico**;
- Paradoxalmente pode surgir da dificuldade que a natureza impõe;
- Tem relação com a **saúde**, em função dos aspectos perceptivos;
- Tem relação com a **familiaridade**, que está ligada à afeição;
- Tem relação com o **passado** (lembranças);
- Tem relação com **patriotismo** – amor à pátria ou terra natal;
- Pode estar relacionada ao lugar a partir de um **símbolo** de reconhecido valor.

No sentido inverso, o meio ambiente vai atuar como um produtor de imagens para a topofilia. Visto que

“O meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas fornece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais. (...) aquilo que decidimos prestar atenção (valorizar ou amar) é um acidente do temperamento individual, do propósito e das forças culturais que atuam em determinada época.” (TUAN, 1980, p.129).

As imagens mudam à medida em que as pessoas adquirem novos interesses e poder. As pessoas se atentam para aqueles aspectos do meio ambiente que lhes inspiram bons sentimentos, ou que sugerem sustento e satisfação no contexto de suas vidas.

Segundo o autor, os sentimentos topofílicos do passado estão perdidos, somente se pode conhecer alguma coisa através da literatura, obras de arte e artefatos que perduram no tempo.

Diariamente, as pessoas sonham com lugares ideais. Qual é esse meio ambiente ideal? Na sociedade moderna, os gostos individuais por ambientes naturais variam enormemente. Tuan (1980) apresenta ambientes naturais que em diferentes tempos e lugares têm atraído fortemente a imaginação humana como a praia, o vale, a ilha e a floresta.

O parque e o jardim também constituem ambientes naturais amplamente envolvidos pelo desejo do homem urbano em seu cotidiano. Chegamos ao século XXI cada vez mais envolvidos por esses lugares, seja por uma questão de qualidade do ambiente, da saúde, estética ou simbolismo, que podem despertar profundo sentimento topofílico.

Para compreendermos melhor como chegamos a esse sentimento no atual século, precisamos retornar à história que originou uma mudança de atitude cultural

com relação às paisagens naturais, dentre as quais elegemos os parques e os jardins.

2.3. PARQUES E JARDINS

Parques e jardins compreendem duas dimensões diferentes de uso e função que deriva de sua história. Compreender os elementos que unem esses espaços e os distanciam é compreender uma mudança de atitude com relação ao mundo natural inaugurado na insatisfação com o ambiente urbano. Assim, este sub-capítulo objetiva oferecer uma compreensão desse processo.

2.3.1. O Ambiente Natural

Frequentemente nos deparamos com a ideia de mundo natural separada de toda a ação humana. Assim, tudo que concerne ao ambiente natural corresponde àquele ambiente não feito pelo homem.

O ambiente natural é aquilo que é referente à natureza, ou seja, tudo aquilo em que não há trabalho do homem. Logo, a ideia de ambiente natural se colocaria oposta àquela de ambiente antropizado, construído pelo homem.

Ainda que essa forma de entender o ambiente natural seja um tanto simplista, é nesse sentido que precisamos pensar para poder compreender como a natureza é

percebida no meio urbano e quais valores estão atrelados a essa forma de pensamento e imagens produzidas.

Desse modo, mesmo apresentando aqui uma definição mais restrita do que a que temos em mente, tal compreensão é necessária do ponto de vista do interesse deste trabalho.

Os termos “ambiente natural” e “natureza” são tratados neste trabalho segundo (HEIMSTRA & McFARLING, 1978, p. 125) no qual significam

“não somente regiões geográficas, áreas naturais e parques, mas também grandes e pequenas áreas de recreação que, usualmente, apresentam muitas características produzidas pelo homem.”

Continuando, segundo Heimstra & McFarling (op. cit., p. 125),

“estas áreas de recreação, entretanto, são ambientes naturais simulados, no sentido de que são construídos para propiciar às pessoas algum contato com árvores, espaço aberto, água corrente etc. elementos estes que são tidos como componentes de um ambiente natural. [Logo,] passar uma hora ou duas num parque urbano, com seus lagos e árvores, significa, para muitos habitantes da cidade, contato com o ambiente natural, em contraste com o ambiente construído dos edifícios, ruas, automóveis etc.”

Mesmo que se saiba que todos os elementos de um parque urbano foram cuidadosamente pensados e planejados por paisagistas preocupados com elementos como linha, forma, textura, cor e movimento associados aos princípios de estética, esses elementos são associados ao mundo natural.

Assim, para compreender como foi criada a ideia de ambiente natural no imaginário coletivo, torna-se importante, segundo Carvalho (2008, p. 91),

“considerar a historicidade das questões ambientais, evitando uma abordagem atemporal e essencialista que ignora das circunstâncias históricas em que se produzem os diferentes modos de compreensão e significação humana do ambiente”.

E é exatamente essa ideia dicotomizada entre o mundo natural - natureza e o mundo construído - cidade, que influenciou uma mudança na forma de pensar o ambiente entre os séculos que precederam o início da idade moderna até os dias atuais.

2.3.2. Uma Mudança de Atitude

Para entender a mudança de atitude do homem com relação à natureza, que deu origem à maneira de se pensar essa natureza hoje, precisamos retornar a ideia de valor, tal qual Tuan apresenta, onde “um valor ambiental requer sua antítese para defini-lo.” (TUAN, 1980, p.117).

O sentimento de nostalgia que aproxima o homem da natureza “selvagem” é um sentimento do homem urbano, no sentido em que a cidade representa a antítese da natureza. Esse sentimento está intimamente relacionado à busca pela qualidade de vida. Essa busca emergiu num momento de insatisfação frente aos problemas ambientais que se multiplicavam nas cidades após a Revolução Industrial.

Tuan (1980) lembra que as pessoas raramente percebem a ironia inerente à ideia de preservar o selvagem. O “selvagem” não pode ser definido objetivamente. Ele é tanto um estado de espírito, como uma descrição da natureza.

O selvagem se refere tão somente ao mundo das idéias, representando uma imagem no pensamento, visto que a natureza, ao alcance do homem urbano em seu cotidiano, constitui uma paisagem intermediária entre a ideia da natureza “selvagem” e a cidade. Essa natureza intermediária é identificada como ambiente natural

mesmo sendo representada por uma natureza dominada e transformada pelo homem, como o campo, as praças, jardins e parques. A Figura 3 apresenta essa relação.

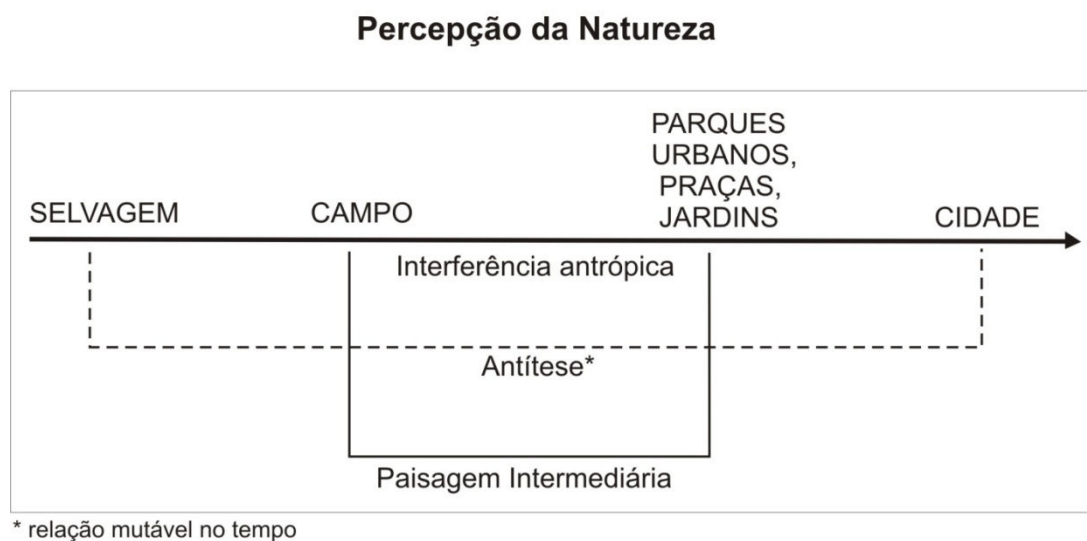


Figura 3: Relação entre a Cidade e o Selvagem segundo o Nível de Interferência Antrópica, constituída no Ideário Humano.

Autor: COSTA, Renata Geniany S., fevereiro de 2010

Campo, natureza, selvagem e todos os substantivos que se referem à ideia do ambiente natural, em oposição à cidade, à expressão última da interferência do homem no mundo natural, representam o que Thomas (1988) chamou de “o dilema humano”. E que inevitavelmente faz parte do cotidiano das pessoas. Como lembra Tuan (1980), estamos sempre estruturando o mundo ao nosso redor a partir da identificação de fenômenos e atribuindo significados opostos a eles.

Assim, a preferência por um ambiente “antropizado” ou por outro “natural” não foi a mesma no decorrer da história. Thomas (1988) faz uma análise sobre o homem e o mundo natural na Inglaterra nos três séculos que inauguraram a modernidade,

entre os anos de 1500 e 1800, mostrando como se partiu de um desdém a uma exaltação da natureza. Motivada, sobretudo, pelas insatisfações crescentes com as condições ambientais do ambiente urbano.

Anteriormente à mudança de atitude que inicia um processo de exaltação da natureza, o sentimento social sobre esses espaços situava-se no sentido oposto. O predomínio humano sobre a natureza se firmava, sobretudo, na ideia de progresso e civilização, onde não havia espaço para nenhum comportamento que aproximasse o homem da natureza; “[...] derrubar árvores era deferir um golpe em favor do progresso.” (THOMAS, 1988, p.235).

Tudo que se aproximava do mundo natural, seja animal ou vegetal, não era concernente com o mundo civilizado. Tal pensamento predominava tanto nas ciências, que naquele momento procurava um distanciamento dos aspectos subjetivos do homem, separando sujeito e objeto, natureza e cultura; quanto era justificado pelos fundamentos teológicos que “[...] forneciam os alicerces morais para esse predomínio do homem sobre a natureza. [...] Com efeito, “civilização humana” era uma expressão virtualmente sinônima de conquista da natureza.” (THOMAS, op. cit., p.27-31).

De acordo com Thomas (op. cit., p.232),

“Um dicionário poético de meados do século XVII sugere, como epítetos apropriados a uma floresta, “terrível”, “sombria”, “selvagem”, “deserta”, “agreste”, “melancólica”, “desabitada” e “assolada por feras”.

Todavia, a mudança de atitude com relação à natureza foi motivada por diferentes interesses que emergiram entre o fim do século XVII e início do século XVIII, marcando profundamente todo o pensamento dos séculos seguintes. Apareceram com maior notoriedade interesses de ordem prática e utilitária, sanitária,

de status social e sentimental. Iniciada na Inglaterra, essa mudança permeou todo o pensamento ocidental, inclusive no Brasil.

Na Inglaterra, o interesse em se preservar as áreas florestadas estava pautado na intenção de explorar a madeira e fornecer um ambiente favorável para os animais de caça, visto que essas reservas constituíam importante espaço para a caça de cervos, prática esportiva da realeza. Assim, os primeiros parques na Inglaterra eram os chamados parques de cervos e representavam importante símbolo de posição social. (THOMAS, 1988).

A introdução da vegetação na cidade correspondeu a uma preocupação com a salubridade, derivada da teoria miasmática que orientava o processo de higienização da cidade. Essa preocupação desencadeou uma série de projetos urbanísticos direcionados à implantação da arborização, sejam na forma de árvores nas vias públicas, parques, praças ou jardins. E estavam também atrelados a uma afeição pela natureza, real ou imaginária, originada no final do século XVIII ligada ao sentimento de saudade e amor pelo campo, pelo selvagem. Segundo Thomas (1988, p. 16), “à medida em que as fábricas se multiplicavam, a nostalgia do morador da cidade refletia-se em seu pequeno jardim, no seu animal de estimação, [...]”.

Assim, o culto às árvores tornou-se uma prática difundida em todo o Ocidente, materializada, sobretudo, na criação de áreas destinadas à vegetação como jardins e os parques.

2.3.3. A Imagem do Paraíso: Jardim

Compreender o jardim é compreender alusões a imagens já consagradas. Via de regra, podemos entender o jardim como

“[...] um trecho de espaço anexo à casa, quase sempre à frente dela, mas em certos casos – como nos chamados jardins de inverno – dentro dela. O jardim é uma parte do espaço que circunda a casa (a casa ou outro tipo de edificação), uma parte específica pela posição e pelas características.” (SALDANHA, 1993, p. 13).

O jardim compreende mais uma dimensão simbólica do que materializada. Ele está envolto por um grande imaginário de vida, amor, equilíbrio. Sua magia deriva de uma longa história – a do homem. Segawa (1996, p.14) interroga - “Haverá criação mais impregnada de significações para o ser humano que o jardim?”

As alusões feitas aos jardins são derivadas, sobretudo, da literatura e das artes. Segundo Saldanha (1933, p. 14),

“A noção de jardim carrega consigo exemplificações que provêm de alusões literárias antiquíssimas, e de citações pictóricas igualmente remotas: ele é fechado, não muito extenso, arborizado, ocupado com plantas ornamentais. O jardim é o lugar das flores, e pertence a casas particulares ou de qualquer maneira a construções específicas: palácios, hospitais, conventos, universidades.”

Os jardins constituem, assim, um espaço íntimo caracterizado por trechos de natureza modelada, bela e moralmente benéfica. Um espetáculo da natureza. Sua prática era introduzida como um hábito cotidiano na Europa do século XVII. Segundo Segawa (1996), a apreciação do jardim impunha a capacidade de percepção de uma dimensão específica com relação à natureza – a paisagem. Como uma paisagem

estética, os jardins pressupunham uma feição contemplativa, diferente das condições impostas pelas realidades urbanas.

A ideia do jardim traz embutida a imagem do Paraíso herdada do Jardim do Éden. O jardim é uma tentativa de retorno ao Éden, à natureza. Ter um jardim em casa é estar próximo ao paraíso.

De acordo com Tuan (1980), o jardim tem grande significância simbólica. Continuando, Tuan (op. cit., 166) escreve que

“No nível mais profundo [o jardim] pode simbolizar a vulva da terra, espessando o anseio da humanidade por tranquilidade e a certeza de fertilidade. No entanto, os desenhos e conteúdos específicos têm um significado atribuído culturalmente.”

Além da dimensão mítica, o jardim possui outras dimensões como ordem, status. De acordo com Segawa (1996, p. 49)

“o jardim público torna-se um monumento ao verde – espaço ao culto e ao repositório de significados da natureza idealizada pelo ser humano. O passeio ajardinado será a instância radical do estabelecimento da ordem pública, o grande teatro onde os homens vão se “comportar como atores, a fim de serem sociáveis uns com os outros nas cidades”, na visão de Sennett.”

A ordem simbolizada pelos jardins estava na disciplina de sua estrutura, uso de linhas retas e nos valores sociais e morais daí derivados. Ideias instauradas pelo pensamento moderno. No início (de sua valorização no século XVII), a apreciação e culto aos jardins constituíam uma atividade específica da classe superior.

Nesse período, em qualquer paisagem bela as árvores desempenhavam um papel indispensável. Os jardins apresentavam uma dimensão religiosa, eram símbolo de repouso e harmonia. Um lugar apropriado para a reflexão espiritual,

constituindo o ambiente ideal para o derradeiro descanso do homem (THOMAS, 1988).

Diferentes jardins se destacaram na história pelas características paisagísticas que apresentavam como: os jardins egípcios, com uma rigorosa simetria de seus traçados; os jardins persas, com seus monumentos e elementos retirados dos jardins gregos e egípcios; os jardins gregos, romanos, japoneses, chineses, entre outros, nos diferentes períodos históricos, se destacaram por seus traçados, exuberância de sua vegetação, aspectos arquitetônicos e paisagísticos.

Mas o modelo que se destaca na Inglaterra do século XVIII, e é disseminado por todo o Ocidente, é conhecido como jardim paisagístico inglês (DEL PICCHIA, 2009).

O jardim paisagístico tem grande influência de dois comportamentos principais que se disseminavam na sociedade inglesa: o prazer inglês de fazer passeios pelo campo e a preferência pelo exercício físico como um prazer em si.

De acordo com Tuan (1980), os jardins paisagísticos refletem, tanto como a pintura, certas atitudes básicas religioso-estéticas para o mundo. O jardim paisagístico aparece de uma nova maneira de observar o espaço, inspirados nos jardins chineses (JUNQUEIRA, 2007). O budismo, dessa forma, contribuiu para aumentar o interesse pela natureza e pelo paisagismo, enriquecendo seus conteúdos simbólicos (TUAN, 1980).

Caminhar por um jardim é mergulhar num mundo a ser desvendado pelos sentidos, mente e espírito. Segundo Tuan (op. cit., p. 168), “os diferentes símbolos de um jardim se complementam e se enriquecem mutuamente: na paisagem idealizada, a mensagem global é de paz e harmonia.”

A principal característica observada no modelo de jardim paisagístico é a rejeição das linhas retas (teoria da linha ondulante da beleza). Essa teoria tornou-se um princípio estético muito forte e, segundo Del Picchia (2009, p.34), Willian Kent (1645-1748) pioneiro do jardim inglês, proclamou que “a natureza detesta a linha reta”.

Tuan (1980, p. 158) escreve que “ver é uma atividade estética e intelectual que coloca uma distância entre o objeto e o observador”. Logo, continua Tuan (op. cit., p. 159), “o jardim está desenhado para envolver, para rodear o visitante que, à medida que percorre as trilhas tortuosas, descobre constantemente cenas diferentes”.

Outras características dos jardins paisagísticos se destacaram, como: a ideia de um mundo cheio de surpresas e suspense, que através das linhas curvas despertam a curiosidade de seguir caminhando para conhecer o que se esconde atrás de cada curva, bem como o destaque das belezas naturais, a presença de gramados e bosques, o fato de a paisagem ser criada para ser admirada, a rejeição às árvores podadas, a remoção dos limites do jardim, a busca por dar vida às sensações. Essa característica dos jardins paisagísticos chegou ao Brasil no início do século XX.

Os jardins espelham valores e atitudes ambientais (TUAN, 1980), representam a materialização do pensamento da sociedade em determinada época. Dessa forma, o projeto paisagístico de um jardim caracteriza-se pela implantação de um processo de comunicação que envolve arte. E como todas as artes, a elaboração de um jardim busca a perfeição, a harmonia, a excelência, utilizando-se, para isso, diferentes meios de expressão, dentro dos princípios da estética (FILHO et. al., 2002).

Assim, alcançar um efeito estético agradável na composição de um jardim é atingir a sensação do belo no observador. Segundo Filho (2002), concorda-se que a beleza é fruto do relacionamento harmonioso entre as partes de um todo. Se não existe harmonia entre as partes, nossa reação é dizer que algo não é belo. O conceito de beleza parte de uma reação à visão de um estímulo visual (jardim, por exemplo) que se apresenta ao observador.

Segundo Tuan (1980, p.161-162),

“o jardim agrada primeiramente à vista. Dos sentidos humanos, a visão é a mais discriminante espacialmente: o uso habitual dos olhos nos leva a apreciar o mundo como uma entidade espacial de linhas bem definidas, de superfícies e de sólidos. Os demais sentidos nos ensinam a perceber o mundo como uma ambiência rica, porém embaçada”

Além da profundidade simbólica e paisagística dos jardins, a preocupação com esses espaços decorre, sobretudo, de uma necessidade de higienizar a cidade. Assim, esses espaços ganham outra dimensão de importância instaurada pelo valor higiênico.

Já no século XX, segundo Segawa (1996), o conhecimento sobre os benefícios das plantas na área urbana estava divulgado nas mais diversas instâncias sociais e plenamente aceito do ponto de vista técnico-científico. Incentivado pelo furor salubrista de ordem sanitária, passa-se a ser incentivada a introdução da vegetação nas fisionomias das cidades maiores.

A partir do século XVII, portanto, não apenas os jardins, mas também os parques, representaram dimensões marcantes na urbanização europeia. São criações efetivamente materializadas enquanto espaços públicos urbanos, envolvidos em formulações mitológicas e estéticas com a natureza. Os jardins e os

parques, junto a outras áreas que comportam a vegetação como as praças, passam a representar importantes espaços nas cidades.

2.3.4. A Busca pela Recreação e o Lazer: Parque Urbano

Os primeiros registros que se tem de parques, originaram-se na Inglaterra no século XVIII. Eram, então, os chamados parques de cervos (THOMAS, 1988), destinados a oferecerem à caça um ambiente mais agradável.

Segundo Thomas (1988), não é de se estranhar que os primeiros parques surgidos não serviam à conservação das matas ou da diversidade biológica. Eles tinham fins meramente utilitários. Eram utilizados para fornecer um local favorável aos animais de caça. Visto que caça era a recreação preferida pelos senhores de classe na Inglaterra do século XVI e XVII.

Assim, o plantio de árvores nos parques de caça ou parques de cervos era feito para se obter madeira e para garantir a segurança da caça (THOMAS, 1988). Somente no século XVIII, esses parques passam a produzir, segundo Thomas (op. cit., p.241), “uma razão adicional e mais duradoura para a conservação de árvores, notadamente a crença de que a mata acrescentava beleza e dignidade ao cenário”.

A partir da Revolução Industrial, crescia o amontoado de pessoas nas cidades e o ambiente tornava-se cada vez mais poluído e insalubre. Tal fato gerou um crescente descontentamento com a vida nas cidades. Logo, os parques urbanos aparecem em função da crescente demanda por espaços públicos destinados ao lazer e à recreação, que surge paralela à redução da qualidade do ambiente urbano.

Os parques foram criados pela absorção dos grandes espaços anteriormente destinados aos jardins particulares de palácios e residências, que foram abertos ao público e incorporados à estrutura urbana. (KLIASS, 1993).

Kliass (1993) mostra que dois processos distintos marcaram a criação dos primeiros parques urbanos na Inglaterra. O primeiro se deu pela absorção dos grandes espaços, representados pelos jardins dos palácios da Corte, que foram abertos ao público e incorporados à estrutura urbana. Um exemplo é o Jemes Park em Londres. O segundo derivou dos empreendimentos imobiliários promovidos pela iniciativa privada. Que corresponde a criação de diversos parques em Londres e inspirou, ainda, a criação do Central Park de Nova York. Dessa forma, concomitantemente ao processo europeu, desenvolveu-se nos Estados Unidos o “Movimento de Parques Americanos”

De acordo com Kliass (1993, p.20),

“a inspiração do parque urbano foi o modelo paisagístico dos jardins ingleses do século XVIII, que tiveram origem nas idéias românticas de volta à natureza aliadas à influência da cultura e artes orientais.”

Esse modelo de parque vigorou até início do século XX, e chegou até os parques da América do Sul, em países como Brasil, Uruguai e Argentina (KLIASS, 1993). Após a segunda Guerra Mundial, as experiências das cidades novas na Inglaterra, França e Estados Unidos introduziram uma nova concepção urbanística em relação às áreas verdes, incorporando conceitos da Carta de Atenas e do arquiteto-paisagista Le Corbusier, onde a convivência com o verde nas cidades seria uma necessidade inerente à existência e à saúde humana.

O parque entendido como “espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados

à recreação” (KLIASS, 1993, p. 19), representa a necessidade de espaços diferenciados na massa urbana, que teve início no século XVIII e se estende até os dias atuais.

Essa necessidade deriva das funções, sejam estéticas, ecológicas ou sociais desenvolvidas pela vegetação na melhoria do ambiente urbano e de uma demanda por espaços públicos de lazer e recreação.

A função estética baseia-se na beleza da paisagem aos olhos de quem a observa. Os projetos paisagísticos desses espaços buscam, como em uma obra de arte, a perfeição, a harmonia entre os elementos e a excelência, um conjunto de técnicas que procuram representar o belo. Assim, o ambiente cuidadosamente criado fornece conforto psicológico aos visitantes.

As funções sociais e ecológicas estão atreladas aos benefícios que a vegetação presente traz para o ambiente e conseqüentemente para os visitantes desses espaços. Tais funções implicam, dentre outras, na manutenção do conforto térmico, lúmnico e sonoro, redução de materiais tóxicos particulados da atmosfera com respectiva melhoria da qualidade do ar, redução de enchentes pelo aumento de espaços livres e redução do escoamento superficial (NUCCI, 2008).

Segundo Heimstra e McFarling (1978, p.126), a recreação ao ar livre trata-se de “um dos tipos mais importantes de relacionamento temporário homem-ambiente natural”. Para esses autores, o relacionamento entre o homem e o ambiente natural pode ser agrupável em duas categorias: a dos temporários, que são aquelas pessoas visitantes, e a dos permanentes, que corresponde às pessoas que trabalham ou estão associadas de alguma forma ao parque. Os relacionamentos temporários são os mais intensamente procurados pelos indivíduos, que orientados por motivações pessoais, encaram esses locais como fontes de prazer e satisfação.

Kliass (1993, p. 19) escreve que

“o parque urbano responderá as demandas de equipamentos para as atividades de recreação e lazer decorrentes da intensificação da expansão urbana e do novo ritmo introduzido pelo tempo artificial – tempo da cidade industrial –, em contraposição ao tempo natural, inerente à vida rural.”

Esse contraponto descrito por Kliass acrescenta uma necessidade que se localiza entre os dois tempos citados anteriormente – o tempo de lazer. Lazer enquanto uma atividade desinteressada, derivada da escolha pessoal na busca de prazer (CAMARGO, 1989). Apesar de serem usados frequentemente como sinônimos, recreação e lazer apresentam significados distintos,

“Lazer é considerado o tempo disponível das pessoas após uma jornada de trabalho e recreação compreende uma variedade muito grande de atividades realizadas neste tempo disponível desde assistir televisão, ir ao cinema, ao teatro até praticar os mais variados esportes. O uso do tempo livre para a recreação surge como uma preocupação na sociedade moderna urbano-industrial, apesar do lazer ser uma necessidade importante para o homem ao longo do tempo, variando apenas a intensidade segundo o contexto físico, sócio-econômico e político social de cada grupo.” (COLESANTI, 1994, p. 70).

De acordo com Colesanti (1994,), os parques constituem importantes espaços livres públicos na área urbana, com tamanho, forma e características variáveis onde a população pode desfrutar momentos de lazer e apreciar a estética da natureza. Ao mesmo tempo, o parque vai atender à necessidade de criação de espaços amenizadores das estruturas urbanas, compensando as massas edificadas (KLIASS, 1993).

Todavia, com relação aos parques, bem como todos os espaços livres de uma cidade, Colesanti (op. cit.,) lembra que é importante que esses espaços sejam abordados de forma integrada no planejamento urbano, merecendo uma atenção

especial dos planejadores quanto à sua utilização pela população. A autora continua escrevendo que

“é somente no século XX, que os parques urbanos começam a aparecer nos estudos de planejamento urbano, quando grandes áreas nas cidades passam a receber uso específico de recreação” (COLESANTI, 1994, p. 73).

Nas últimas décadas, a crescente importância das questões ambientais contribuiu para revigorar as propostas de valorização das áreas verdes nos centros urbanos e de conservação de seus espaços naturais.

Assim, a valorização da natureza passou de um nível de apreciação e veneração de uma estética agradável para uma preocupação em salvaguardar a vida, a partir da necessidade de conservar e preservar a natureza para as gerações futuras.

A ideia da proteção da biodiversidade, de paisagens cênicas e do ambiente natural, traz consigo um novo modelo de parque, aquele que, diferente dos parques originados a partir dos jardins particulares da realeza, passam a ser criados por lei específica com a finalidade de conservação desses espaços.

Desse modo, foi instituído o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), que regulamenta a criação e manejos dos espaços naturais. A Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o SNUC define:

“unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”

O parque enquanto unidade de conservação também tem como característica principal possibilitar a recreação em contato com a natureza. Entretanto, ele se difere dos demais parques presentes nas áreas urbanas por possuir um plano de manejo que estabelece normas e restrições à visitação pública.

Para manutenção e multiplicação dessas áreas no espaço urbano, é necessário desenvolver projetos próprios e direcionados a um espaço específico como o parque, por exemplo, que contemple às características inerentes ao local em que estão inseridos e a população frequentadora (COLESANTI, 1994).

Segundo Heimstra & McFarling (1978, p.127) para tomar decisões,

“a administração deverá dispor de informações consideráveis sobre as características dos usuários, inclusive suas motivações para frequentarem a área e as exigências que fazem e os tipos de relacionamentos estabelecidos numa área em particular, que lhes proporcionam satisfação máxima.”

O que, segundo os autores citados, tem contribuído para um aumento crescente de estudos relacionados aos aspectos psicológicos da recreação ao ar livre, a partir da investigação de motivações e satisfações com ambiente. Esses estudos contribuem com informações úteis aos administradores das áreas já existentes e aos projetistas de novas áreas (HEIMSTRA & McFARLING, 1978).

Para nós, o culto da natureza orientado pela ideia dos jardins e a demanda por lazer e recreação, derivam de experiências íntimas com esses espaços, e constituem uma dimensão da subjetividade humana que orienta o uso desses espaços. E por esse motivo devem ser compreendidas enquanto importantes informações para serem conhecidas e consideradas no planejamento do sistema de espaços livres nas cidades.

CAPÍTULO 3 – PARQUE MARIANO PROCÓPIO EM JUIZ DE FORA – MG

O presente Capítulo teve por objetivo apresentar a área de trabalho – o Parque Mariano Procópio, suas principais características de infra-estrutura e seu jardim histórico com seus aspectos paisagísticos.

3.1. PARQUE MARIANO PROCÓPIO: UM JARDIM HISTÓRICO

O Parque Mariano Procópio tem o objetivo de preservar um jardim histórico em seu interior, que outrora fora o jardim de uma grande casa, que hoje constitui o Museu de mesmo nome situado no interior do Parque. Assim, neste sub-capítulo procuramos estruturar informações que permitam conhecer um pouco mais a área de estudo da presente pesquisa.

3.1.1. Escolha e Caracterização do Parque Mariano Procópio

Como observamos no sub-capítulo 2.3, a valorização dos espaços vegetados na área urbana vai aumentando na medida em que as cidades crescem e esses espaços ficam cada vez mais escassos. Segundo Terra (2007, p. 27),

“com o crescente aumento da urbanização, os jardins das pequenas cidades tornaram-se símbolo de *status* e, até mesmo, um local de refúgio do caos gerado pela vida urbana”.

O descontentamento com o modo de vida instaurado nas cidades levou a população a buscar lazer e recreação junto aos elementos naturais. Dessa forma, os espaços livres, entendidos enquanto espaços livres de edificação que compõe a Zona Urbana de um município, ganham destaque nas cidades. (CAVALHEIRO *et al.*, 1999).

O sistema de espaços livres é constituído por áreas verdes como parques, praças, jardins, bem como por águas superficiais, calçadas públicas, canteiros centrais (GUZZO & CAVALHEIRO, 2000). Dentre eles, os parques urbanos representam elementos de grande importância na área urbana por oferecerem uma área para lazer e recreação, e predominância de elementos naturais com cobertura vegetal significativa. Além de apresentar uma característica importante, a de ser um espaço público, ou seja, um espaço, ao menos em teoria, acessível a qualquer pessoa.

De acordo com Colesanti (1994, p. 73), os parques urbanos

“devem possuir um sistema adequado para recreação em seu interior, onde as pessoas da cidade (idosos e pais com filhos) possam desfrutar de um

lugar tranquilo para descanso e para a realização de atividades recreacionais.”

Na cidade de Juiz de Fora, podem ser encontrados três parques situados em sua área urbana: o Parque Mariano Procópio, o Parque Halfeld e o Parque da Lajinha. Esses parques oferecem área para lazer, recreação e contato direto com os elementos da flora e fauna locais. São verdadeiras ilhas que se destacam no mosaico da paisagem da cidade (Mapa 1)

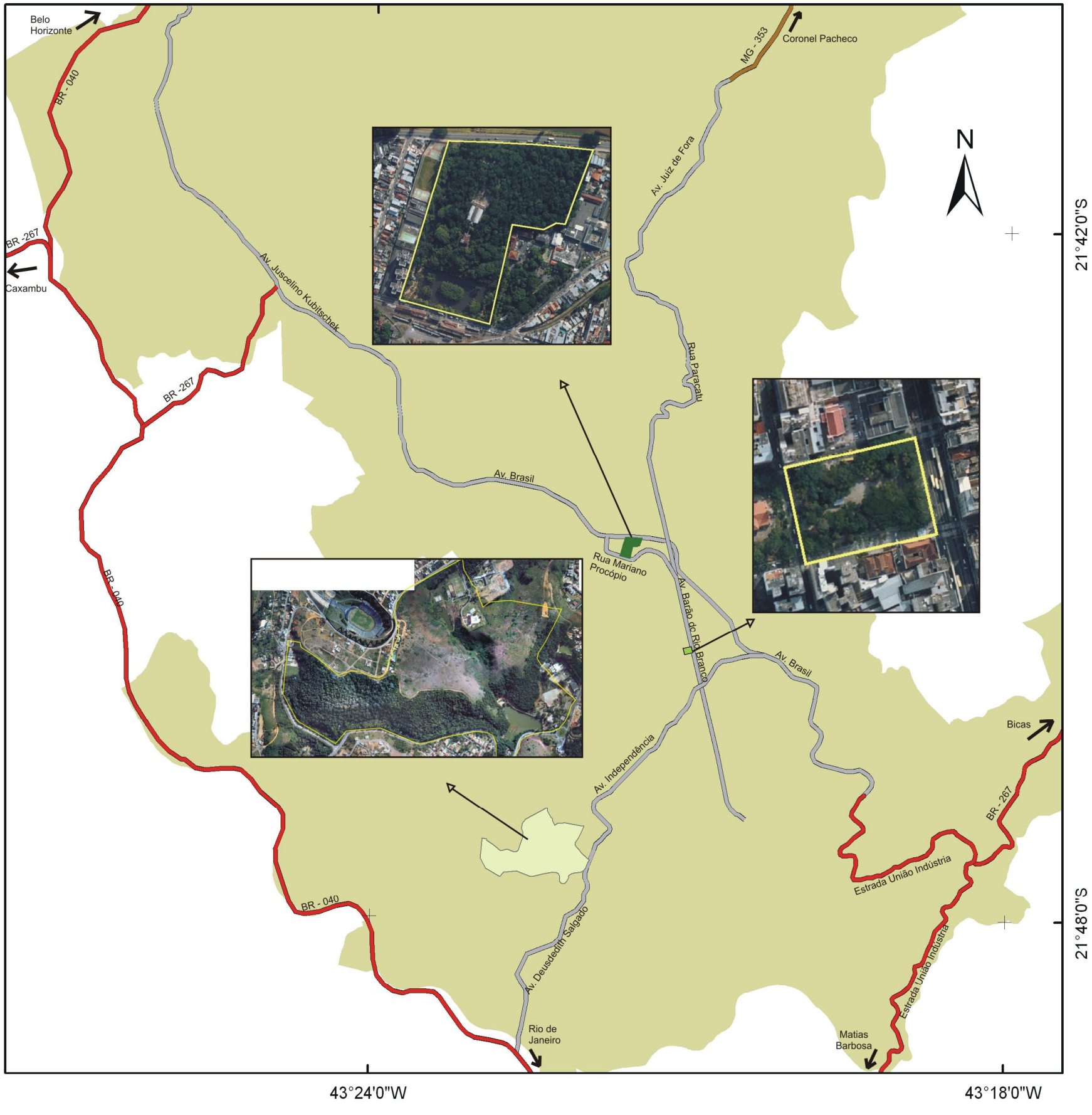
Segundo a Agência de Gestão Ambiental de Juiz de Fora (Agenda-JF), o Parque Mariano Procópio e o Parque Halfeld são Áreas Ambientais Tombadas. As Áreas Ambientais Tombadas

“são áreas que são protegidas por lei, mas que não possuem uma categoria de manejo específica, de acordo com Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), porém devido ao seu aspecto cênico e paisagístico, foram tombadas por lei municipais.”
(http://www.pjf.mg.gov.br/agenda_jf/unidades_de_conservacao.php)

O Parque Halfeld é uma área aberta sem grades ou muros que definam os seus limites. Sua área é considerada de interesse urbanístico e paisagístico que cumpre função principal de praça. Já o Parque Mariano Procópio é uma área fechada com grades e muros, preservada pelo Decreto Municipal 2861/83. O jardim do parque foi formado através do plantio de espécies vegetais representantes da flora nativa e constitui uma área destinada ao lazer, que funciona associada ao museu histórico.

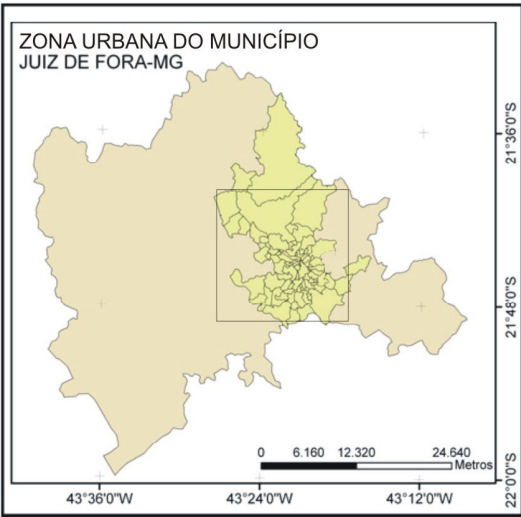
PARQUES DA CIDADE - JUIZ DE FORA - MG

PRINCIPAIS VIAS DE ACESSO



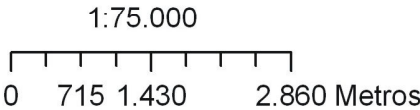
Legenda

- Parque Mariano Procópio
- Parque da Lajinha
- Parque Halfeld
- Vias Estaduais
- Vias Federais
- Vias Municipais
- Zona Urbana



PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR

DECLINAÇÃO MAGNÉTICA 2007 Datum WGS - 1984 Zona 23 Sul



A DECLINAÇÃO MAGNÉTICA
CRESCE 7' ANUALMENTE

JUIZ DE FORA (MG)

Fonte: Prefeitura de Juiz de Fora, 2000
Desenhista: COSTA, Renata Geniany S.
Fevereiro 2010

Mapa 1: Parques da Cidade - Juiz de Fora, MG

Diferentemente dos dois parques anteriores, o Parque da Lajinha é uma Unidade de Conservação (UC). De acordo com a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, em seu Art. II, § 4º, o Parque da Lajinha é denominado Parque Natural Municipal, sendo criado pelo Município. O Parque Natural Municipal da Lajinha – PNML – recebeu a denominação de parque em 1982 pelo Decreto Municipal 2733/82.

Com uma área de aproximadamente 88 ha, o Parque da Lajinha é o maior parque da cidade, seguido do Parque Mariano Procópio com 9ha e o Parque Halfeld com 1,2 ha (Agenda-JF). Esses parques, com sua vegetação, conferem aos bairros nos quais se localizam uma importante contribuição no Índice de Áreas Verdes (IAV).

Ao unir uma área vegetada a condições de lazer e recreação, o Parque Mariano Procópio se destaca pela exuberância de seu jardim, consorciando espécies exóticas e nativas da flora brasileira. Segundo estudos de Costa e Ferreira (2009), o bairro Mariano Procópio, no qual está situado o Parque de mesmo nome, possui um IAV satisfatório, com 39,8 m²/habitante. Esse índice representa mais que o dobro do IAV mínimo sugerido pela Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU) na Carta a Londrina e Ibiporã (1996), que é de 15m²/habitante para assegurar uma sadia qualidade de vida.

Esse IAV também representa um índice significativo se comparado com toda a cidade, onde, das 81 Regiões Urbanas analisadas, mais de 90% apresentam um IAV igual a zero (COSTA E FERREIRA, 2009). Assim, a Região Urbana Mariano Procópio, que corresponde ao bairro de mesmo nome, apresenta o 4º maior IAV da cidade. Esse IAV se deve a dois fatores principais: 1) o baixo número de habitantes

situados naquele bairro, se comparado a outros bairros situados na área central da cidade, e 2) a presença do Parque Mariano Procópio, uma área verde de dimensões significativas.

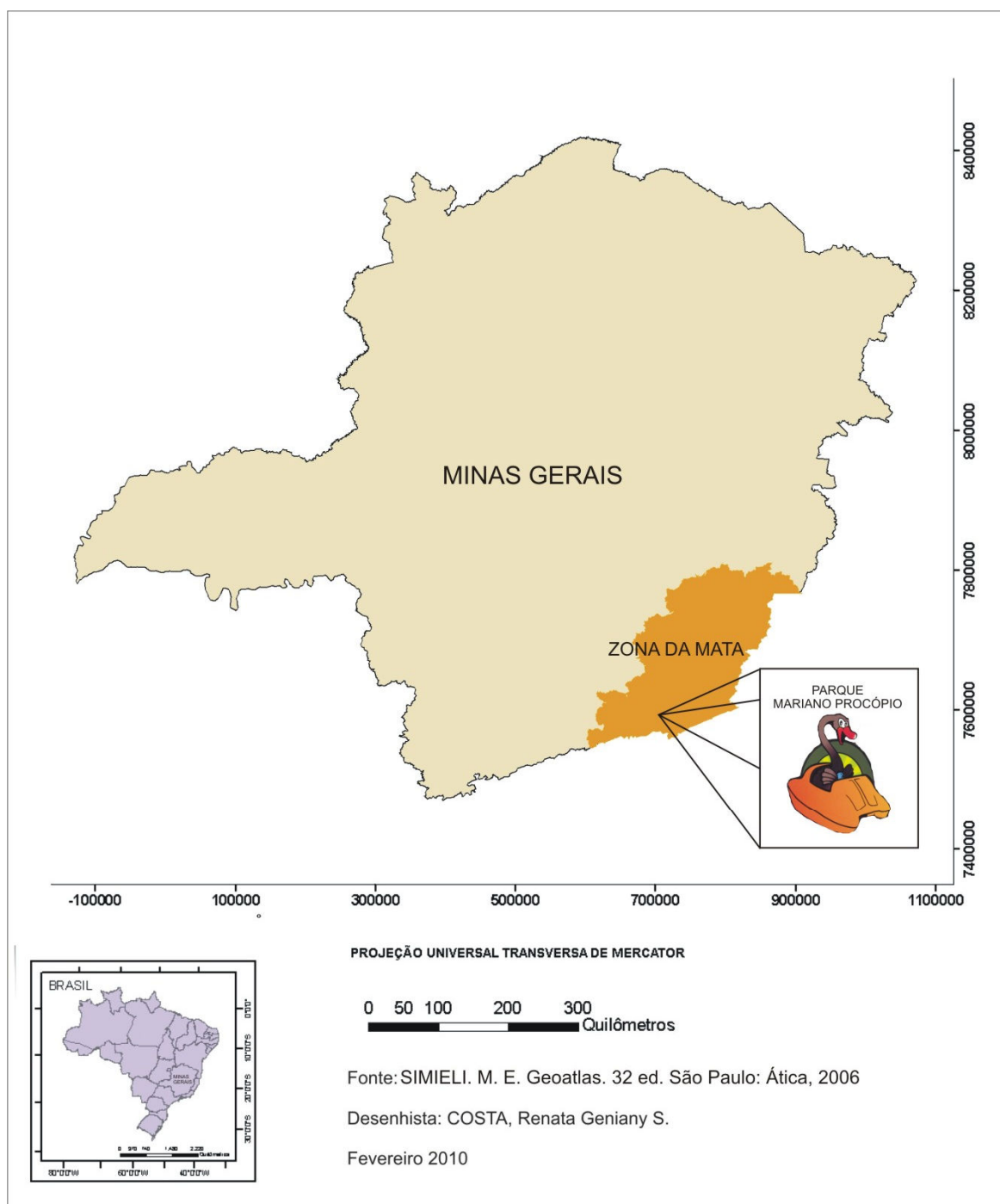
Logo, em função da importância do Parque Mariano Procópio na qualidade de vida da população juizforana, ele foi selecionado como a área de estudo da presente pesquisa, a fim de analisar para além dos aspectos numéricos, a relação que é estabelecida entre a população frequentadora e o parque. Para tanto, entendemos necessário conhecer melhor as características do Parque Mariano Procópio tratadas no tópico a seguir.

3.1.2. Conhecendo o Parque Mariano Procópio

O parque Mariano Procópio está localizado no bairro de mesmo nome, na cidade de Juiz de Fora, na região da Zona da Mata a sudeste do Estado de Minas Gerais (Mapa 2). Em Juiz de Fora, o parque situado na zona central da cidade apresenta uma boa localização, visto que as principais vias da cidade permitem acesso direto a ele (Mapa 3). Dessa forma, a facilidade no acesso estimula a visitação de pessoas vindas de cidades da região.

O Parque Mariano Procópio faz parte do acervo do Museu de mesmo nome. Segundo Siqueira et.al. (2006, p. 79),

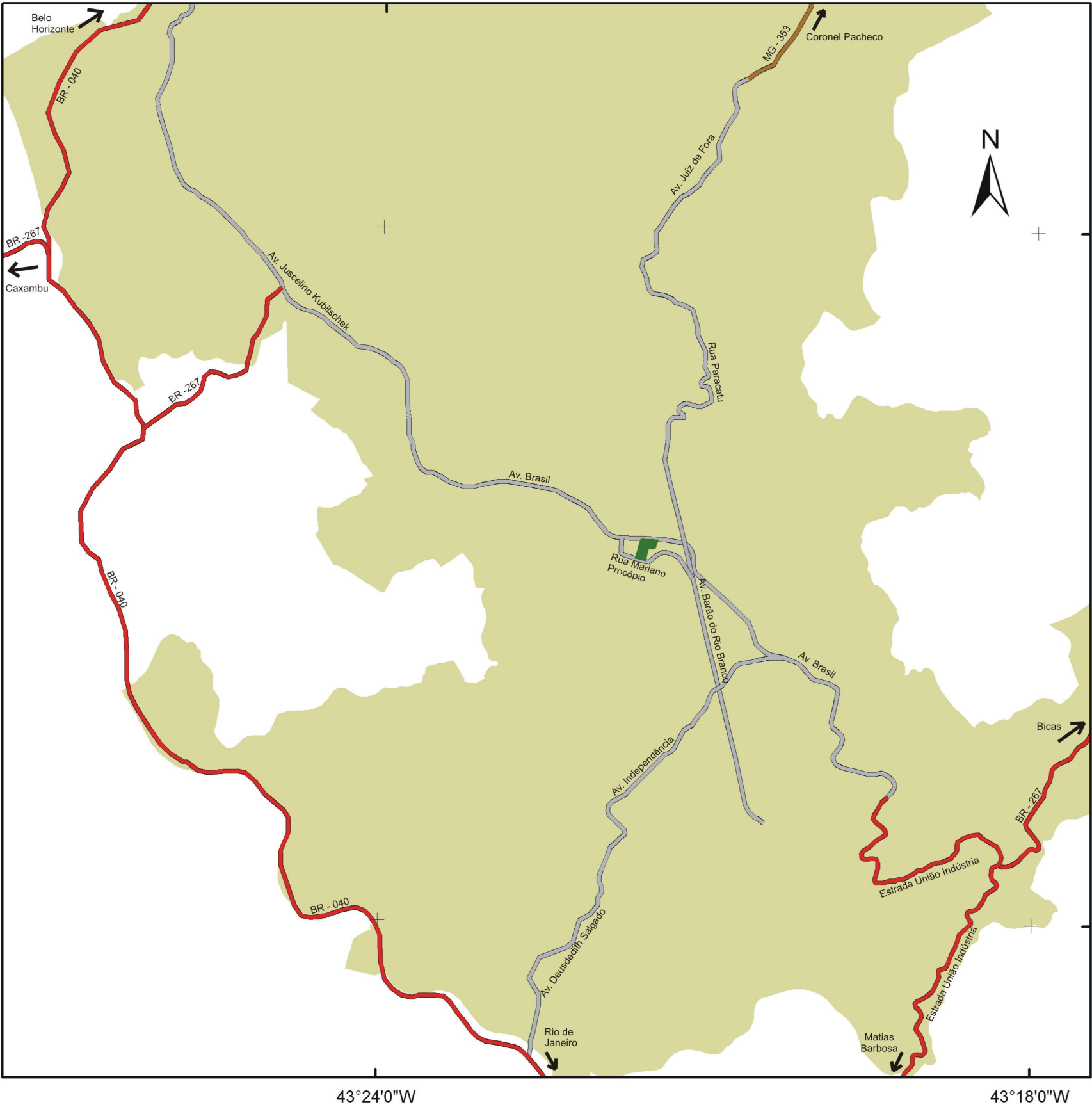
“parte da vida colonial brasileira e do período imperial integram o acervo do primeiro museu de Minas Gerais. O Museu Mariano Procópio é também considerado o segundo maior acervo do Brasil no que diz respeito ao Brasil Império.”



Mapa 2: Localização do Parque Mariano Procópio no Estado de Minas Gerais.

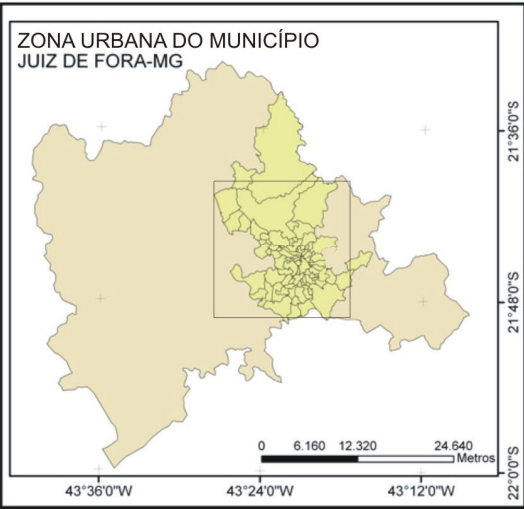
PARQUE MARIANO PROCÓPIO - JUIZ DE FORA - MG

PRINCIPAIS VIAS DE ACESSO



Legenda

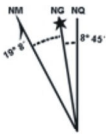
- Parque Mariano Procópio
- Vias Estaduais
- Vias Federais
- Vias Municipais
- Zona Urbana



PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR

DECLINAÇÃO MAGNÉTICA 2007

Datum WGS - 1984 Zona 23 Sul



1:75.000

0 715 1.430 2.860 Metros

A DECLINAÇÃO MAGNÉTICA
CRESCE 7' ANUALMENTE

JUIZ DE FORA (MG)

Fonte: Prefeitura de Juiz de Fora, 2000

Desenhista: COSTA, Renata Geniany S.

Fevereiro 2010

Mapa 3: Principais Vias de Acesso ao Parque Mariano Procópio na Zona Urbana de Juiz de Fora - MG

Segundo dados da FUNALFA (Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage), que representa um órgão da administração Municipal da cidade de Juiz de Fora - MG, o acervo do Museu Mariano Procópio é composto por cerca de 45 mil objetos, dentre pinturas, esculturas, gravuras, desenhos, livros raros, documentos, fotografias, mobiliário da época do Império, prataria, armaria, numismática, indumentária, porcelana, cristais e peças da história natural.

De acordo com Costa (2005), o histórico de sua estruturação determina o ecletismo do conjunto, que reúne peças representativas como o quadro “Tiradentes Esquartejado”, a cadeira utilizada na cerimônia do Beija-Mão do Palácio São Cristóvão, o Fardão da Maioridade (D. Pedro II) e a coleção numismática da Viscondessa de Cavalcanti, só para citarmos alguns exemplos.

A FUNALFA administrou o Museu Mariano Procópio de 1978 a 2005. Nesse mesmo ano, a Fundação Museu Mariano Procópio (MAPRO) passou a exercer a administração. Momento em que a prefeitura de Juiz de Fora anunciou um projeto de revitalização do Parque e Museu Mariano Procópio.

A revitalização do parque foi finalizada em 15 de julho de 2008, quando as portas do parque voltaram a ser abertas à população. Já a área de trilhas que forma o bosque e o prédio do museu continuam fechados à visita até a realização desta pesquisa. Estima-se que foram investidos cerca de R\$ 2,5 milhões na revitalização do parque, pela prefeitura e por um banco privado.

Considerado um dos mais belos pontos turísticos da região, o parque, antes da revitalização iniciada em 2005, sofria com todos os problemas que grande parte dos espaços públicos apresenta. A área do parque era utilizada como local de uso de drogas e ponto de prostituição, denunciada em reportagens no ano de 2005 pelo jornal Tribuna de Minas.

Entretanto, após a revitalização e sob a direção da MAPRO, o parque apresenta um espaço livre diferenciado dentro da estrutura urbana. Com uma área de aproximadamente 78.240m² de área verde, o parque dispõe de um espaço propício à prática de atividades físicas, ao lazer e à cultura.

O parque oferece diferentes atividades e conta com projetos de educação ambiental que reúnem pessoas e crianças para atividades diversas. Entre elas, o parque recebe periodicamente visitas escolares que precisam ser agendadas com antecedência. No último Domingo de cada mês, o parque oferece entretenimento para a população, como shows ao vivo.

O parque conta ainda com um Clube Ecológico e Clube da Caminhada. Fazem parte do Clube Ecológico crianças até 11 anos cadastradas, que uma vez ao mês se reúnem para discutirem sobre temas específicos como os problemas ambientais. Esses temas são apresentados em cartilhas entregues aos visitantes do Clube.

Já o Clube da Caminhada, conta com adultos de diferentes idades que desenvolvem a atividade de caminhada no parque. Para fazer parte do Clube da Caminhada, basta ter o cadastro na sede da MAPRO. Os cadastrados têm o direito de caminhar no parque a partir das 6 horas, antes da abertura oficial do parque às 8 horas.

O parque também conta com uma boa infra-estrutura. Oferece dois parquinhos infantis, gruta ornamental, monumentos ao ar livre, iluminação cênica, um lago com pequenas ilhas e pedalinhos para passeio. O parque possui, ainda, uma lanchonete e lixeiras identificadas em toda a sua extensão. São encontrados gazebos e locais para descanso por todo o parque (Figura 4).



Figura 4: Infraestrutura do Parque Mariano Procópio
Autor: COSTA, R. G. S., setembro de 2010

No jardim implantado em 1861, são encontradas espécies centenárias e ameaçadas de extinção como o coqueiro, conhecido também como baba-de-boi-grande ou juruá, entre outras, como a Jabuticaba branca, o Jatobá, a Paineira, o Angico Vermelho e o Pau-Brasil. A Camélia é uma das espécies que merecem destaque, com cerca de 150 anos é uma espécie símbolo do movimento abolicionista no Brasil. Cultivada nos quilombos, a planta representava a consciência negra.

As espécies que mais se destacam no parque pela sua importância ou raridade são identificadas para o público com placas nas quais constam dados sobre a espécie, como pode ser observado nas figuras 5 e 6.



Figura 5: Placa de Identificação de espécie exótica no Parque Mariano Procópio
Autor: COSTA, R. G. S., setembro de 2010



Figura 6: Placa de identificação de espécie nativa da Mata Atlântica no Parque Mariano Procópio
Autor: COSTA, R. G. S., setembro de 2010

Outras espécies se destacam na flora do parque, como espécies típicas da época do Império, a saber: o jasmim do Imperador, assim chamado em homenagem ao Imperador chinês, foi trazido por D. João VI ao Brasil e foi plantado por Dom Pedro II no parque, entre outras, como algumas rosas, murtas e lírios da paz. Cerca de 10% da flora é composta por espécies exóticas trazidas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e o restante é composto de espécies nativas da mata atlântica. São encontradas também espécies ameaçadas de extinção como o próprio Pau-Brasil (Figura 7).



Figura 7: Árvore de Pau-Brasil no Parque Mariano Procópio, espécie da Mata Atlântica ameaçada de extinção
Autor: COSTA, R. G. S., setembro de 2010

Animais de pequeno e médio portes também estão presentes em todo o parque. Podem ser encontrados cisnes, peixes exóticos, patos e marrecos em todo o lago (Figura 8). Além de garças, bichos-preguiça e o martim-pescador.

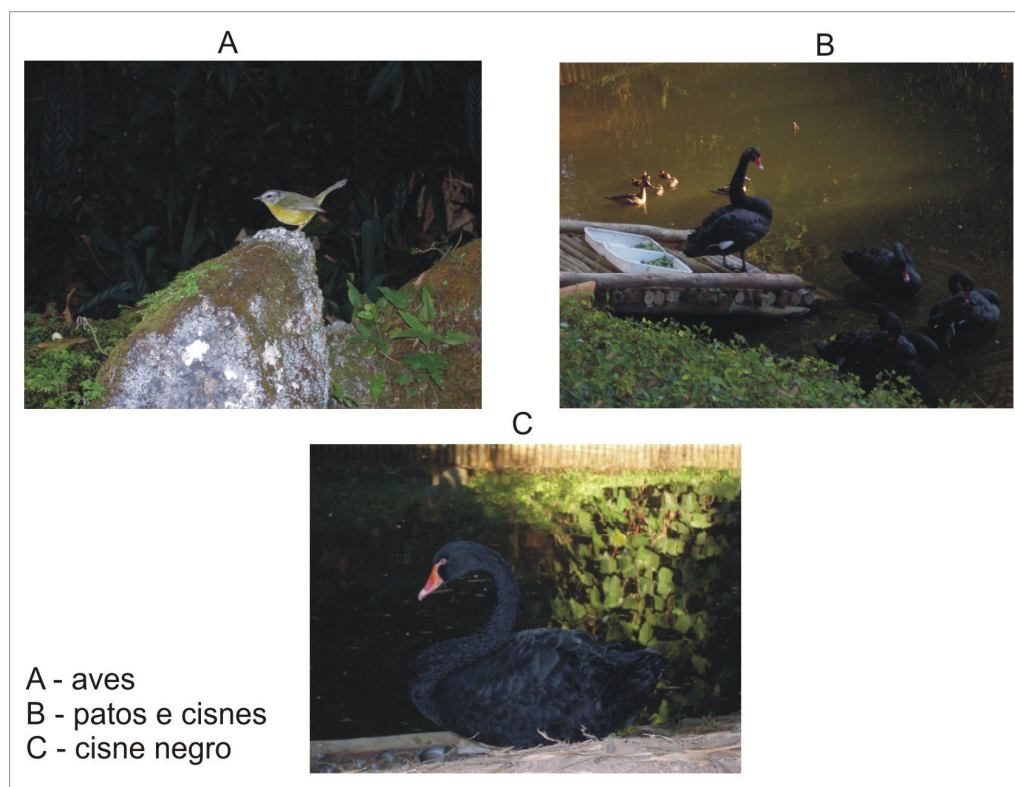


Figura 8: Animais presentes no Parque Mariano Procópio
Autor: COSTA, R. G. S., setembro de 2010

Atualmente, o parque possui um mascote que tem como objetivo simbolizar as riquezas florísticas e faunísticas, além dos monumentos e o paisagismo. Considerado referência de beleza e elegância, o cisne é o animal escolhido para representar o parque (Figura 9).

Uma importante característica do parque é a possibilidade de acesso livre ao público. O parque é público e a entrada é gratuita. O parque fica aberto de terça-feira a domingo, das 8h às 18h, e sua entrada principal situa-se na Rua Mariano Procópio.



Figura 9: Cisne: animal escolhido como mascote do Parque Mariano Procópio.
Fonte: MAPRO, 2010

O Parque Mariano Procópio representa, hoje, um dos únicos espaços da região totalmente voltados para lazer, entretenimento, conforto, turismo e prática de caminhadas para cidadãos e turistas de quaisquer idades.

Tais características fazem do Museu Mariano Procópio uma importante oferta turística da cidade de Juiz de Fora, destacando-se como um dos atrativos mais significativos (SIQUEIRA et.al., 2006).

3.1.3. Um pouco de História

Símbolo da memória histórica do Brasil, de Minas e de Juiz de Fora, o Museu Mariano Procópio é um marco do pioneirismo da cidade e da obstinação de Alfredo Ferreira Lage, que dedicou sua vida à formação de um dos mais significativos

acervos artísticos, históricos e de ciências naturais do país. (Prefeitura de Juiz de Fora / MAPRO).

Segundo Delphim (2007, p.130), “utilizado originalmente apenas para as atividades de uma família nobre, hoje o Parque do Museu Mariano Procópio destina-se ao uso público”.

A área que era destinada originalmente ao jardim da residência de Mariano Procópio (Figura 10) foi separada em duas partes com usos e destinações diferentes. De acordo com Delphim (op. cit., p. 130),

“A unidade da propriedade de Mariano Procópio foi rompida pela fragmentação da área, em duas partes, quando, após sua morte, se procedeu à partilha de sua herança. Uma parte foi herdada pelo filho Alfredo Ferreira Lage que [...] doou-a à municipalidade, transformando no atual Museu Mariano Procópio, com seu parque. A parte do outro herdeiro, Frederico Ferreira Lage, foi vendida ao exército e aí funciona o Comando da Quarta Região Militar.”

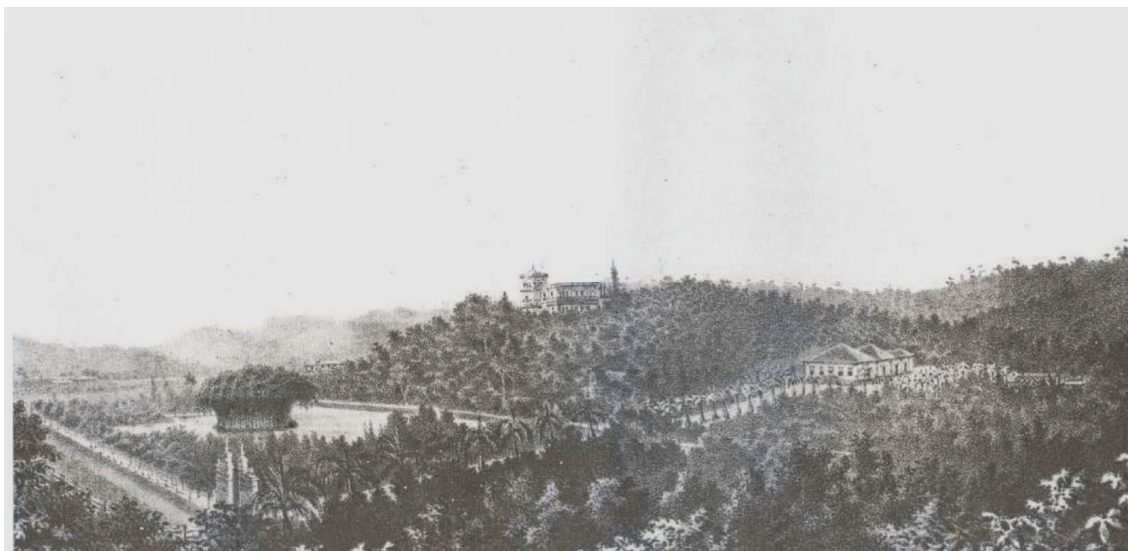


Figura 10: Área destinada originalmente ao jardim da residência de Mariano Procópio (1872)
Fonte: Acervo José Leite

O parque Mariano Procópio é um projeto paisagístico onde tudo foi recriado, desde o lago, passando pelos caminhos, até as ilhotas (SIQUEIRA, 2006).

De acordo com Delphim (2007), o local era uma colina desnuda e desmatada, onde já se plantaram cafezais. A partir de 1861, quando Mariano Procópio Ferreira Lage construiu uma casa de veraneio para recepcionar a família de Dom Pedro II, o local foi recoberto por vegetação arbórea sob a forma de um pomar e uma área reflorestada graças à introdução de inúmeras espécies, resultando em um dos mais belos parques ajardinados do Brasil (Figura 11 e 12).



Figura 11: Jardim da casa de Mariano Procópio Ferreira Lage (1861).

Fonte: Acervo do Museu Mariano Procópio



Figura 12: Área vegetada do Parque Mariano Procópio
Fonte: Prefeitura de Juiz de Fora (PJF, 2000)

O estilo paisagístico do parque é atribuído ao paisagista francês Auguste François Marie Glaziou. Segundo Delphim (op. cit., p. 117-118), Glaziou veio ao Brasil para, [...] planejar os jardins da Família Imperial, as mais belas praças públicas do Rio de Janeiro e as propriedades de toda a elite do Império.

Nenhuma prova documental comprova essa autoria, porém não se teria dúvidas a esse respeito, visto que a tradição oral e declarações de pessoas ligadas à família de Ferreira Lage afirmam que o parque foi engendrado por Glaziou. Além de características do traçado, dos elementos ornamentais e da especificação botânica, que segundo Delphim (2007) estão sempre presentes nos jardins de Glaziou.

Devido a sua história, traçados paisagísticos e por fazer parte do museu histórico de tamanha importância, o jardim do parque Mariano Procópio é

considerado um jardim histórico e por isso não pode ter os seus traçados originais modificados.

Um jardim histórico é definido e tem seus objetivos delimitados na Carta de Florença (1981) nos artigos descritos a seguir:

“Artigo 1º - Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta, um interesse público. Como tal é considerado monumento.

Artigo 2º - O jardim histórico é uma composição de arquitetura cujo material é principalmente vegetal, portanto, vivo e, como tal, perceptível e renovável. Seu aspecto resulta, assim, de um perpétuo equilíbrio entre o movimento cíclico das estações, do desenvolvimento e do definhamento da natureza, e da vontade de arte e de artifício que tende a perenizar o seu estado.

Artigo 3º - Por ser monumento, o jardim histórico deve ser salvaguardado, conforme o espírito da Carta de Veneza. Todavia, como Monumento Vivo, sua salvaguarda requer regras específicas [objeto dessa carta].

Artigo 4º - Destacam-se na composição arquitetônica do jardim histórico:

- seu plano e os diferentes perfis do seu terreno;
- suas massas vegetais: suas essências, seus volumes, seu jogo de cor, seus espaçamentos, suas alturas respectivas;
- seus elementos construídos ou decorativos;
- as águas moventes ou dormentes, reflexo do céu.

Artigo 5º - Expressão de relações estreitas entre a civilização e a natureza, lugar de deleite, apropriado à meditação e ao devaneio, o jardim toma assim o sentido cósmico de uma imagem idealiza do mundo, um paraíso no sentido etimológico do termo, mas que dá testemunho de uma cultura, de um estilo, de uma época, eventualmente da originalidade de um criador;

Artigo 6º - A denominação jardim histórico aplica-se tanto aos jardins modestos quanto aos parques ordenados ou paisagísticos;

Artigo 7º - Ligado a um edifício, do qual será parte inseparável ou não, o jardim histórico não pode ser separado do seu próprio meio ou ambiente urbano ou rural, artificial ou natural;

Artigo 8º - Um sítio histórico é uma paisagem definida, evocadora de um fato memorável: lugar de um acontecimento histórico maior, origem de um mito ilustre ou de um combate épico, assunto de um quadro célebre etc;

Artigo 9º - A proteção de um jardim histórico exige que eles sejam identificados e inventariados. Impõe intervenções diferenciadas, que são a manutenção, a conservação, a restauração. Pode-se, eventualmente, recomendar a reconstituição. A “autenticidade” diz respeito tanto ao desenho e ao volume das partes quanto ao seu décor ou a escolha de vegetais ou de minerais que os constituem.”

A Carta de Florença foi elaborada pelo comitê Internacional de Jardins Históricos (ICOMOS/IFLA) e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). Ela tem como objetivo principal promover a proteção dos jardins históricos visando complementar a Carta de Veneza nesse domínio particular. A

carta de Veneza discorre sobre a conservação e restauração de monumentos e sítios. E a sua aplicação se estende a todos os jardins históricos do mundo.

Para Delphim (2007, p132),

“Mais do que um jardim histórico, o Parque do Museu Mariano Procópio, que já foi chamado de *Paraíso dos Trópicos*, é um pequeno fragmento do Éden, um lírico ecossistema em miniatura onde homens, mamíferos como macacos e preguiças, aves como os sabiás, rolinhas, sanhaço, com árvores e garrichas, insetos como joaninhas e borboletas, além de peixes, [...] arbustos e toda sorte de plantas floridas, convivem em íntima e estreita comunhão.”

Após passar pela reforma para a recuperação de suas características originais, o Parque foi revitalizado e ainda conserva diversas características originais do século XIX.

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA

4.1. METODOLOGIA DA PESQUISA

Na pesquisa de cunho qualitativo, toda informação torna-se relevante para o trabalho final. Assim, neste sub-capítulo procuramos descrever detalhadamente todos os procedimentos tomados na estruturação e aplicação da pesquisa em campo.

4.1.1. A Pesquisa Qualitativa

A percepção ambiental é entendida aqui segundo Tuan (1980), tal como já foi apresentado no segundo capítulo deste trabalho.

Del Rio (1996) destaca que

“as especificidades dos estudos de percepção ambiental e o seu surgimento relativamente recente e a sua interdisciplinaridade, fazem com que não haja uma metodologia ou sequer um instrumento de medição [que possa ser considerado o mais indicado]”.

As pesquisas em percepção ambiental, em sua maioria utilizam estratégias, métodos e instrumentos diversificados e muitas vezes complementares. As principais técnicas utilizadas nesses estudos são mapas mentais (LYNCH, 1998), questionários e entrevistas (MACHADO, 1996).

Essa característica não é uma especificidade das pesquisas em percepção ambiental. A falta de uma metodologia rígida a ser seguida é inerente a todas as pesquisas de cunho qualitativo (ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSNAJDER, 2002).

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa por excelência, a abordagem da percepção ambiental neste trabalho teve por objetivo trabalhar com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes enfocando o papel do sujeito como fonte constitutiva de conhecimento a partir de um enfoque subjetivista-compreensivista, segundo Triviños (1987).

Assim, procurou-se privilegiar os aspectos subjetivos da consciência dos sujeitos enfocando a relevância dos fenômenos e dos significados que eles apresentam para o sujeito.

Esses significados se manifestam através de expressões verbais das pessoas envolvidas num determinado contexto. Tuan (1980, p. 32) nos lembra que “a existência de uma relação cinestésica entre certas formas físicas e sentimentos humanos está implícita nos verbos que usamos para descrevê-las.”

Assim, a principal fonte de informação das pesquisas de cunho qualitativo é o sujeito. O sujeito que vivencia sua própria realidade orientando ações sobre o ambiente. A investigação da percepção desses sujeitos busca compreender a realidade, relações, desejos e aspirações a partir das experiências e dos significados que os fenômenos adquirem para cada sujeito.

Bogdan (*apud* Triviños, 1987) apresenta as principais características da pesquisa qualitativa, as quais se faz importante descrever para a melhor compreensão da abordagem desta pesquisa.

1ª) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave.

O pesquisador atua num meio onde se desenrola a existência mesma, diferente das dimensões e características de um laboratório. O importante e verdadeiro na investigação é o conteúdo da percepção e os significados apreendidos.

2ª) A pesquisa é descritiva.

As descrições dos fenômenos estão impregnadas de significados que o ambiente lhes outorga.

3ª) Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados do produto.

A investigação preocupa-se em atingir a profundidade dos significados, do visível e do não visível para atingir as relações e avançar no conhecimento.

4ª) Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente.

Os significados, a interpretação, surgem da percepção do fenômeno num contexto.

5ª) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa.

Esses significados que os sujeitos dão aos fenômenos só podem ser apreendidos dentro do contexto de sua experiência.

Assim, na busca pela fidedignidade dos resultados, dois pontos foram essenciais: o conteúdo teórico no qual se apoiou a pesquisa, descrito no capítulo 2, e o contexto vivenciado pelos sujeitos, motivo pelo qual optamos pelo trabalho em campo junto aos sujeitos frequentadores do Parque Mariano Procópio.

Um referencial metodológico importante nos estudos de percepção ambiental é o trabalho de Anne V. T Whyte, publicado em 1978 pela Organização das Nações Unidas pela Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), fruto do projeto Programa Homem e Biosfera.

O referencial metodológico desenvolvido por Whyte (1978) é utilizado em diferentes trabalhos que fazem uma abordagem perceptiva do meio como forma de obter as informações desejadas, dos quais podemos citar, Bley (1995, 1996), Amorim Filho (1996), Machado (1996).

Segundo Amorim Filho (1996) e Castello (1996), as pesquisas em percepção como uma vertente para investigar o ambiente humano consolidaram-se na década de 1970 a partir da criação do *Grupo de Trabalho sobre Percepção do Meio Ambiente*, pela União Geográfica Internacional (UGI), e do *Projeto 13: Percepção da Qualidade Ambiental*, no Programa Homem e Biosfera (MAB), da UNESCO.

De acordo com Amorim Filho (1996, p. 141),

“[...] o projeto da UNESCO preconizava o estudo da percepção do meio ambiente como contribuição fundamental para uma gestão mais harmoniosa dos recursos naturais e dos lugares e paisagens de importância para humanidade”.

O trabalho de Whyte compõe um grupo de 14 trabalhos desenvolvidos no âmbito do programa MAB e têm por objetivo, segundo Castello (1996, p.23),

“[...] desenvolver no marco das ciências naturais e sociais, uma base racional para utilização e conservação dos recursos naturais da biosfera e para a melhoria das relações entre o homem e seu ambiente”.

Castello (op.cit.) continua, escrevendo que uma das contribuições mais importantes do Programa MAB foi a inclusão do papel predominante desempenhado pelo homem no ambiente, “[...] tomando em consideração a parcela do imponderável que existe na mente humana” (CASTELLO, op.cit., p.23).

O trabalho de Whyte (1978) intitulado *“La Perception de L’environnement: lignes directrices méthodologiques pour les études sur Le terrain”* constituiu a principal referência metodológica desta pesquisa.

Naquele trabalho, Whyte (op. cit.) sugere diferentes metodologias de pesquisa sobre o ambiente no que concerne à percepção ambiental, apresentando as vantagens e os inconvenientes desses métodos aplicados a casos e objetivos específicos.

Segundo a autora,

“Toute décision e toute action de l’homme qui portent sur son evinorennement sont fondées non seulement sur des éléments objectifs mais oaussi sur des facteurs subjectifs; c’est cette constatation qui est La base de la recherche sur la perception de l’evironnement”. (WHYTE, 1978, p. 06).

Whyte (op. cit.) escreve que as técnicas e metodologias nos estudos de percepção ambiental tendem a manifestar uma complexidade e uma especialização. Por isso, para a autora é importante mostrar que todas as técnicas repousam sobre a associação entre três aproximações metodológicas principais: *ecoute*, *observation*, *interrogation* (Figura 13). Segundo Almeida (2007) esse triângulo metodológico de pesquisa é formado pela tríade: observando, perguntando e ouvindo.

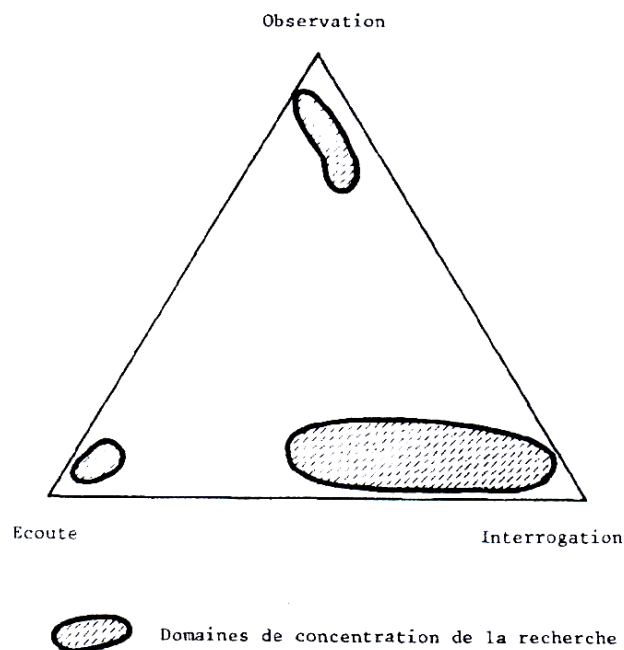


Figura 13: Metodologias de Pesquisa em percepção Ambiental e a Concentração do uso em pesquisas.

Fonte: Whyte (1978, p. 21)

A Figura 13 mostra graficamente a concentração das metodologias utilizadas nas pesquisas. A metodologia de *interrogation* tem uma concentração maior nas pesquisas desenvolvidas.

Segundo Whyte (1978), esse fato deve-se ao auxílio das ciências sociais no uso de questionários e entrevistas. Por ser o mais utilizado, a metodologia de *interrogation* conta com avanços estatísticos e experimentais na análise dos resultados. Diferentemente das metodologias de *observation* e *ecoute*.

Para Whyte (op. cit., p.21-22),

“Il est tout aussi important de remarquer qu’il n’existe pas de méthode unique, idéale ou supérieure aux autres. En premier lieu, la méthode la meilleure est fonction des objectifs de la recherche, de la situation telle qu’elle se présente sur le terrain, et du chercheur lui-même. [...] En second lieu, les méthodes utilisables pour observer, écouter et poser des questions fournissent des informations de caractères différents et qui s’enrichissent les unes les autres”.

Assim, frente aos objetivos desta pesquisa, foi dado destaque a metodologia de *interrogation* segundo descrito por Whyte (1978). Visto que essa metodologia enquadra-se melhor no propósito da pesquisa de investigar a relação que os sujeitos frequentadores e visitantes estabelecem com o Parque Mariano Procópio, a partir da compreensão dos valores, atitudes e significados estabelecidos.

Whyte (op. cit) escreve que interrogar um indivíduo fornece elementos sobre o que não se pode ser sistematicamente observado, como por exemplo as questões sobre o passado e o futuro, atitudes, opinião e conhecimentos.

A metodologia de *interrogation*, no entanto, envolve diferentes técnicas de obtenção das informações. As principais constituem-se na elaboração de entrevistas.

A entrevista pode ser definida “como uma técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação” (GIL, 1999).

Segundo Gil (op. cit.), a entrevista se apresenta como uma técnica adequada para obtenção de informações. A entrevista permite obter respostas mais profundas, visto que só o sujeito entrevistado, a partir de sua experiência em seus mundos pessoais, é capaz de emitir opiniões concretas a respeito do tema investigado e o qual procura-se compreender.

Para Rosa & Arnoldi (2008, p.17),

“A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados considerada como sendo uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo”.

A entrevista, assim, não é um simples diálogo, mas uma técnica orientada para um objetivo, que através do interrogatório permite obter informações para serem utilizadas na pesquisa.

Segundo Rosa & Arnoldi (2008), “através do diálogo, que é na verdade quase um monólogo, o entrevistador tenta alcançar um conhecimento que o outro não possui, mas vivencia”.

Essa técnica é utilizada por diversos trabalhos que abordam uma análise qualitativa a partir do estudo da percepção ambiental, tais como os de Colesanti & Marques (1999); Amorim Filho (1996) e Studs Terkel, (1968 *apud* Tuan, 1980).

As entrevistas podem ser classificadas de acordo com o nível de estruturação e roteiro das questões utilizadas (ROSA & ARNOLDI, 2008). Sendo classificadas em: estruturadas, semi-estruturadas e livre.

Segundo os objetivos desta pesquisa, optou-se pela aplicação de uma entrevista semi-estruturada, visto que a entrevista estruturada oferece pouca

liberdade para a expressão dos sujeitos, e a entrevista livre não oferece respostas direcionadas às questões investigadas.

A opção pela entrevista semi-estrutura procurou evocar questões gerais com base na problemática levantada neste trabalho, onde o objetivo se pauta, sobretudo, na compreensão da relação que se estabelece entre os sujeitos entrevistados e o Parque Mariano Procópio. As questões desenvolvidas são abertas e buscaram a verbalização que expressasse o modo de pensar e agir das pessoas face ao fenômeno focalizado.

De modo geral, as etapas seguidas na escolha do método e técnica utilizados nesta pesquisa foram descritos no roteiro metodológico apresentado na Figura 14.

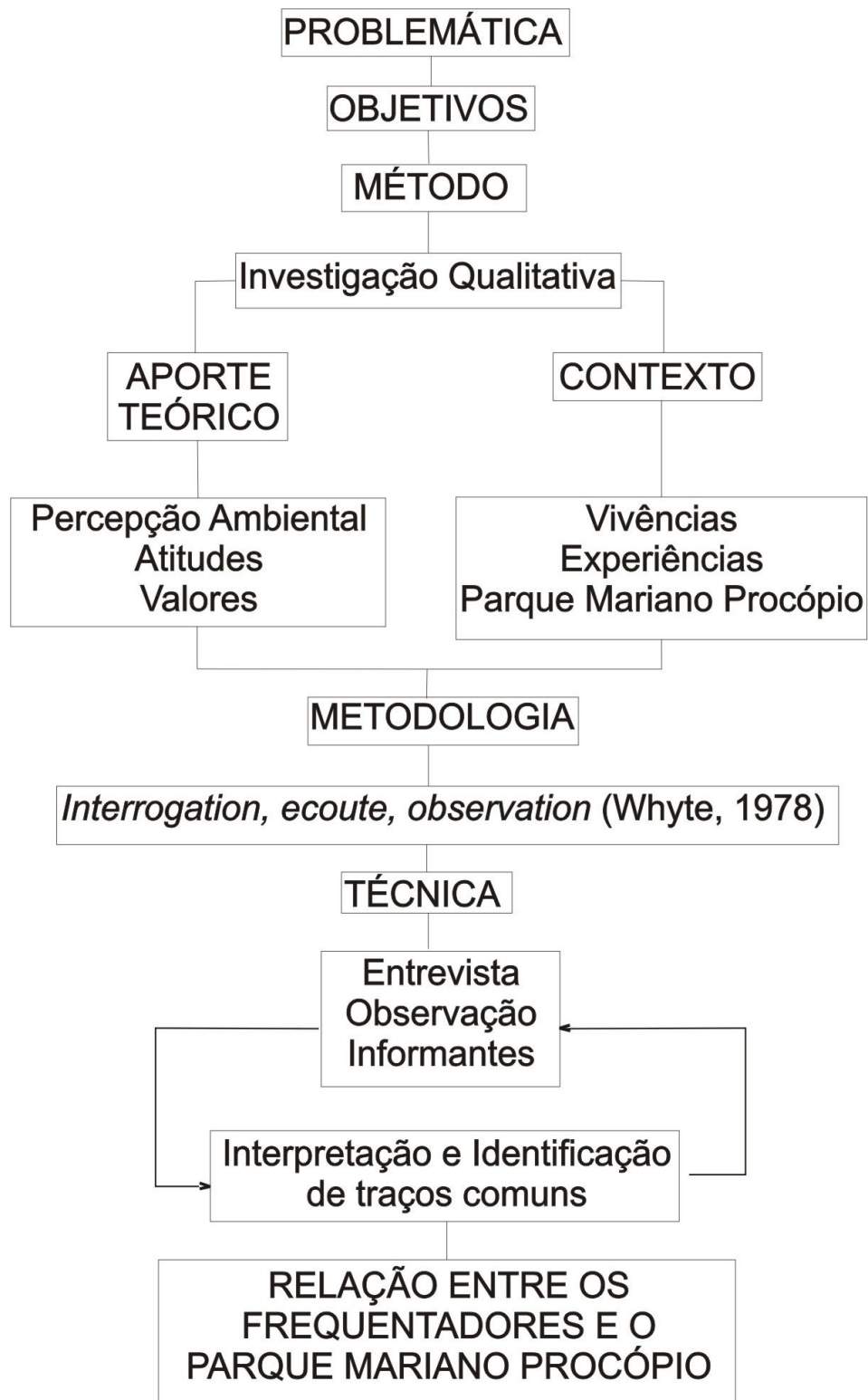


Figura 14: Roteiro Metodológico aplicado para atingir o objetivo da Pesquisa
Autor: COSTA, Renata G. S., julho de 2010

4.1.2. – Estruturação da Entrevista e Critérios de Escolha

Para garantir a consistência dos objetivos definidos nesta pesquisa foi elaborado um roteiro para entrevista em campo segundo os temas que se procurou investigar, como:

- a) Motivações e uso do Parque Mariano Procópio;
- b) Valores, manifestações tofólicas e simbolismos atribuídos ao parque pelos visitantes e frequentadores;
- c) Atitudes ambientais.

O roteiro da entrevista (Anexo 1) foi estruturado em duas etapas: uma, que objetivou conhecer o perfil dos sujeitos entrevistados descrito pela idade, sexo e bairro no qual residem; outra, que procurou identificar especificamente a importância do Parque Mariano Procópio no cotidiano de seus frequentadores e visitantes, afim de conhecer os valores, significados, atitudes e manifestações tofólicas a partir da investigação da percepção dos frequentadores e visitantes em relação ao Parque.

A formulação das questões para a entrevista constituiu a etapa mais importante da presente pesquisa, uma vez que foi preciso evitar questões arbitrárias, ambíguas ou tendenciosas, que dificultassem ou direcionassem o resultado final da pesquisa, como sugerido por Whyte (1978).

Dessa maneira, foi estruturado um roteiro de entrevistas inicial com questões que foram sendo aperfeiçoadas a partir de testes preliminares, até a formulação final das questões. Pois segundo Whyte (1978, p. 45),

“Pour mettre au point un bon questionnaire [d’interview], il est presque toujours nécessaire de le soumettre à un test préliminaire en interrogeant un petit nombre de personnes”.

As questões foram formuladas e agrupadas segundo o interesse na informação a ser obtida, procurando respeitar, de acordo com Whyte (1978, p. 45-46), “logique”, “clarté” e “ordre”.

Logo, questões como “Com que frequência você vem ao Parque?”, “Quanto tempo costuma ficar no Parque?”, “Qual o horário de sua preferência para vir ao Parque?”, “Para que você vem ao Parque?”, “Por que neste Parque e não em outro?”, procuraram conhecer o uso do parque e as motivações que levam as pessoas a utilizarem o Parque Mariano Procópio.

Questões como “O que sente quando está aqui?”, “Outros lugares lhe proporcionam o mesmo sentimento? Qual?”, “O que você mais gosta e o que menos gosta no Parque?”, “Como você descreveria o Parque?”, buscaram conhecer valores, manifestações topofílicas e simbolismos atrelados ao uso do parque.

Já as questões como “Conhecia o Parque antes da reforma?”, “O que acha do Parque agora?”, “Existe algum problema no Parque? Qual (is)?”, “Em sua opinião, qual é a importância deste Parque?”, “Para você, o que não pode faltar num Parque?”, objetivaram conhecer a percepção e atitudes das pessoas em relação ao parque.

A entrevista foi aplicada aos sujeitos que se encontravam no interior do parque, visto que eles estabeleciam, no momento da entrevista, um contato íntimo com o parque.

Os sujeitos entrevistados no interior do parque apresentaram idade superior aos 18 anos, visto que, segundo Tuan (1980), as crianças e adolescentes

apresentam ainda uma percepção muito parcial do meio. Além disso, a entrevista aplicada aos sujeitos menores de 18 anos implicaria na autorização expressa dos pais, exigida pelo Comitê de Ética em Pesquisa Humana, demandando maior tempo.

O Conselho Nacional de Saúde, a partir da Resolução 196/96, estabelece Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, a fim de apresentar uma orientação do quadro conceitual de referenciais básicos da bioética, como autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros. E visa, através dessa resolução, assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado.

Com base nessa resolução, todas as pesquisas envolvendo seres humanos devem ser submetidas à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, o qual buscará identificar se a pesquisa pretendida atende às exigências éticas e científicas fundamentais.

Na Resolução 196/96, II. 2, pesquisa envolvendo seres humanos trata-se da que, “individual ou coletivamente, envolva o ser humano de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais”.

Desse modo, a presente pesquisa buscou levantar informações a partir de entrevistas com sujeitos em campo, enquadrando-se na definição de pesquisa envolvendo seres humanos. Fato pelo qual o projeto foi submetido e avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Humana da Universidade Federal de Juiz de Fora, que forneceu parecer positivo ao desenvolvimento deste trabalho (Anexo 2).

Entendemos que o número de sujeitos entrevistados, ou amostragem, é um dado que pouco interessa à pesquisa de cunho qualitativo. Pois não há modo certo ou errado de construir amostras em pesquisas qualitativas (TURATO, 2003). Logo, a

profundidade das respostas ofereceram mais informações que contribuíram com o objetivo desta pesquisa, do que a quantidade de sujeitos entrevistados.

Desse modo, foi utilizada a amostragem proposital, intencional ou deliberada segundo Pope & Mays (1995) citado por Turato (2003, p.357), que constitui na “escolha deliberada de respondentes, sujeitos ou ambiente, oposta à amostragem estatística, preocupada com a representatividade de uma amostra em relação à população total”.

A representatividade na pesquisa qualitativa pode ser definida a partir de recursos aleatórios para fixar uma amostra (TRIVIÑOS, 1987). Assim, o encerramento da coleta de informações foi definido de acordo com o “ponto de redundância”, sugerido por Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002, p. 163), para escolha dos participantes. O “ponto de redundância”, bem como apresenta o próprio termo, constitui o momento da coleta de dados onde as informações já obtidas estão suficientemente confirmadas e que o surgimento de novos dados vai ficando cada vez mais raro. Segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (op. cit.), a partir desse ponto, não mais se justifica a inclusão de novos elementos.

Além da entrevista, foi utilizado um caderno de campo, no qual foram anotadas as informações consideradas relevantes, tais como: atividades dos frequentadores observadas no período da visita e atividades dos funcionários, percepções e impressões da pesquisadora. Essas anotações tiveram o objetivo de complementar as informações levantadas nas entrevistas, visto que delimitaram o contexto no qual o entrevistado se encontrava.

4.1.3. Aplicação do Trabalho em Campo

O trabalho foi realizado apenas na área do parque aberta ao público. Visto que a outra parte ainda se encontra fechada para reformas, como pode ser observado na Figura 15.

A aplicação do trabalho em campo utilizou as seguintes fontes de informações:

- 1) observação em campo
- 2) entrevista
- 3) informantes

A utilização de observação em campo e informantes tiveram o objetivo de complementar e verificar as informações que foram obtidas através da aplicação formal da entrevista, que representa a técnica escolhida a partir da metodologia adotada nesta pesquisa.



Figura 15: Planta de piso da área do Parque e Museu Mariano Procópio

Fonte: Projeto QUAPÁ - Quadro do Paisagismo no Brasil; Cartilha do Parque Mariano Procópio - MAPRO

A observação em campo constituiu-se de visitas informais (sem aplicação das entrevistas) para reconhecimento e observação do local de estudo. Foram observados aspectos como: formas espaciais do parque que permitem a recreação, presença de seguranças no parque, principais atividades desenvolvidas, infraestrutura do parque, como presença de banheiros, lixeiras, lanchonete e bancos, comportamento dos visitantes com relação ao contato com os animais e com as plantas locais e relacionamento dos visitantes com o ambiente do parque, como levar o filho para passear, desenvolver alguma atividade física ou contemplação dos aspectos paisagísticos do parque.

Iniciaram-se em fevereiro de 2010, após o recebimento do ofício de aceite para a realização da pesquisa no interior do Parque Mariano Procópio, fornecido pela chefe do Departamento de Planejamento e Manejo do Parque (DPMP) da Fundação Museu Mariano Procópio (MAPRO) em Juiz de Fora- MG.

No período de fevereiro a julho de 2010, foram realizadas visitas sistemáticas ao parque, estabelecendo conversas informais com os frequentadores e funcionários a fim de explorar e conhecer melhor o local de estudo. Essas visitas constituíram os primeiros contatos para reconhecimento do local. Foram feitos também o levantamento fotográfico do ambiente e descrições do local. Os materiais utilizados foram: caderno de campo e máquina fotográfica. Esse momento em campo foi de grande importância para orientar as técnicas adotadas no presente trabalho.

Posteriormente à finalização do roteiro de entrevista com as questões que julgamos mais convenientes, e de posse do parecer positivo à aplicação do trabalho pelo Comitê de Ética em Pesquisa Humana da Universidade Federal de Juiz de

Fora, passamos ao trabalho sistematizado em campo. Iniciando o levantamento de informações através das entrevistas.

As visitas sistematizadas para o levantamento de informações ocorreram entre os dias 20 de agosto e 29 de setembro de 2010, em diferentes dias da semana, de terça a Domingo e em diferentes horários. Nas visitas realizadas, procuramos levantar informações a partir da aplicação da entrevista.

Não foram coletadas entrevistas em todas as visitas. E, em uma visita, não se entrevistou mais que duas pessoas, visto a profundidade das informações que se pretendeu levantar. Cada entrevista teve uma duração média de 30 a 45 minutos, dependendo da abertura do sujeito entrevistado. Foram entrevistados um total de 20 sujeitos, entretanto, optou-se pela utilização de 8 entrevistas.

A seleção das entrevistas utilizadas na presente pesquisa seguiu aspectos observados pela pesquisadora no momento da entrevista como: envolvimento do sujeito com as questões colocadas e respostas completas dadas. A profundidade das questões que se procurou levantar, o tempo gasto com a entrevista e o breve contato da pesquisadora com os sujeitos dificultaram a realização de entrevistas em que o sujeito realmente se envolvesse com o tema, fornecendo respostas completas e verdadeiras. Mas, aqueles que se dispuseram, forneceram informações muito importantes para o objetivo da pesquisa.

No início da coleta sistematizada de informações em campo, apresentaram-se algumas dificuldades, ou seja, resistências que precisaram ser superadas. A primeira foi com relação aos próprios seguranças do parque. Mesmo com a autorização em mãos da chefe do Departamento de Planejamento do Parque, os seguranças geraram um desconforto. Durante os três primeiros dias, eles nos seguiam e ficavam sempre por perto observando as entrevistas de forma

intimidadora. Entretanto, com o tempo, passaram a interagir de forma espontânea, contando casos e fornecendo informações importantes.

Outra dificuldade foi a de encontrar pessoas com tempo e dispostas a participar das entrevistas. Sempre desconfiadas, a aproximação com a prancheta e a caneta na mão já intimidava os sujeitos que se retiravam do local rapidamente. Esse fato nos levou a utilizar um caderno discreto ao invés de uma prancheta, no qual as entrevistas foram anotadas. Outra solução foi o uso de um crachá de identificação (Figura 16) com os dados da pesquisa e da pesquisadora, para reconhecerem que a pesquisa era conhecida pelos seguranças e direção do parque. O que trouxe maior confiança na relação que se estabelecia nas entrevistas.

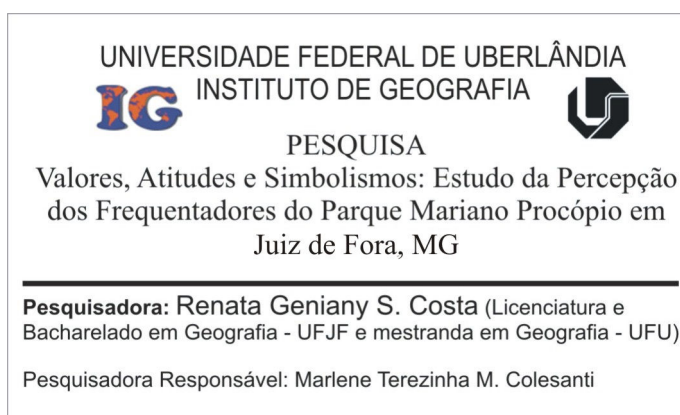


Figura 16: Modelo de crachá utilizado pela pesquisadora nas atividades em campo no interior do Parque Mariano Procópio.
Autor: COSTA, Renata G. S., julho de 2010

Essas dificuldades nos levaram a desenvolver uma forma de abordagem que não intimidasse o sujeito. Assim, a abordagem do sujeito e entrevista seguiram as seguintes etapas:

a) Observação das atitudes do sujeito: onde procurou-se observar se o sujeito desenvolvia alguma atividade, se havia concluído sua atividade, ou mesmo se estava no parque para passear e observar a paisagem.

Segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002, p. 162), ao contrário do que ocorre com as pesquisas tradicionais, a escolha dos participantes é proposital, isto é, “o pesquisador os escolhe em função das questões de interesse do estudo e também das condições de acesso e permanência no campo e disponibilidade dos sujeitos.”

Logo, as entrevistas foram aplicadas àqueles sujeitos que se encontravam sentados nos bancos no interior do parque, ou àqueles que estavam parados observando o lugar. Não foi feita a abordagem de sujeitos que estavam desenvolvendo alguma atividade (como caminhar, por exemplo) por dois motivos: Um: esses sujeitos se mostraram pouco abertos à entrevista, visto que não queriam interromper suas atividades. Dois: aqueles que por algum motivo se dispunham a responder, se apresentavam afoitos e apressados. Fato esse que entendemos ser prejudicial ao conteúdo das informações obtidas.

b) Abordagem: nessa etapa, o sujeito era abordado e convidado a participar da pesquisa. O sujeito era informado dos interesses que objetivavam a pesquisa e do tempo aproximado de duração. Essa etapa da abordagem foi de grande importância para estabelecer uma boa relação entrevistador-entrevistado.

c) Apresentação do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE): estabelecido o primeiro contato, era apresentado ao sujeito o TCLE (Anexo 3). O TCLE constitui um documento exigido pelo Comitê de Ética em Pesquisa Humana,

que trata do Consentimento Livre e Esclarecido, definido na Resolução 169/96, II. 11, como,

“anuência do sujeito da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previsto, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, formulada em um termo de consentimento, autorizando sua participação voluntária na pesquisa”.

No TCLE, são esclarecidos os fundamentos éticos da pesquisa, tais como, os direitos, liberdade de encerrar a entrevista a qualquer momento sem nenhum prejuízo para o sujeito e que em nenhum momento da publicação dos resultados da pesquisa o nome do sujeito entrevistado será identificado, entre outras.

Essa etapa constituiu num transtorno ao trabalho, pois a maior parte dos sujeitos abordados desistiram rapidamente da entrevista nesse momento. Essa desistência estava associada à sensação clara de incômodo com o fato de ter que fornecer dados pessoais, como a identidade. Incluindo-se também a desconfiança em assinar um papel com muitas informações das quais não estavam dispostos a ler no momento da entrevista.

Essa situação constatada em campo, no momento da entrevista, reorientou a forma de abordagem dos sujeitos, descrita nos dois itens anteriores (a, b).

d) Início da Entrevista e Registro das Respostas: àqueles que não se recusaram a participar, foi dada continuidade das etapas iniciando efetivamente a entrevista.

As entrevistas foram aplicadas pela própria pesquisadora, que utilizou um caderno com o roteiro da entrevista e caneta. O registro das respostas foi feito através de anotações no caderno pela pesquisadora, que procurou reproduzir toda a

fala do sujeito entrevistado, a partir da transcrição literal das expressões e palavras dos sujeitos. Evitou-se, dessa forma, parafrasear ou resumir as respostas dadas. Optou-se por não usar gravador, visto que poderia inibir o sujeito, prejudicando a manifestação voluntária de suas respostas.

Quando a pergunta feita provocava respostas incompletas ou obscuras, ou mesmo gerava respostas como “não sei”, mas ficava claro que, na verdade, a pessoa não se dispunha a pensar, o sujeito foi estimulado a dar respostas completas, sem contudo interferir ou sugerir as respostas. Esse estímulo foi feito através de perguntas sugeridas por Gil (1999, p.125), como as seguintes: “Poderia falar um pouco mais a respeito?”, “Qual a causa do seu entender?”, “O que te leva a pensar isso?”, “Qual a sua ideia em relação a este ponto?”, “Qual o dado que lhe parece mais exato?”.

e) Finalização da Entrevista: as respostas foram fornecidas ao entrevistador dentro de um contexto de diálogo que não pode ser transcrito em palavras. O momento é vivido e sentido pela relação entrevistador-entrevistado no momento da entrevista. A interpretação posterior das respostas pode ser, muitas vezes, prejudicada pela falta desse momento na interpretação das informações, seja por esquecimento, seja por não considerar relevante.

Assim, para evitar erros de interpretação na redação dos resultados, ao fim de cada entrevista, foi feito um relato escrito pela própria pesquisadora das condições da entrevista, que representou uma interpretação preliminar dos resultados finais e determinou a escolha das entrevistas que foram selecionadas para a análise dos resultados. Nesse relato, também foram anotados impressões da pesquisadora e aspectos e atitudes do entrevistado que possuissem alguma significação útil, como

sugere Ander-Egg (1974 apud Gil, 1999, p. 126), contribuindo para enriquecer a redação final dos resultados desta pesquisa.

Concomitantemente, o contato com os funcionários do parque e com a chefe do Departamento de Planejamento e Manejo do Parque (DPMP) da Fundação Museu Mariano Procópio (MAPRO), forneceram informações importantes sobre o uso do parque e número de visitantes. Esses informantes representaram uma fonte de informação relevante para a redação dos resultados da pesquisa.

As informações foram dadas pelos informantes de maneira espontânea no decorrer de conversas informais no interior do parque durante as visitas. As informações consideradas importantes para o objetivo da pesquisa foram anotadas no caderno de campo num momento posterior ao fim dessas conversas.

4.1.4. Procedimentos de Tratamento, Interpretação e Confiabilidade das Informações

Na pesquisa qualitativa, o tratamento das informações obtidas através da entrevista constitui o momento mais complexo da pesquisa (ROSA & ARNOLDI, 2008).

Esse momento também representa o sucesso ou o fracasso do trabalho, visto que se busca uma apreensão profunda de significados das falas dos sujeitos, que exige grande atenção na interpretação dos dados e envolvimento do pesquisador com o corpo teórico elegido e a área de estudo.

A apreensão dos significados é buscada nas falas, nos comportamentos observados, nos sentimentos, nas expressões interligadas ao contexto em que se inserem, trazendo à tona uma sistematização baseada na qualidade (ROSA & ARNOLDI, 2008). Dessa maneira, o tratamento e a interpretação na pesquisa qualitativa já se iniciam em campo, paralela às entrevistas e observações que buscam captar diferentes significados de experiências vividas.

Esse fato representa um mecanismo de *feedback*, que já no momento da entrevista permite retornar ao sujeito entrevistado questões que não se apresentaram muito claras, e que têm grande relevância para obtenção das informações que se pretende identificar. Esse mecanismo faz-se através de um processo continuado em que se procura identificar dimensões, categorias, tendências, relações, devendendo-lhes o significado.

Para esse procedimento, optamos no presente trabalho pela Análise de Discurso (AD). A compreensão da escolha desse procedimento, entretanto, nos remete à necessidade de esclarecer algumas diferenças que recaem sobre o procedimento escolhido e a Análise de Conteúdo (AC), apresentadas no Quadro 2.

A AD surgiu na década de 60 na França com a finalidade de romper a tradição de práticas teórico-analíticas voltadas para a interpretação, como a AC. A AD vai além dos estudos estruturais e imanentes da língua, ela trabalha com um viés enunciativo-discursivo, no qual a língua é considerada em relação com a história e com a sociedade.

Segundo Caregnato & Mutti (2006), um dos fundadores sobre o discurso foi o filósofo francês Michel Pêcheux, que estabeleceu a relação existente no discurso entre língua/sujeito/história ou língua/ideologia. Desse modo, a AD trabalha com o sentido, e não com o conteúdo do que foi dito.

Quadro 2: Diferenças entre a Aplicação da Análise de Conteúdo e Análise de Discurso

Análise de Conteúdo	Análise de Discurso
Qualitativo e Quantitativo	Qualitativo
Preocupa-se com a frequência de palavras ou ideias	Preocupa-se com o sentido que palavras e ideias assumem num contexto
Língua: fragmento singular do texto	Língua: sistema semântico estruturado para produzir significados
Palavra: menor unidade textual passível de se analisar	Palavra: associada ao contexto, revela uma teia de significados
Analisa a fala em seus fragmentos e partes	A fala representa a expressão do sujeito no mundo

Fonte: CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. (2006); CHIZZOTTI, A. (2008).

Autor: COSTA, Renata G. S., julho de 2010.

Caregnato & Mutti (op. cit.) continuam, apresentando que a AD busca a interpretação fundada pela interceção de epistemologias distintas, pertencentes à linguística, o materialismo e a psicanálise. Assim,

“da linguística deslocou-se a noção de fala para o discurso; do materialismo histórico emergiu a teoria da ideologia; e finalmente da psicanálise veio a noção de inconsciente que a AD trabalha com o de-centramento do sujeito.” (ORLANDI, 2003 apud CAREGNATO & MUTTI, 2006, p.680).

A AD se apresenta como um procedimento importante neste trabalho, na medida em que ela permite identificar regularidades das falas dos sujeitos, sem contudo, perder de vista que essas falas são produzidas em um dado contexto histórico-social e que, por esse motivo, se apresentam carregadas de ideias, ideologias, que refletem a posição do sujeito no mundo.

A AD permite considerar não apenas o que foi dito em dado momento, mas as relações com outros dizeres que refletem a posição social e histórica dos sujeitos. Logo, o discurso é construído sobre algo previamente formulado, que remete ao que

todos já sabem, aos conteúdos estabelecidos por uma memória coletiva construída socialmente.

Segundo Chizzotti (2008, p.120), a AD em pesquisa é “a análise de um conjunto de idéias, um modo de pensar ou um corpo de conhecimentos expressos em uma comunicação textual ou verbal, que o pesquisador pode identificar”.

O discurso é, portanto, o ponto de articulação entre os fenômenos linguísticos e os sócio-históricos, que permite ao pesquisador identificar valores e interesses. O discurso se apresenta como o resultado de conjuntos discursivos anteriores, que foram interiorizados em função da posição a qual o sujeito está submetido.

Logo, na AD, a linguagem traz sentidos pré-construídos que são ecos da memória do dizer, ou seja, da memória coletiva construída socialmente. Nas palavras de Caregnato & Mutti (2006, p. 681), “o sujeito tem a ilusão de ser dono do seu discurso e de ter controle sobre ele, porém, não percebe estar dentro de um contínuo, porque todo discurso já foi dito antes”.

O discurso não se manifesta com sentido único, é heterogêneo e por isso seus sentidos podem ser identificados através da interpretação, contando com os planos material e simbólico que se (re)produzem em relação ao contexto vivido pelo sujeito.

Retomando Caregnato & Mutti (2006), as autoras esclarecem que a AD não irá descobrir nada novo, apenas fará uma nova interpretação ou uma releitura; nem tem a pretensão de dizer o que é certo, porque isso não está em julgamento. Dessa maneira, a AD entende que “todo dizer é ideologicamente marcado” (PÊCHEUX, 2002 apud CAREGNATO & MUTTI, 2006, p.681).

A ideologia aparece como o posicionamento do sujeito no mundo quando se filia a um discurso, sendo o processo de constiuição de um sistema de ideias. Logo, no processo de interpretação, o pesquisador também o faz frente a sua visão de

mundo (JONES, 1972 apud TUAN, 1980). Sua leitura também discursiva é influenciada pelo seu afeto, sua posição, suas crenças, experiências e vivências; portanto, a interpretação nunca será absoluta e única, pois também produzirá seu sentido (CAREGNATO & MUTTI, 2006).

Com base no referencial teórico adotado na presente pesquisa, a AD apresenta um caminho importante na obtenção e interpretação dos resultados. Porém, não há uma direção única para efetivar a análise, mas Caregnato & Mutti, (2006) escreve alguns apontamentos. Segundo as autoras anteriormente citadas, após várias leituras das entrevistas transcritas, poderão ser identificados eixos temáticos, que na presente pesquisa dividimos segundo nossos interesses já descritos, que são:

- a) Motivações e uso do Parque Mariano Procópio;
- b) Valores, manifestações tofólicas e simbolismos atribuídos ao parque pelos visitantes e frequentadores;
- c) Atitudes ambientais.

A partir daí, emergem num movimento que o enunciado leva ao enunciável e vice-versa, marcas linguísticas ou “marca de discurso” a partir de recortes das formulações nas quais aparecem tal ênfase. Na AD, não é necessário analisar tudo o que aparece na entrevista, pois se trata de uma análise vertical, e não horizontal. O importante é captar a marca linguística e relacioná-la ao contexto. Logo, várias leituras das entrevistas nos permitiram identificar palavras ou expressões que marcam o discurso do sujeito ou se repetem, orientando a interpretação.

Definida a AD como procedimento de análise das informações obtidas, foi indispensável selecionar outros, cuja preocupação recai sobre a necessidade de maximizar a confiabilidade das informações, como sugere Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002). Entendemos que esse momento também constitui parte importante da pesquisa qualitativa.

Esses procedimentos refletem uma preocupação necessária com o rigor em que a pesquisa foi conduzida. O fato de a pesquisa qualitativa apresentar múltiplas interpretações dos seus resultados não significa falta de rigor no tratamento e análise das informações.

O que diferencia a pesquisa de cunho qualitativo da pesquisa de cunho quantitativo são fundamentos já discutidos no referencial teórico deste trabalho e no item 4.1.1 deste capítulo.

Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002) apresentam alguns critérios para maximizar a confiabilidade da pesquisa, sugeridos por Lincon & Guba (1985):

- a) credibilidade
- b) transferibilidade
- c) consistência
- d) confirmabilidade

Para atender os aspectos relativos à credibilidade, o presente trabalho utilizou um dos critérios descritos por Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002), que é a permanência prolongada em campo.

Um tempo considerado longo é de difícil determinação na literatura. Porém, consideramos como permanência prolongada em campo todo o tempo em que

estivemos presentes em campo para levantar as informações e sanar os problemas existentes de maneira sistematizada, que foi de fevereiro a outubro de 2010. Dessa forma, a pesquisadora esteve presente em campo por tempo suficiente para levantar e corrigir interpretações e identificar distorções nas informações apresentadas pelos sujeitos.

Um dos problemas nas pesquisas qualitativas tem sido a generalização dos resultados obtidos em campo. Todavia, é preciso lembrar que a pesquisa qualitativa baseia-se em outra lógica, cujas interpretações feitas são válidas para o contexto no qual estão inseridas, cabendo ao pesquisador uma “descrição densa” do contexto estudado. Essa “descrição densa”, segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002), representa um dos critérios referentes à transferibilidade.

A consistência, por sua vez, é apresentada como um conceito alternativo ao de fidedignidade utilizado nas pesquisas quantitativas (LINCON & GUBA, 1985 apud ALVES-MAZZOTTI E GEWANDSZNAJDER, 2002). De acordo com Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (op. cit.), uma forma de atender a esse critério é a utilização do “diário reflexivo”, no qual o pesquisador anota suas reflexões, intuições, dúvidas, sentimentos, percepções durante o desenvolvimento da pesquisa, que apresenta grande semelhança com os objetivos do caderno de campo utilizado na presente pesquisa.

Desse modo, entendemos que a descrição detalhada dos procedimentos e técnicas de obtenção e análise das informações tem papel relevante na compreensão dos resultados obtidos.

4.1.5. Os Sujeitos da Pesquisa

Entende-se, no presente trabalho, o sujeito, ora referido como sujeito entrevistado, como o sujeito da pesquisa, definido segundo a Resolução 196/96, II. 10 como sendo “o(a) participante pesquisado(a), individual ou coletivamente, de caráter voluntário, vedada qualquer forma de remuneração.”

De maneira a atender as exigências do Comitê de Ética, nenhum sujeito entrevistado nessa pesquisa teve o seu nome verdadeiro revelado. Assim, os nomes tratados aqui são fictícios, escolhidos aleatoriamente pela pesquisadora.

Logo, o sujeito entrevistado do sexo feminino de 76 anos foi chamado de Joana; o de 25 anos foi chamado de Lourdes; o de 48 anos foi chamado de Maria; o de 51 anos foi chamado de Rosa; o de 33 anos foi chamado de Júlia; o de 23 anos foi chamado de Vitória; o de 64 anos foi chamado de Cláudia; e o sujeito entrevistado do sexo masculino foi chamado de João.

Entre as 8 entrevistas selecionadas, apenas um é do sexo masculino, as demais são do sexo feminino. Esse fato se deve à maior resistência entre os homens em falarem de seus sentimentos e impressões. Outro fato foi a dificuldade de se encontrar homens sentados nos bancos ou apreciando a paisagem, pois estavam em sua maioria desenvolvendo alguma atividade. E, quando se encontravam nos bancos, estavam lendo jornal ou revistas e não queriam ser incomodados.

Todos os sujeitos entrevistados residem em Juiz de Fora, visto que as pessoas de outras cidades da região são frequentemente encontradas no parque

aos Domingos. Nesses dias, o parque fica mais movimentado, fato que dificultou as entrevistas.

Foram entrevistados sujeitos de 6 bairros diferentes. Alguns bairros são agrupados em Regiões Urbanas, a menor unidade espacial de divisão da Zona Urbana do Município. Entretanto, com relação aos bairros tratados, cada um corresponde a sua respectiva Região Urbana. Com exceção da Região Urbana Fábrica, que engloba os bairros Fábrica e Democrata.

Os sujeitos, assim, eram oriundos dos seguintes bairros: Nova Era, Fábrica, Democrata, Morro da Glória, Santa Helena e Centro. Apenas um sujeito reside mais distante do parque, no bairro Nova Era, na Zona Noroeste da cidade. O restante reside próximo ao parque, na Zona Centro da cidade, como pode ser observado no mapa da Mapa 4.

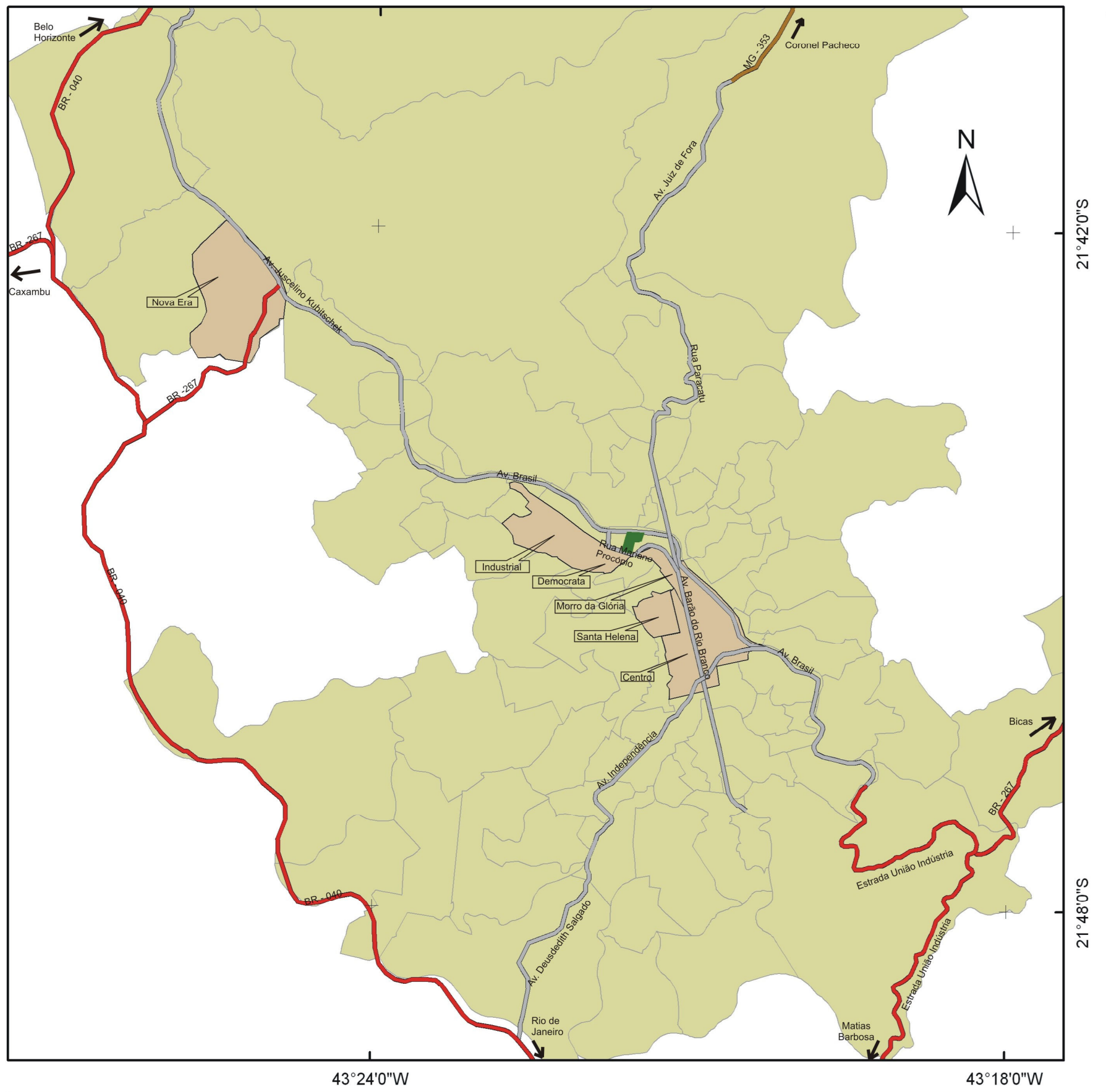
Para melhor caracterizar os sujeitos entrevistados, apresentamos, no Quadro 3, dados acerca do Índice de Área Verde (IAV), população residente e renda do chefe de família em relação aos respectivos bairros de onde se originam os sujeitos da pesquisa.

Quadro 3: Dados de IAV, População e Renda do Chefe da Família dos bairros nos quais Residem os Sujeitos da Pesquisa

Região Urbana (Bairro)	IAV (m ² /hab)*	População**	Renda do Chefe da Família (%)**		
			Até 2SM	Entre 2e 5SM	Acima de 5SM
Nova Era	0,4	7.781	43,77	36,35	19,88
Fábrica (Democrata)	0	4.405	37,69	36,34	25,97
Morro da Glória	0	3.328	22,67	32,21	45,12
Santa Helena	1,0	5.831	12,20	21,15	66,65
Centro	1,4	21.426	16,92	27,39	55,69
Mariano Procópio	39,8	2.169	30,15	35,06	34,79

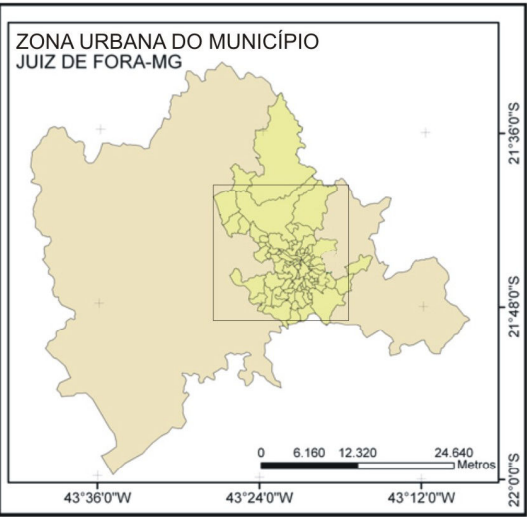
Fonte: * COSTA e FERREIRA (2009); **PDDU (senso 2000 – IBGE).

PRINCIPAIS VIAS DE ACESSO



Legenda

- Parque Mariano Procópio
- Vias Estaduais
- Vias Federais
- Vias Municipais
- Zona Urbana
- Regiões Urbanas



PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR

DECLINAÇÃO MAGNÉTICA 2007

Datum WGS - 1984 Zona 23 Sul



1:75.000

0 715 1.430 2.860 Metros

A DECLINAÇÃO MAGNÉTICA
CRESCE 7' ANUALMENTE

JUIZ DE FORA (MG)

Fonte: Prefeitura de Juiz de Fora, 2000

Desenhista: COSTA, Renata Geniany S.

Fevereiro 2010

Mapa 4: Bairro de origem dos sujeitos entrevistados

É possível observarmos que os respectivos bairros apresentam um IAV muito inferior ao bairro no qual está localizado o Parque Mariano Procópio. Sendo que dois, Fábrica (Democrata) e Morro da Glória, não apresentam uma única área verde para o lazer e a recreação da população.

Com relação à população, há pouca variação, visto que o maior número de habitantes em alguns bairros também corresponde a uma maior extensão espacial. Com exceção do bairro Centro, que apresenta uma concentração maior de pessoas. A densidade bruta do bairro Centro é de 118,75 hab/ha. Essa densidade está ligada à grande verticalização sofrida nas últimas décadas.

Um dado interessante é com relação à renda do chefe de família. Os bairros próximos ao bairro no qual está localizado o parque apresentam a maior porcentagem de chefes de família com renda superior a 5 salários mínimos. Com exceção dos bairros Nova Era e Fábrica, nos quais a maior porcentagem da renda dos chefes de família não excede os 2 salários mínimos. Esses dados não revelam uma renda elevada em função da área verde que contém o Parque Mariano Procópio, mas com relação à proximidade ao bairro Centro.

Logo, segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU, 1996) da cidade, os bairros Morro da Glória, Santa Helena e Centro apresentam padrões sócio-econômicos de médio a alto, boa infra-estrutura básica e ocupação predominantemente residencial, com exceção do Centro, no qual a ocupação é residencial e comercial com alta verticalização. Já os bairros Fábrica e Nova Era apresentam um contingente populacional caracterizado como de baixa renda e boa infra-estrutura básica.

CAPÍTULO 5 – VALORES, ATITUDES E SIMBOLISMOS ATRIBUÍDOS AO PARQUE MARIANO PROCÓPIO EM JUIZ DE FORA – MG

No presente Capítulo, buscamos apresentar os resultados dessa pesquisa, bem como estabelecer previamente discussões concomitantemente a apresentação dos resultados. Desse modo, os sub-capítulos foram estruturados segundo os objetivos aqui apresentados, com a finalidade de facilitar a leitura.

5.1. USOS E MOTIVAÇÕES QUE LEVAM AS PESSOAS A FREQUENTAREM ÁREAS VERDES COMO O PARQUE MARIANO PROCÓPIO

Várias são as motivações que levam pessoas a visitarem de maneira esporádica ou a frequentarem de maneira contínua as áreas verdes públicas de uma cidade. Para compreender melhor as motivações e os usos dessas áreas, elegemos aqui a análise do espaço que constitui a unidade de estudo da presente pesquisa: o Parque Mariano Procópio.

O uso do parque reflete a função principal desvendada pela visita e tempo que as pessoas costumam passar no interior do parque. Que, por sua vez, está

ligado à acessibilidade ao parque. O uso também tem relação direta com a estrutura do parque, com aquilo que ele tem para oferecer.

A partir de conversas informais com pessoas no interior do parque e com os funcionários, e através de observações sistemáticas, foi possível observar a presença frequente de pessoas no interior do parque.

Pela manhã, foi possível observar um maior número de pessoas presentes no parque, cuja principal atividade desenvolvida é a caminhada. De modo geral, a caminhada constitui a principal atividade desenvolvida pelas pessoas no interior do parque em diferentes horários. Em menor ou maior número, durante todo o dia é possível observar pessoas, entre adultos e idosos, desenvolvendo aquela atividade.

Para aqueles que gostam de caminhar bem cedinho, é possível entrar no parque às 06 horas, antes de sua abertura oficial, às 08 horas. Esse horário é reservado apenas para pessoas cadastradas na Fundação MAPRO e que têm como objetivo caminhar no interior do parque.

A forma do parque, com caminhos largos cobertos por areia, possibilita o desenvolvimento daquela atividade. Esses caminhos estão dispostos ao redor de todo o lago, de modo que as pessoas possam caminhar por todo o parque sem perderem de vista o lago (Figura 17). A presença de bancos distribuídos por todo o parque (Figura 17) também permite às pessoas mais idosas desenvolver a atividade de caminhada, visto que utilizam os bancos como pontos de descanso. Esses momentos são utilizados também para conversas e contemplação dos elementos naturais presentes no parque.



Figura 17: Área Utilizada para Caminhadas no Interior do Parque Mariano Procópio, 2010.
Autor: COSTA, R. G. S., setembro de 2010

Ao contrário, pela tarde, após às 14h, o público presente para caminhar se apresenta em número menor, enquanto a maioria busca outros tipos de lazer, como passear e levar as crianças para brincarem no parquinho ou parque infantil.

A expressão “parquinho” ou parque infantil refere-se ao espaço livre destinado à recreação de crianças até os 11 anos, no qual estão presentes alguns brinquedos como balanço, escorregador, gangorra etc., associados a caixas de areia. Uma expressão equivalente à de parquinho na língua inglesa é *playground*. O Parque Mariano Procópio possui dois espaços destinados exclusivamente a esse tipo de lazer para as crianças, apresentados nas Figuras 18 e 19.



Figura 18: Área Destinada à Recreação Infantil – Parque Infantil 1.
Autor: COSTA, R. G. S., setembro de 2010



Figura 19: Área destinada à Recreação Infantil – Parque Infantil 2.
Autor: COSTA, R. G. S., setembro de 2010

Não coincidentemente, as pessoas entrevistadas disseram ser o período da tarde o horário que costumam frequentar o Parque. Esse fato está atrelado aos critérios que adotamos para selecionar os entrevistados descritos no item 4.1.2. deste trabalho, nos quais procuramos selecionar pessoas que estivessem sentados nos bancos, ou observando a paisagem. E essa atividade foi mais observada no turno da tarde. Daí, a escolha pelo turno da tarde como melhor horário para visitas ao parque. Poucos foram os que se referiram ao turno da manhã como o horário preferido para visitar o parque.

Quanto ao tempo de permanência no parque, pouca foi a variação. Esse tempo não é menor que uma hora e não excede duas horas. Esses são os visitantes frequentes, que visitam o parque todos os dias ou mais de uma vez por semana. E normalmente buscam o parque para desenvolver alguma atividade física, como caminhar, correr ou levar os filhos para brincar. Diferentemente, aqueles que se encontram no parque aos Domingos costumam exceder às duas horas de permanência no parque. Sendo o horário de permanência variado, chegando a se estender por toda a tarde até o fechamento do parque.

As motivações buscam revelar, principalmente, aquilo que as pessoas procuram nesses espaços. Entendemos a motivação como causa, finalidade, objetivos que estimulam a procura do parque. Logo, os requisitos percebidos pelos sujeitos entrevistados, para suas experiências recreativas, dependem de seus objetivos. Na medida em que tais requisitos são atendidos, a experiência será considerada satisfatória.

Assim, podemos afirmar que a satisfação depende dos objetivos de uso. Cada espaço livre oferece experiências diferenciadas. Logo, as pessoas tendem a procurar aquele local que satisfaça melhor o seu objetivo.

Portanto, quando a administração pretende fazer alguma alteração nesses espaços, torna-se imprescindível conhecer a percepção de seus frequentadores. Na busca por identificar os locais de maior valor e as atividades que levam a satisfação das necessidades de quem os utiliza.

As motivações permitem conhecer de antemão alguns valores e simbolismos (analisados no sub-capítulo a seguir) que estão atrelados à busca de áreas verdes como o Parque estudado.

É importante frisar que as ações orientadas pelos valores permeiam todo o desenvolvimento dessa pesquisa. Logo, é a maneira de perceber o espaço exteriorizada na fala do sujeito que nos permite conhecer o discurso pelo qual são orientados seus valores. Assim, os valores orientam motivações, interesses e satisfações.

Para compreender melhor essas motivações, duas indagações feitas aos sujeitos foram primordiais: uma procurou saber para que o parque é buscado, e, a outra, buscou conhecer por que preferiam o Parque Mariano Procópio e não outros parques da cidade.

Para a indagação “Para que você vem ao parque?” foram dadas algumas respostas, das quais destacamos aqui:

“Para lazer.... [indagada sobre o que entendia por lazer, continuou] passear, descansar. Refrescar a cabeça é um descanso. Liberar os stress da semana. É gostoso assim, no Domingo... relaxar.” (Maria, 48 anos).

“Há... sei lá... [dúvida] para espairecer mesmo. Aqui é um lugar tão bom!.” (João, 20 anos).

“Caminhar ou dar uma relaxada...” (Rosa, 51 anos).

“Venho para caminhar, sentar, para a mente... Meditar é muito bom! Melhor do que ficar em casa...” (Cláudia, 56 anos).

“Para caminhar... estar em contato com a área verde. Dar uma aliviada no stress. Dar uma voltinha aqui.” (Vitória, 23 anos).

“Trazer meu filho. Lazer... em busca de paz, espiritualidade.” (Júlia, 33 anos).

Algumas expressões se repetem nas diferentes falas e marcam o discurso desses sujeitos. Essas seriam: “lazer”, “descansar”, “relaxar”, “bom”, “gostoso”, “meditar”, “melhor”, “aliviar”, “caminhar”, “stress”, “espairecer”, “voltinha”.

Uma análise desatenta e superficial agruparia essas palavras e quantificaria seu aparecimento nas falas desses sujeitos. Entretanto, tais expressões representam mais que palavras ou conjuntos de palavras agrupadas em uma categoria, são marcas do discurso desses sujeitos que apresentam um recorte no espaço e no tempo.

Observando atentamente essas expressões, podemos dizer que estão todas atreladas à satisfação de dois valores humanos básicos: a saúde e o prazer. A saúde é o foco principal, visto que sem ela não é possível satisfazer aquele. Esses dois valores compõem um dos tipos motivacionais universais que regem as escolhas das pessoas: o hedonismo. Isso nada mais é do que uma busca por desfrutar plenamente a vida.

As novas sensibilidades para com a natureza, inauguradas com a modernidade, trazem consigo o descontentamento com a vida nas cidades entre os séculos XVIII e XIX. O descontentamento com a degradação do meio urbano atinge uma motivação universal humana da busca pela vida plena: o hedonismo. Ora, a plenitude não está em satisfazer as necessidades básicas, que têm entre elas a saúde e o prazer? Logo, a busca por esses espaços ganha cada vez mais ênfase na atualidade. Visto que somos descendentes diretos de uma sociedade que sofreu intensamente e ainda sofre (guardadas as devidas proporções) com a vida nas cidades.

Expressões como “bom” e “gostoso” estão atreladas ao prazer. Prazer esse, promovido pela condição do parque em satisfazer outras necessidades atreladas à saúde, como os benefícios físicos e mentais apresentados nas expressões “lazer”, “descansar”, “relaxar”, “meditar”, “melhor”, “aliviar”, “caminhar”, “espairecer”, “voltinha”.

Essas expressões representam respostas psicológicas comuns, tal qual escreve Tuan (1980). Elas aparecem como oposições binárias, nas quais, a mente humana tende a selecionar pares entre segmentos percebidos no *continuum* da natureza (os fenômenos) e atribuir significados opostos (antíteses) a cada par. Essas antinomias bipolares são derivadas da experiência humana, como nesse caso, da experiência de natureza e cidade, não apenas individual, mas também historicamente construída através de diferentes experiências.

Assim, todas as expressões “lazer”, “descansar”, “relaxar”, “bom”, “gostoso”, “meditar”, “melhor”, “aliviar”, “caminhar”, “espairecer”, “voltinha”, estão associadas ao ambiente do parque em oposição à expressão “stress”, que aparece associada à vida na cidade. A referência ao “Domingo” reflete o dia da semana que permite o

lazer, o tempo livre das atividades cotidianas desenvolvidas na cidade. Concordamos com Heimstra e McFaling (1978) que a oportunidade de recreação ao ar livre pode servir como fuga temporária ao stress e preencher algumas necessidades básicas do indivíduo.

Porém, devemos nos atentar para as delimitações do tempo. Esse pensamento, como já vimos, é um pensamento da contemporaneidade. Um discurso preso ao seu contexto histórico. Dificilmente nos depararíamos com essas expressões associadas a uma valorização da natureza numa entrevista entre os séculos XV e XVI, onde “[...] derrubar árvores era deferir um golpe em favor do progresso”, como nos mostra Keith Thomas (1988, p. 235).

A expressão “*Trazer meu filho*” (Júlia, 33 anos) é garantir a continuidade e perpetuação desses valores culturalmente disseminados, ainda que não seja dada conta disso. Podemos observar, portanto, que o discurso caracteriza-se pela retomada do que já foi dito. O sujeito, mesmo que se sinta criador do seu discurso, não o é. A origem do sentido do discurso tem ligação com a formação discursiva exterior, orientada por e associada a esta ou aquela ideologia predominante.

Mas quando falamos de valorização da natureza em seu sentido “*strito*”, estamos falando de valorização por parte de quem? Será que todas as camadas da sociedade são adeptas desse discurso? Em nosso referencial teórico desenvolvido no segundo capítulo deste trabalho, escrevemos que as pessoas no decorrer de suas vidas apreendem uma série de valores que são transmitidos culturalmente. Os valores que perduram no tempo, comumente correspondem a uma classe dominante, a partir da homogeneização da informação e conhecimentos transmitidos, seja pela família, pela mídia impressa ou visual, ou pela educação formal.

Desse modo, a natureza “valorizada” aparece em pequenas áreas reservadas para sua presença no meio urbano. Representando símbolos de significativa valoração na paisagem urbana, na medida em que não é de acesso de todos.

Entendemos que a presentificação ou a materialização desses valores dominantes se dê pela linguagem, conhecida através das entrevistas. Nas quais, tais valores são verificados nos verbos utilizados pelos sujeitos entrevistados para manifestar os motivos de procura do parque. Essa busca pelo parque reflete, ainda, um estilo de vida percebido pelo grupo (cultural) como socialmente distinto.

Esta análise nos leva a outra questão indagada aos sujeitos “por que [vem] a este parque e não a outro?” que nos dá indícios da satisfação de algumas necessidades básicas, mas também nos aponta para outra condição, a da acessibilidade, sem a qual tais necessidades não podem ser atendidas.

Os valores necessariamente orientam ações sobre o espaço, atitudes e comportamentos, porém, a existência dos valores não determina a satisfação das necessidades. Por exemplo, um indivíduo ao ser indagado pode manifestar-se concernente ao discurso de valorização desses espaços para o lazer e, no entanto, não frequentar nenhum. Dentre os vários motivos existentes, o que concerne à acessibilidade nos interessa mais diretamente.

Assim, entendemos que a acessibilidade está ligada a três fatores: à proximidade da residência do indivíduo, à gratuidade e à apropriação simbólica desse espaço. A proximidade reside, em última instância, na localização espacial, enquanto a gratuidade revela uma relação sócio-econômica. A acessibilidade simbólica está associada a um modo de vida que se desenvolve sobre um discurso dominante. Os dois primeiros podem ser verificados claramente na fala dos sujeitos entrevistados, enquanto o terceiro está atrelado a uma análise mais profunda.

A ideia de espaço público, sem entrar nas discussões próprias do termo na sociedade de consumo de hoje, nos remete à gratuidade do acesso. O espaço público aparece como um espaço teoricamente comum a todos. E como bem de uso comum da coletividade, não oferece restrições, ao menos financeiras, ao seu uso. Motivando sua procura em detrimento de outras áreas pagas ou particulares.

Já a proximidade está na distância em que o indivíduo precisa se deslocar de sua residência até o parque. Segundo Henke-Oliveira (1996), essa distância não deve ser maior que 10 minutos a pé.

Logo, a facilidade de acesso se apresentou como uma das motivações para a presença dos sujeitos entrevistados no parque, manifestadas a partir das seguintes respostas:

“Porque aqui o acesso é fácil, às vezes venho caminhando” (Rosa, 51 anos, moradora do bairro Industrial)

“Mais aqui porque é mais perto da minha casa. Venho caminhando e volto caminhando” (Cláudia, 64 anos, moradora do bairro Democrata).

“Para mim é mais perto, mais cômodo. Eu acho que Juiz de Fora não tem muita coisa [parque]. Não tem muita opção de lugares com áreas verdes na cidade.” (Vitória, 23 anos, bairro Morro da Glória).

“Porque é mais próximo da minha casa. Porque é o único lugar que eu conheço.” (Lourdes, 25 anos, bairro Santa Helena).

“Por ser mais perto.” (Júlia, 33 anos, bairro Centro).

A acessibilidade é um requisito importante para as áreas orientadas para o usuário (HEIMSTRA & McFALING, 1978), nas quais os sujeitos buscam encontrar um número considerável de características e instalações construídas pelo homem e que permitem diferentes tipos de recreação, seja infantil ou adulta, como a caminhada, por exemplo.

Algumas pessoas presentes no parque, entretanto, precisam de algum veículo para chegar até ele como foi o caso da senhora Maria, 48 anos, moradora do bairro Nova Era. Dessa forma, a distância não impede o acesso a esses espaços, mas dificulta, na medida em que nem todos dispõem de veículos próprios.

Esse fato é mais pronunciado nos fins de semana, quando podemos observar um maior número de carros em frente ao parque (Figura 20). Nos fins de semana, também estão presentes muitas pessoas de cidades vizinhas a Juiz de Fora.



Figura 20: Parque Mariano Procópio: veículos estacionados
Autor: COSTA, R. G. S., setembro de 2010

Desse modo, o parque se apresenta não apenas como uma opção de lazer para a população circunvizinha, mas também como um atrativo turístico da cidade. Segundo relato dos funcionários, a movimentação é maior aos Domingos, onde em média 500 pessoas costumam visitar o parque. No último Domingo de cada mês, são oferecidos shows ao vivo no interior do parque, motivo que leva um volume ainda maior de pessoas ao local.

De maneira geral, a população que reside mais próxima ao parque utiliza-se dele para desenvolver atividades diárias como a caminhada. Já aquelas que residem mais longe ou mesmo são de outra cidade, procuram o parque, principalmente nos fins de semana, para realizar uma atividade mais contemplativa, em busca de descanso e outros tipos de lazer.

A acessibilidade constitui um problema no planejamento desses espaços no meio urbano, visto que poucas são as pessoas que têm a oportunidade de desfrutar de uma área como a do Parque Mariano Procópio nas proximidades de sua residência. Trabalhos como os de Costa & Ferreira (2009) mostram que as áreas verdes da cidade de Juiz de Fora encontram-se restritas a uma pequena parte da cidade, nos bairros de melhor condição sócio-econômica.

Serpa (2009), em suas pesquisas, constatou que a concepção e implantação de novos parques públicos estão sempre subordinadas as diretrizes políticas e ideológicas. Mostrando o domínio das classes superiores em efetivarem seus valores e promoverem transformações nas paisagens urbanas. Logo, concordamos com Serpa (2009) que a acessibilidade aos espaços públicos da cidade contemporânea é, em última instância, “hierárquica”. A diferença na apropriação espacial define uma acessibilidade que é, sobretudo, simbólica.

Como um símbolo na paisagem urbana, o parque serve ao propósito de reproduzir normas culturais e estabelecer os valores dos grupos dominantes. O Parque Mariano Procópio, com seu jardim histórico tombado, possui uma organização espacial que permanece imutável no tempo e transmite um conjunto específico de valores social e moral. Na sua forma atribuída ao jardim inglês, através da seleção de plantas, locais e elementos da natureza como a água, mantém vivo na atualidade valores da época, como ordem e poder. A ordem representa, segundo Cosgrove (2004), a razão humana e o poder do intelecto, enquanto poder é reproduzido pelo status, pelo acesso simbólico e, por isso, restrito.

De fato, essa apropriação seletiva e desigual associada a uma distribuição espacial também desigual reforça o status, atribuído ao uso desses espaços. Nesse sentido, entendemos a acessibilidade como um elemento de grande importância para ser pensado por planejadores na criação desses espaços no meio urbano, objetivando minimizar a distribuição desigual desses espaços para o acesso das diferentes camadas da sociedade.

Podemos compreender, neste sub-capítulo, que o uso é motivado por interesses pessoais ou culturalmente construídos na busca pela satisfação das necessidades básicas humanas, sendo orientado por valores subjetivos. O uso de áreas verdes, como, nesse caso, o Parque Mariano Procópio, está intimamente ligado às questões motivacionais orientadas por questões sócio-históricas e espaciais.

5.2. VALOR, MANIFESTAÇÕES TOPOFÍLICAS E SIMBOLISMOS VINCULADOS AO USO DO PARQUE PELOS FREQUENTADORES

Os valores orientam nossas vidas, o que escolhemos seguir, o que optamos por fazer, aquilo de que gostamos, aquilo que desprezamos. No sub-capítulo anterior, já iniciamos uma discussão acerca dos valores que pretendemos ampliar aqui.

Toda nossa visão de mundo tal como coloca Tuan (1980) é construída através de valores. Ainda que não possamos nos dar conta disso, eles funcionam como lentes, selecionando e estruturando o nosso mundo. Como bem nos lembra Anne Buttimer, o mundo não representa apenas fatos e negócios, ele é constituído de valores, bens e ações.

Segundo Carvalho (2004, p. 33), nossas ideias e conceitos são como lentes que selecionam o que vai ou não fazer parte da nossa vida. Entretanto, usamos por tanto tempo essas lentes que estruturamos uma ideia de verdade absoluta, esquecendo-nos que ela continua lá “entre nós e o que vemos, entre os olhos e a paisagem”.

Da mesma maneira, nossa opção por diferentes lugares, nossas preferências pelo campo ou pela cidade, por um parque ou por um shopping, são orientadas por valores socialmente construídos e disseminados que estamos a todo tempo reavaliando e reproduzindo, num ato quase que involuntário como a respiração.

Tuan (1980) descreve valores positivos. Da mesma maneira, procuramos, a partir de experiências positivas dos sujeitos com o parque, desvendar seus

sentimentos, pois entendemos que são esses sentimentos que agregam valor ao parque.

Para conhecer os sentimentos dos sujeitos, reproduzimos suas falas quando foram questionados quanto ao que sentem quando estão no parque:

“Traz uma paz para a gente. Venho aqui mais para refletir. Traz uma tranquilidade, paz... é uma higiene mental”. (Rosa, 51 anos).

“Ah, sei lá... dá uma sensação de paz. Bem estar. Não sei... você respira um ar mais puro. O visual. Você descansa da visão do concreto da cidade.” (Vitória, 23 anos).

“Eu sinto assim... bem com a natureza. Muito bom vir aqui. Caminhar, sentar até passar a hora.” (Cláudia, 64 anos).

“Nossa! É um lugar que eu me sinto muito bem. Sei lá... é calmo, tranquilo... tipo uma terapia. Refresca a memória.” (João, 20 anos).

“Uma paz muito grande. Emoção pelo parque com as árvores, um lugar fresco, relaxa. A mata é linda. Maravilhosa, eu amo mesmo de coração por causa das árvores, tem muitas árvores. Aquele verde da natureza é muito lindo. O ar puro que você respira aqui dentro e não dá para respirar lá fora. Porque lá tem muita poluição, aqui tem menos por causa das árvores. Você não sente dentro da cidade, é como se você estivesse no campo.” (Maria, 48 anos).

“Sei lá, acho que no meu modo de pensar a gente se sente livre, a gente encontra conhecidos num bate papo gostoso. Um lugar aconchegante, livre (...) é uma hora mesmo de lazer sadio, gostoso.” (Joana, 76 anos).

O discurso entre as falas dos sujeitos entrevistados manifesta-se na satisfação de necessidades básicas, a partir das sensações de “paz”, “tranquilidade” e liberdade” comum a todas as falas. Tais sensações estão diretamente ligadas à presença dos elementos naturais do parque, como o “verde”, a “mata”, a “natureza”, as “árvores”; e estão inversamente ligadas à vida na cidade, como ficou explícito na frase de Vitória (23 anos), *“Você descansa da visão do concreto da cidade”*. Também presente na fala de Maria (48 anos) *“(...) O ar puro que você respira aqui dentro e não dá para respirar lá fora. Porque lá tem muita poluição, aqui tem menos por causa das árvores. Você não sente dentro da cidade, é como se você estivesse no campo.”*

Assim, o verde, símbolo da natureza, aparece em oposição ao cinza, símbolo da cidade. A satisfação com o parque reflete os motivos que orientam o uso do parque pelos sujeitos, tratados no sub-capítulo 5.1 deste trabalho.

Dessa forma, “paz”, “tranqüilidade”, “higiene mental”, “bem estar”, “(...) passar a hora”, “calmo”, “emoção”, “maravilhosa”, “lindo”, “puro”, “sadio”, “aconchegante”, “gostoso” representam os valores positivos que levam os sujeitos a escolherem o Parque Mariano Procópio e não outro parque na cidade. Esses valores refletem valores como “prazer” e “desfrutar da vida” que são orientados pelo hedonismo, um valor universal. Na medida em que esses valores são contemplados, o sujeito se sente satisfeito e retorna ao ambiente que lhe proporcionou essa sensação.

Esses valores socialmente formados manifestam expressões comumente verificadas no discurso higienista do final do século XVIII, como as ideias de “higiene”, “puro” e “sadio”. O ambiente insalubre daquele período cedeu lugar a uma crescente preocupação com a qualidade ambiental a partir da higienização das cidades. E fazendo frente àquele processo esteve o processo de arborização das cidades, de retorno da vegetação anteriormente relegada ao posto de rusticidade.

Podemos observar, porém, que esse discurso iniciado na Inglaterra e disseminado por todo ocidente permanece presente nas falas dos sujeitos com relação ao sentimento manifestado pelo Parque Mariano Procópio.

A percepção da qualidade do ambiente pelos sujeitos contribui para afirmar a oposição que se faz entre natureza e cidade no imaginário dos sujeitos. O parque símbolo da natureza é o lugar do “ar puro”, da “tranquilidade”, do “contato com os animais”, da “paz”, da “higiene mental”, em oposição ao quadro de degradação ambiental que se apresenta nas cidades.

Para compreender os motivos dos valores atribuídos ao parque, complementamos a pergunta anterior: Outros lugares lhe proporcionam o mesmo sentimento? As respostas foram reproduzidas a seguir:

“O parque da cidade do meu irmão em Araraquara, São Paulo.” (Lourdes, 25 anos)

“Sim, eu gosto quando vou no sítio do meu filho. Eu gosto dessa coisa assim rural. Eu gosto do rural, é simples.” (Joana, 76 anos).

“Só em outros lugares que tenham mais espaço, área verde. Essa terra sem cimento. Na minha casa na fazenda tem mico, pica-pau...” (Vitória, 23 anos).

“Sim, Parque da Lajinha e o Cristo.” (Júlia, 33 anos).

“Sim, no centro da cidade já sentamos no Parque Halfeld.” (Cláudia, 64 anos).

“Só se for no campo. Roça, fazenda, sítio, onde se encontra muita árvore, mata verde, natureza pura. A mata, o verde, as árvores, todo esse tipo de coisa que é encontrado só no campo, na cidade a gente não tem. A barulhada de carro. Aquele ar livre, lá é muito gostoso.” (Maria, 48 anos).

O sentimento de satisfação com o parque está atrelado ao contato com os elementos da natureza, de forma que outros lugares, como a “roça”, outros parques ou “sítios”, que permitem esse mesmo contato, são relatados pelos sujeitos como lugares que proporcionam a mesma sensação que eles têm no Parque Mariano Procópio.

O parque traz consigo o imaginário do campo, da natureza. O sentimento da infância. A topofilia entendida enquanto o amor pelo lugar é manifestado nas falas dos sujeitos. O sentimento topofílico ao parque não está na apreciação estética da beleza. A apreciação estética da paisagem como mostra Tuan (1980) é tida como um contato imediato e fugaz sendo, sobretudo, efêmera. Entendemos que o afeto pelo parque está relacionado às lembranças do passado. De acordo com Tuan (op. cit.), a paisagem é mais duradoura e perdura além do efêmero quando está mesclada com lembranças.

Esse sentimento também se manifesta em função da presença do jardim, que permite o contato com os elementos da natureza. A topofilia também está

relacionada com o lugar a partir de um símbolo de reconhecido valor, e a presença do jardim simboliza historicamente o próprio paraíso.

Assim, quando perguntamos do que os sujeitos mais gostavam, obtivemos as seguintes respostas:

“Aqui é a natureza, não tem assim explicação, a natureza é tudo.” (Rosa, 51 anos).

“Dos animais, do ar, do lugar em si.” (João, 20 anos).

“O lago. O espaço, o conjunto, espaço para caminhar.” (Lourdes, 25 anos).

“Olhar esse lago e as arvores aí. Pena que aquela casa lá em cima está fechada. Lá tem uns lugares bons para tirar fotos.” (Cláudia, 64 anos).

“Eu gosto das plantas, gosto demais do meio ambiente. Aquela floresta, um vestígio da mata atlântica.” (Joana, 76 anos).

Observamos, então, que o que mais chama a atenção dos sujeitos são os elementos da natureza presentes no parque. Já quanto ao que menos gostavam no parque, manifestaram as resposta a seguir:

“Não tenho nada a reclamar, é seguro, não tem nada que eu desgoste.” (Rosa, 51 anos).

“O Barulho!” (Lourdes, 25 anos).

“Não agradei muito daquele parquinho das crianças, podia ter mais coisa, ser mais arrumadinho para as crianças. Para um parque para criança, o escorregador é pequeno, mais balanço. É muita criança. Devia ter mais espaço para as crianças brincar, achei muito pequeno.” (Maria, 48 anos).

“Ultimamente tava achando a segurança, mas agora mudou. Atualmente não tem o que desagrade não.” (Joana, 76 anos).

Com relação aos elementos que desagradam no parque, os sujeitos entrevistados manifestaram não haver nada de que não gostem no parque, com exceção das falas mencionadas anteriormente.

Entre os incômodos manifestados no parque, o barulho dos carros e o tamanho dos parquinhos para as crianças foram levantados. Existem dois parquinhos, como vimos no sub-capítulo 4.1. deste trabalho, e, aos Domingos, quando o movimento é maior, os dois parquinhos não comportam o número de crianças presentes.

O parque situado na área urbana da cidade de Juiz de Fora localiza-se entre duas vias de grande movimentação da cidade, pois ligam os bairros da Zona Noroeste ao centro. Apesar de existirem duas vias: a Av. Brasil e a rua Mariano Procópio, apenas a rua Mariano Procópio faz contato com a área do parque que se encontra aberta. O parque é rodeado por muros e grades. E apenas uma grade separa a frente do parque da rua Mariano Procópio (Figura 21), daí a presença de barulho de veículos.



Figura 21: Grades que separam o parque da rua Mariano Procópio
Autor: COSTA, R. G. S., setembro de 2010

Podemos observar outros valores que estão ligados à satisfação com o parque como o universalismo, que deriva de uma preocupação social com a proteção do meio ambiente. Como mostra Heemann e Heemann (2003, p. 112), “a percepção de um ato danoso à natureza pode engatilhar uma atitude de reprovação.” Essa atitude é manifestada por valores universais. Tais valores são engatilhados em função da sensibilidade do observador e refletem a experiência de vida do sujeito.

Acreditamos ser a segurança o principal valor que orienta a condição para satisfação dos demais valores. A segurança enquanto um valor humano básico é orientado por uma necessidade de ordem social e segurança familiar. Logo, a presença de funcionários que fazem a segurança no interior do parque garante essa sensação de segurança e satisfação desse valor.

Um parque, ou especialmente um jardim, representa uma paisagem intencional, reproduzida dentro de valores historicamente construídos. Desse modo, ditam o comportamento do sujeito no seu interior. Esse comportamento está ligado a um discurso predominante que se reproduz na sociedade atendendo a uma determinada ordem social para o uso coletivo desses espaços. Podemos citar os exemplos mais comuns de ordem, como: “não pise na grama”, “a vegetação presente não é para ser tocada e sim contemplada”, entre outros. E dentro dessa ordem social, ficam à margem aqueles que não apresentam esse comportamento, como o uso do parque para fins diferentes, como ponto de drogas, prostituição, tráfico, presença de mendigos, entre outros.

Os espaços públicos, especialmente nas áreas centrais das grandes e médias cidades, são vítimas do descaso por parte da população. Grande parte desse descaso está atrelado à inibição do uso desses espaços para a recreação e o lazer em função de outros usos que implicam em comportamentos que estão fora dessa ordem social. Assim, não basta apenas que esses locais sejam criados, é preciso considerar a que fim eles se destinarão. A quantidade de espaços criados não garante o seu uso para o fim de lazer e recreação da população.

Nesse sentido, uma questão torna-se importante quando se pensa o planejamento dos espaços públicos nas cidades contemporâneas: O que leva ao descaso com esses espaços?

No caso do Parque Mariano Procópio, entendemos que a condição para a satisfação dos valores humanos básicos está na presença dos seguranças, que inibem o desenvolvimento de atividades indesejadas e, portanto, permitem que aquelas pessoas que buscam o parque para o lazer e a recreação consigam desenvolver suas atividades sem maiores problemas.

Quanto aos simbolismos, entendemos que o parque urbano aparece à coletividade como um símbolo de reconhecido valor. Tuan (1980) mostra que diferentes ambientes naturais em diferentes tempos e lugares têm atraído fortemente a imaginação humana.

Tuan escreve em seu livro intitulado “Topofilia”, que traços semelhantes podem ser destacados na maneira coletiva de perceber o mundo de forma a torná-lo inteligível. Como já vimos, uma dessas maneiras é a atribuição de significados opostos aos fenômenos percebidos, que constrói e seleciona valores. Porém, não existem apenas pares opostos, há uma busca pelo equilíbrio entre as partes. A resolução desses contrários é feita através da ideia de centro que reconcilia essas antíteses a fim de resolver as contradições que se encontram na vida. E esse costume de estruturar o mundo em substâncias tem significados simbólicos.

Pensada dessa maneira, a paisagem assume uma dimensão simbólica constituída de significados, valores, crenças, que direcionam ações sobre o espaço. Sendo o reflexo de ideologias dominantes num determinado período histórico, presentes enquanto marcas no espaço deixadas para a posterioridade.

Logo, ainda que um parque urbano não seja um ambiente natural, ele é assim reconhecido pelo imaginário coletivo, visto que ele representa o símbolo da natureza em meio ao ambiente urbano, conciliando as antíteses “selvagem” e “cidade”. Essa relação pode ser observada nas palavras dos sujeitos entrevistados no parque.

Ao ser indaga pela pergunta “Como você descreveria o parque?”, Vitória respondeu:

“O parque tem muitas árvores, plantas, poucos animais, parquinho para criança, cantina. Lago artificial. Tem um lugar para caminhar, correr. Um lugar muito bom por

que é uma área natural dentro da cidade movimentada. É um contraste [grifo nosso]. É bem democrático, qualquer pessoa pode ter acesso.” (Vitória, 23 anos)

O que se busca é o contato com os elementos da natureza como água, animais, o verde, a terra, pedras etc. A ideia do selvagem associado ao mundo natural faz parte do imaginário, da oposição cidade-campo, mas é buscado um contato com a natureza mediado pela presença de uma boa infraestrutura que atenda às necessidades básicas do indivíduo que opta pelo lazer nesses espaços, apresentado na fala de Rosa ao ser indagada pela mesma pergunta feita à Vitória:

“O parque... eu nasci na roça... retrata um pouco minha infância, traz lembranças, retoma um pouco disso no meio urbano com toda infra-estrutura. Moro em Juiz de Fora há 32 anos.” (Rosa, 51 anos).

Os elementos da natureza encontrados no parque também representam símbolos de reconhecido valor. Ao descreverem o parque, os sujeitos trazem para o seu mundo aquilo que lhes chama mais atenção. E esses elementos representam buscas pela plenitude da vida.

Diferentes elementos da natureza puderam ser observados nas falas dos sujeitos. Entre eles, a referência ao verde e à água, a partir da presença do lago e das árvores, foram os mais marcantes em seus discursos no momento da entrevista, retratado por uma nítida sensação de prazer e bem estar. As falas dos sujeitos estão descritas a seguir:

“(...) A primeira coisa que chama a atenção é o lago. Passa pelo parque onde as crianças ficam. Árvores também... dá um bom sombreamento tanto para sentar como para caminhar. Tem flores também próximas às estátuas que eu sempre vou ver. As pessoas são das idades mais variadas, desde crianças até pessoas mais velhas caminhando.” (Lourdes, 25 anos).

“Aquele lago. Eu gosto do lago, as ilhas, o pedalinho... o que mais me encanta é a floresta... eu gosto do chão, mato.” (Joana, 76 anos).

“Lugar belo, tranquilo, harmonioso (...).” (Júlia, 33 anos).

“A entrada tem o bar, tem o parque das crianças, o lago lá atrás, os pedalinhos, as árvores que parece bananeira... esqueci o nome... palmeiras! No caminho as plantas (...).” (Maria, 48 anos).

Assim, as diferentes cores, texturas e formas trazem ao jardim presente no parque diferentes sensações. O verde é utilizado como referencia à vegetação. Segundo Demattê (2004), o equilíbrio de cores traz uma sensação agradável, e pode produzir uma impressão de proximidade ou distanciamento. Assim, as cores exercem diferentes efeitos sobre as pessoas. Continuando, Demattê (op. cit.) escreve que o verde simboliza a esperança, a saúde, o equilíbrio. É calmante e repousante. Está associado ainda à sensação de frescor, contato com a natureza, paz e serenidade.

Logo, o sentimento topofilico pelo parque, os simbolismos e os valores atribuídos, estão intimamente relacionados com o discurso social que se manifesta a

partir do século XVIII, quando, segundo Keith Thomas, as novas sensibilidades, entendidas como uma mudança cultural da civilização ocidental, surgem como parte de um ideário social coletivo de busca por uma vida melhor nas cidades. Desloca-se o foco de uma natureza selvagem, para a ideia romântica de uma natureza boa e bela, que existe para ser contemplada. Como as artes, apenas senhores letrados da época tinham a sensibilidade para apreciar a natureza. Tal pensamento, disseminado, orienta as escolhas, satisfações, apreço, significados e valores atribuídos à natureza presente nas cidades.

5.3. PERCEPÇÃO E ATITUDES AMBIENTAIS DOS FREQUENTADORES EM RELAÇÃO AO PARQUE MARIANO PROCÓPIO

A percepção é uma atividade para o mundo. Assim, reconhecemos com maior facilidade elementos do meio ambiente que estão inseridos na cultura. A percepção é orientada por valores que desenvolvem diferentes tipos de experiência com o ambiente.

Logo, opções e escolhas que fazemos em nossa vida estão ligadas à nossa experiência de mundo. Segundo Tuan (1980), à medida que sociedade e cultura se modificam com o tempo, podem mudar a atitude com o ambiente ou até invertê-la. A atitude representa uma longa sucessão de percepções, ou seja, experiência. Ela é a postura do indivíduo frente ao mundo.

Entendendo que a atitude do indivíduo reflete a percepção que ele tem do seu mundo, procuramos neste sub-capítulo compreender as atitudes e percepções dos sujeitos entrevistados com relação ao Parque Mariano Procópio.

Dessa forma, os sujeitos foram indagados com relação à reforma do parque. Procuramos saber se o sujeito conhecia o parque antes da reforma e o que acha do parque atualmente, após a reforma.

Dos sujeitos entrevistados, apenas um não conhecia o parque antes da reforma. Mas se mostrou satisfeito com o parque atualmente. Os demais conheciam o parque antes da reforma e fizeram seus relatos, descritos a seguir:

“Sim, acho que melhorou bastante, só que tinha mais animais, os jabutis, araras do lado de lá, tinha mais micos.” (Vitória, 23 anos).

“Conheci. Acho agradável. Acho que tirou os bichinhos, tinha aves, tartaruga. Acho uma coisa ruim porque eu gostava. Porque acho que melhorou a circulação, o espaço para caminhar, voltou os pedalinhos. Acho que melhorou a infraestrutura tem lanchonete, banheiro. Acho que melhorou a segurança também.” (Lourdes, 25 anos).

“Sim. Acho que melhorou bastante. Poderia melhorar se lá em cima estivesse restaurado.” (Cláudia, 64 anos).

“Sim. Era bonito, mas hoje tá melhor. Mas antes a gente tinha mais animais, agora nada. Mico tinha muito. A parte dos animais tá vazia, tinha tartaruga, tucano, pavão, hoje não tem! Acho que foi uma parte destruída, não ter os animais, ficou um parque

vazio. Ali tinha antigamente, mas hoje não tem mais. A charretinha que a gente podia passear, puxado por aqueles pôneis. Na minha época tinha pônei para tirar foto das crianças. Não tem nada disso, mais de modo geral melhorou. Teve a melhora de ficar com a aparência mais bonita. Mas os dois juntos seria melhor na minha opinião.” (Maria, 48 anos).

“Sim. Muito, muito desde criança. A gente ia lá pegar café. Tá muito bom, inclusive tem mais iluminação até a noite.” (Joana, 76 anos).

A oportunidade de andar de pedalinho pelo lago também representa um atrativo do parque, visto que os outros parques da cidade não oferecem essa atividade. Os pedalinhos do parque podem ser visualizados na Figura 22 a seguir.

É de comum acordo nas falas manifestadas pelos sujeitos que, com a reforma, houve melhoras no parque. Entretanto, mesmo apontando a presença dos animais como uma das qualidades do parque, os sujeitos, quando levados a comparar o parque antes e depois da reforma, manifestaram que o parque tinha anteriormente mais animais. E o fato de haver menos animais aparece como uma exceção tímida à afirmativa de que o parque melhorou.



Figura 22: Ancoradouro e o pedalinho com cisne, o símbolo do parque
Autor: COSTA, R. G. S., setembro de 2010

Um dos motivos do lamento em relação aos animais é que onde se encontram os jardins simétricos hoje (Figura 23), que foram recuperados com a reforma, localizava-se um pequeno zoológico com cágados e aves. Entretanto, um jardim histórico não pode comportar um zoológico. Segundo a Carta de Florença, o jardim deve manter suas características originais. E, na sua formação original, o jardim do Parque Mariano Procópio não tinha um zoológico.



Figura 23: Jardins simétricos, Parque mariano Procópio
Autor: COSTA, R. G. S., setembro de 2010

Um ponto frisado em relação ao parque relatado nas visitas com levantamento de informações, seja formal, a partir dos sujeitos entrevistados, ou informais através de conversas, foi o fato de o restante do parque e museu ainda não terem sido restaurados. Apresenta-se uma grande ansiedade por parte dos frequentadores para que isso ocorra.

Ao serem indagados quanto à existência de problemas no parque, todos foram unânimes em iniciar suas respostas com um “não”. Apesar de apontarem a falta de animais que existiam anteriormente à reforma, nenhum dos sujeitos entrevistados visualizou isso como um problema para o parque.

Outra questão que julgamos importante foi quanto à opinião com relação à importância do parque. Indagamos apenas sobre a importância, sem especificar com relação a quem ou a quê, deixando o sujeito livre para responder da maneira que julgasse conveniente. As repostas apresentadas foram:

“É muito importante! Você vê esse parque, faz parte do museu, que não sei o lugar que ocupa no Brasil. Não, só isso...” (Joana, 76 anos).

“Um ponto de diversão para todos principalmente no fim de semana. Descanso, lazer. Um tipo de distração, relaxar.” (Maria, 48 anos).

“Além da paz, tranquilidade, acho que uma forma de interagir, é um ambiente que favorece muitas coisas. Importante para a cidade. Interagir com outras pessoas, novas formas de se relacionar.” (Júlia, 33 anos).

“Porque faz parte da minha história, desde criança eu frequento o museu. Hoje de certa forma é uma fuga, onde posso ver árvores, ainda pode ter esse contato para relaxar. Acho que contrapõe um pouco ao urbano cheio de poluição de todos os tipos, visual, sonora. Também com relação aos meus sobrinhos as crianças acabam ficando sem opção, só shopping, vídeo-game.... aqui tem a opção de correr, de ser criança como a gente era antigamente.” (Lourdes, 25 anos).

“Acho que é importante para as pessoas, devia preservar para as pessoas que trabalham com trabalho pesado, muito stress. Para discutir a relação.” (João, 25 anos).

“Vida. Aqui eu acho que traz vida, venho respirar ar puro. Uma área de lazer muito boa. Você esquece um pouco os compromissos, momento que desliga um pouco dos compromissos.” (Rosa, 51 anos).

Difícilmente encontraríamos falas que dissessem não ser importante o parque. Mas o que nos interessa são os motivos pessoais que estão ligados ao discurso predominante entre as falas. Ainda que faça parte de um consenso social, cada indivíduo reinterpreta constantemente as informações que chegam até ele adaptando-as à sua realidade, à sua experiência de mundo.

As especificidades de cada fala revelam a fuga do modo de vida na cidade. Essa fuga fica clara enquanto valor predominante que orienta a importância que o parque tem para o indivíduo. Podemos verificar essa posição na manifestação da busca de uma vida plena, da nostalgia por um modo de vida que já foi diferente do atual, da possibilidade de relação e contato social que vêm sendo perdidos no mundo atual.

A intenção de conhecer quais elementos não podem faltar a um parque parte da dificuldade de se trabalhar tanto com o conceito de área verde, como de suas categorias, e entre elas o parque. E esses elementos precisam ser considerados quando do planejamento desses espaços.

Dessa forma, os sujeitos entrevistados apontaram alguns elementos que podem ser destacados. Esses elementos são apresentados segundo a ordem em que foram citados. Pois consideramos que aqueles que aparecem primeiro à mente do sujeito representam os elementos mais importantes para o sujeito. As falas dos sujeitos são apresentadas a seguir:

“É verde, água, pessoas, crianças. Acho que o parque inspira. Você vê as crianças lembra dos filhos brincando. Infraestrutura e segurança.” (Rosa, 51 anos).

“Segurança, parquinho, coisas de higiene e o lazer para os meninos. É um descanso, é um esporte.” (João, 20 anos).

“Tem que ter lugar para as pessoas passear, sentar, se acomodar, área verde, sanitário. Isso é essencial e pessoas que cuidem desse parque. Um fácil acesso, que toda a população possa utilizar.” (Vitória, 23 anos).

“Área Verde. Ser um lugar arborizado. Importante ter banheiro num parque. Espaço, no sentido de área mesmo de amplo. Outras atividades. Ter opção de outras atividades como quadras.” (Lourdes, 25 anos).

“Eu acho que é diversão para as crianças, pipoca, tem o parquinho lá, antes não tinha.” (Cláudia, 64 anos).

“Tem que ter água, expressa muita coisa, fonte de vida, relaxar, é um demonstrativo da vida, para os animais, para o verde.” (Júlia, 33 anos).

“A diversão, os brinquedinhos para as crianças. Não pode faltar árvores de forma alguma. Para nois descansar de baixo da sombrinha dela.” (Maria, 48 anos).

Dois elementos podem ser destacados nas falas dos sujeitos entrevistados como sendo elementos imprescindíveis em um parque. A vegetação e a possibilidade de recreação. O “verde”, a “área verde” ou “árvore” representam marcas nas falas desses sujeitos, que buscam “diversão” junto aos elementos da natureza, à vegetação, em especial. Essa “diversão” só pode ser atendida com a presença de uma infraestrutura e condições uso.

Outros elementos que já apresentamos em momentos diferenciados deste trabalho foram destacados pelos sujeitos como: “segurança”, “parquinho”, “água”, “animais” e “acessibilidade”.

Ao serem indagados quanto à importância e o que deve ter em um parque, os sujeitos apresentaram em suas falas marcas de um discurso que está relacionado com as funções que devem ser desenvolvidas por uma área verde como o Parque Mariano Procópio, a saber: lazer, estética, ecológica e social.

Essas funções devem estar associadas a uma infraestrutura que permita o desenvolvimento de atividades recreativas e atenda às necessidades básicas de contato com os elementos da natureza. O parque apresenta, assim, uma opção de lazer diferenciado daqueles que a cidade e a modernidade oferecem, como shoppings, vídeo-games etc.

Não coincidentemente, o que os sujeitos apontaram como melhoras no parque referem-se àquilo que mencionaram como elementos que não podem faltar a um parque. Pois, quando indagados se o parque melhorou com a reforma,

prontamente buscam as informações de suas experiências, mesmo que não se deem conta disso, tendo como parâmetro de comparação aquilo que eles procuram encontrar em um parque, e, por isso, entendem fazer parte de um parque.

Dessa maneira, a atitude em relação ao parque reflete o momento histórico vivenciado, configurado por diferentes experiências de paisagem. A postura dos sujeitos em relação ao Parque Mariano Procópio é o reflexo de valores subjetivos verificados nas falas e marcas dos discursos dos sujeitos.

CAPÍTULO 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do trabalho desenvolvido, podemos verificar que os sujeitos entrevistados apresentam uma íntima relação com o Parque Mariano Procópio. Essa relação se manifesta em dois níveis distintos: um, à nível do próprio sujeito e de sua experiência de vida; outro, à nível do discurso apropriado socialmente e do qual o sujeito é parte, avaliando e reinterpretando segundo suas experiências.

Essa relação com o parque manifesta-se na satisfação das necessidades do sujeito, onde o parque, com toda a sua infraestrutura e presença do jardim, satisfaz os valores e simbolismos que são desejados pelos sujeitos, mas coletivamente criados e reproduzidos historicamente.

O discurso que é coletivo manifesta-se sobre uma “ideologia verde”, socialmente cultuada e reproduzida. Contudo, essa maneira de perceber o ambiente natural inaugurada no século XVIII se manifesta sob um discurso coletivamente naturalista. Trata-se de uma imagem que pensa a natureza em oposição ao homem, ao urbano, à cidade e, portanto, separada do homem.

Uma visão idealizada e romantizada que tem relação direta com a forma de perceber a natureza na cidade. Essas representações contidas no imaginário coletivo são utilizadas de diferentes maneiras, estimulando desejos que são

apropriados pelo mercado. Assim, a manutenção de poucas áreas como o Parque Mariano Procópio agrega ao uso do parque e ao entorno grande *status*.

O Parque Mariano Procópio, contudo, sofreu uma grande transformação. O parque, que antes da reforma sofria com todos os problemas comuns a espaços livres públicos nas cidades, passou a ser valorizado e receber mais visitantes. E essa transformação está associada ao envolvimento e cuidados do órgão público responsável com a manutenção do parque.

A manutenção constante dos aspectos paisagísticos do parque, a presença de infraestrutura permitindo condições de uso e a presença de seguranças trouxeram uma nova relação dos frequentadores com parque. Como um símbolo da natureza na cidade, o parque permite a satisfação dos valores construídos pelo imaginário coletivo.

Dessa maneira, entendemos que, para os estudos das áreas verdes, entendida no presente trabalho como constituída por um sistema de espaços livres públicos como parques, jardins (interesse da presente pesquisa) e praças arborizadas, é preciso considerar dois aspectos indispensáveis para o sucesso do planejamento, implantação e manejo desses espaços no meio urbano: o objetivo e o subjetivo.

Esses dois aspectos tratados de forma concomitante pelos planejadores e responsáveis pelas áreas, permite uma visão integrada da realidade que valoriza a experiência humana em toda a sua complexidade. A Figura 24, apresenta essa orientação.

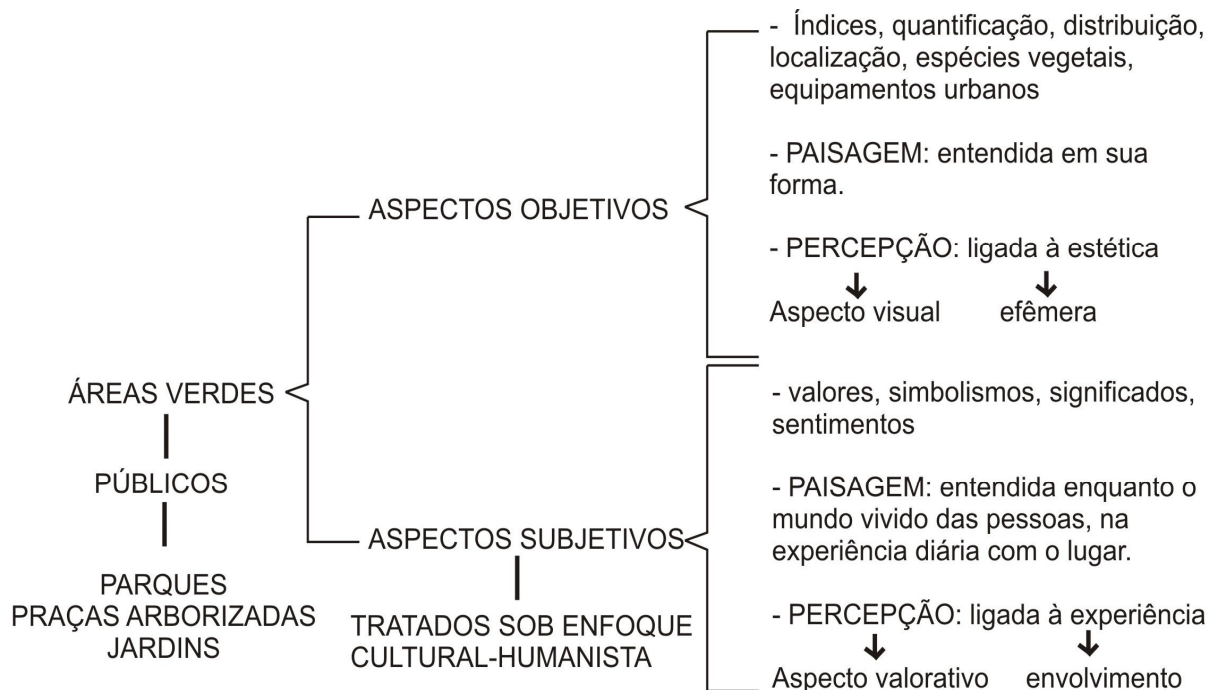


Figura 24: As Áreas Verdes tratadas sob o aspecto Objetivo e Subjetivo.

Autor.: COSTA, Renata G. S., julho de 2010

A investigação dos aspetos subjetivos do Parque Mariano Procópio permitiu conhecer valores, significados e sentimentos em relação ao parque que representam a maneira de perceber o mundo para cada indivíduo. Esses aspectos mostram elementos que não podem ser quantificados ou valorados, que não se refletem no número de espaços verdes construídos, que não aparecem em índices, mas que podem agregar importantes informações para o planejamento e manutenção de espaços como esse nas cidades.

O espaço, objeto de investigação da geografia, não é constituído apenas pela materialidade, por aquilo que podemos ver e tocar. As transformações do espaço transcendem o visível, estão repletos de aspectos subjetivos como imagens, reminiscências, simbolismo, sentimentos. É a partir dessas transformações no espaço que as paisagens que conhecemos vão sendo moldadas.

Ora, a modernidade traz consigo uma série de mudanças na forma de pensar das pessoas, instituídas nas diferentes esferas da sociedade bem como nas ciências e seus métodos. Essa mudança é marcada pela compreensão de que a humanidade constitui uma ação modeladora das paisagens atuais. E que essa ação materializada na paisagem tem por traz um impulso subjetivo orientado por vontades, valores, percepções, maneiras de pensar.

Essa dimensão subjetiva precisa e pode ser materializada em projetos de planejamento, implantação e manejo de áreas verdes públicas. Essa maneira de considerar os aspectos subjetivos da experiência humana pode partir não apenas da aplicação de entrevista e estudos sistematizados, mas de programas de ação baseados num princípio participativo, no qual a comunidade frequentadora desses espaços pode atuar como parte importante e necessária nesse processo. Essa ação participativa permite concomitantemente estabelecer laços topofílicos, na medida em que as pessoas são envolvidas e se sentem envolvidas a ponto de apresentarem-se como sujeitos desse processo.

Nesse processo, é importante atentarmos para o papel desenvolvido pela educação ambiental. Não uma educação de conscientização ou reconhecimento do mundo natural, mas, sim, uma educação para o ambiente. Uma educação que permita conhecer que existem outras maneiras de ser e existir no mundo. No qual o mundo natural não seja percebido como algo externo à vida humana, mas como parte integrante de sua vida e sua sobrevivência.

O envolvimento dos sujeitos com as áreas verdes contribui diretamente para a manutenção desses espaços evitando que os equipamentos urbanos sejam destruídos, ou que o espaço seja utilizado para outro fim alheio àquele de lazer/

recreação/contemplação, atuando como fiscais “voluntários” e auxiliando na redução dos gastos públicos com reparações.

Entretanto, trabalhar com os aspetos subjetivos da experiência humana com o espaço exige do planejador caminhar por um viés teórico-metodológico não muito fácil de ser utilizado, e com uma grande riqueza epistemológica. Assim, a pesquisa qualitativa traz consigo não apenas uma maneira de interpretar a realidade como acreditam os positivistas, mas uma pluralidade de informações que precisam ser compreendidas e (re)interpretadas.

Estamos tão habituados com a forma exageradamente racional e com os caminhos teórico-metodológicos únicos instituídos pelos positivistas que se torna difícil trocar as lentes para enxergar outras realidades.

Entendemos que o princípio do humanismo presente na corrente Humanista da geografia apresenta-se como uma maneira de superar os desafios em incorporar os fundamentos epistemológicos e aplicação de procedimentos metodológicos na abordagem qualitativa. Pois essa corrente de pensamento, no âmbito da geografia, permite reconhecer o mundo sob diferentes ângulos e construir outra lógica, que não a da ordem econômica, utilitarista ou naturalista no planejamento dos espaços públicos nas cidades.

Pensado sob esse prisma, o planejamento passa a abarcar mais que dados apenas quantitativos de infraestrutura e distribuição. A eles, são adicionados outros, que vão ao encontro do mundo vivido das pessoas em suas experiências íntimas com o lugar. Abordando o envolvimento e os valores atribuídos a esses espaços.

Esse processo nos incita a levantar algumas questões como: Qual a importância que se dará, nas próximas décadas, aos parques, jardins e praças? Quais atitudes se estabelecerão nesses espaços? Que imagem coletiva teremos da

natureza na cidade? Muitos podem ser os questionamentos. Yi-Fu Tuan lembra-nos que nossa atitude para com o meio ambiente pode modificar-se profundamente ou até inverter-se.

Mas podemos afirmar que as respostas aquelas perguntas estão sendo construídas no momento presente. E é importante pensarmos com quais mudanças queremos nos deparar nas próximas décadas. Por agora, a investigação qualitativa dos aspectos subjetivos que os sujeitos estabelecem com os espaços livres pode ser ampliada e aplicada a outras realidades, que como esta pesquisa acerca do Parque Mariano Procópio em Juiz de Fora, poderão revelar outras ou iguais relações, que podem e devem ser conhecidas e consideradas na manutenção e criação desses espaços.

CAPÍTULO 7 - REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P. A **Percepção da Paisagem Urbana de Santa Maria/RS e os sentimentos de Topofilia e Topofobia de seus moradores**. (Dissertação de Mestrado). UFSM: Santa Maria, RS, 2007.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. P.129-188.

AMORIM FILHO, O. B. Topofilia, Topofobia e Topocídio em Minas Gerais. In: DEL' RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia (org.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Carlos: UFSCar, 1996. p. 139-152.

_____. A evolução do Pensamento Geográfico e a Fenomenologia. **Sociedade e Natureza**. Uberlândia. v.11 n.21-22, p. 67-87, jan/dez, 1999.

BLEY, L. Os Estudos de Percepção em Geografia na UFPR. In: BLEY, L. (Org.) **Percepção em Geografia**. Curitiba: UFPR, 1995. Caderno 2. p.2-8.

_____. Morretes: Um estudo de Paisagem Valorizada. In: DEL' RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia (org.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Carlos: UFSCar, 1996. p. 121-138.

BUTTNER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CRISTTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982, p. 165-194.

CAMARGO, Luiz O. L. O que é Lazer. São Paulo: Brasiliense, 2ª Ed, 1989, p.100.

CARVALHO, Cristina M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2008. 256 p.

CAREGNATO, Rita Catalina A.; MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm.** Florianópolis. 15 (4), p. 679-684, out/dez, 2006.

CARLOS, A. F. A. Dinâmicas urbanas na metrópole de São Paulo. In: Lemos, A. I. G; Arroyo, M; Silveira, M. L. . (Org.). **América latina: cidade, campo e turismo.** 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, 2006, v. 2, p. 75-88.

CASTELLO, Lineu. A percepção em Análises Ambientais: O Projeto MAB/UNESCO em Porto Alegre. In: DEL' RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia (org.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira.** São Carlos: UFSCar, 1996. p. 23-37.

CAVALHEIRO, F. *et al.* Proposição de Terminologia para o Verde Urbano. **Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana.** SBAU: Ano VII, nº3 – jul/ago/set de 1999. Rio de Janeiro, RJ, 1999.

CHAUI, Marilena. **Cidadania Cultural:** o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2006. 148p.

COBRA, Rubem Queiroz. **Fenomenologia. Filotemas.** Brasília, revisado em 2005. Disponível em <<http://www.cobra.pages.nom.br>>. Acesso em 2 jan. 2008.

COLESANTI, M. T. M. **Por uma educação ambiental: o parque do sabiá, em Uberlândia, MG.** Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Rio Claro: IGCE/UNESP. 1994, 160p.

_____. Perspectiva Humanista: o resgate do lugar pela geografia no Brasil. In: **Colóquio Brasileiro do Pensamento Geográfico**, I, 2009, Uberlândia, p. 1-15.

_____.; MARQUES, D. V. Uma Proposta de educação ambiental para o Bosque John Kennedy – Araguari. In: SEMANA DE GEOGRAFIA, XI, 1999, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: EDUFU, 1999. v.1. p.58-58.

_____.; SILVEIRA, Rosana A. M. A Paisagem Urbana sob o Enfoque da Percepção: um estudo dos córregos Pito Aceso e Óleo - Uberlândia/MG. **OLAM-Ciência e Tecnologia**, Rio Claro, v 1, n.2, p.263-276, 2001.

_____. RODRIGUES, Gelze S. S. C. Educação para o meio ambiente e Geografia. In: SANTOS, D. G.; NUCCI, J. C. **Paisagens Geográficas: um tributo a Felisberto Cavalheiro**. Campo Mourão: Editora da FECILCAM, 2009. p. 164-169.

COSGOVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, Tempo e Cultura**. 2.ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. 124p.

COSTA, Carina M. **Uma Casa e seus Segredos**: a formação de olhares sobre o Museu Mariano Procópio. 2005. 78f. Dissertação (Mestrado em História) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005.

COSTA, Renata G. S.; FERREIRA, Cássia, C. M. Aplicação do Índice de Áreas Verdes na Cidade de Juiz de Fora, MG. In: Encontro Nacional da Anpege, VIII, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2009. 1CD-ROM, p. 1-15.

COSTA, Renata G. S.; FERREIRA, Cássia, C. M. Análise do Índice de Áreas Verdes (IAV) na Área Central da Cidade de Juiz de Fora, MG. **REVSBAU**, Piracicaba, v.4, n.1, p.39-57, 2009a.

DARTIGUES, André. **O que é a Fenomenologia?**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973. p.161.

DEL PICCHIA, Paulo C. D. Histórico do ordenamento da Paisagem. In: SANTOS, D. G.; NUCCI, J. C. (Orgs.) **Paisagens Geográficas: um tributo a Felisberto Cavalheiro**. Campo Mourão: Editora da FECILCAM, 2009. p. 12-49.

DELPHIM, Carlos, F. M. O Parque Mariano Procópio. **Revista Leituras Paisagísticas**: teoria e Praxis/ Glaziou. UFRJ (Rio de Janeiro), Vol 2, p. 112-133, 2007.

DEMATTE, Maria Esmeralda S. P. Criando e Recriando Paisagens: novos olhares, novas experiências. **OLAM – Ciência e Tecnologia**. Rio Claro/SP, Vol 4, Nº 1, p. 27-44, 2004.

ENTRIKIN, J. N. O Humanismo contemporâneo em Geografia. **Boletim de Geografia Teórica**. Rio Claro, 10(9), 1980.

FILHO, José A. L. *et. al.* Paisagismo: elementos de composição e estética. Viçosa-MG: Aprenda Fácil, 2002.

FUNALFA. Dados consultados disponíveis em < <http://www.funalfa.art.br>>. Acesso em 29 de jul de 2010. 174p.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL, Antônio C. Entrevista. In: _____. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 117-126.

GOMES, Paulo C. C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 368.p.

GOMES, Marcos A. S.; SOARES, Beatriz R. A Vegetação nos Centros Urbanos: considerações sobre os espaços verdes em cidades médias brasileiras. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 1(1), p. 19-29, Junho, 2003.

GOUVEIA, Valdiney V. et al. A estrutura e o conteúdo universal dos valores humanos: análise fatorial confirmatória da tipologia de Schwartz. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 6, n.2, p. 133 -142, 2001.

_____. A natureza motivacional dos valores humanos: evidências acerca de uma nova tipologia. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 8, n.3, p. 431- 443, 2003.

GUZZO, P.; CAVALHEIRO, F. Índices de Espaços Livres de Uso Público e de Cobertura Vegetal em dois Setores Urbanos da Cidade de Ribeirão Preto/SP. In: V Congresso Brasileiro de Arborização Urbana, 2000. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ, 2000.

HEEMANN, Ademar; HEEMANN, Nara. Natureza e Percepção de Valores. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 7, jan./jun., p. 109-112, 2003.

HEIMSTRA, Normam W, McFALING, Leslie. H.. **Psicologia Ambiental**. São Paulo: EPU: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978. 379p.

HENKE – OLIVEIRA, C. **Planejamento ambiental na Cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes: diagnósticos e propostas**. 1996. Dissertação (Mestrado). São Carlos, SP, UFSCar, 1996.

HOLZER, Werther. **A Geografia Humanista – sua trajetória de 1950 a 1990**. 1992.550 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Geociências, UFRJ/Rio de Janeiro, 1992.

_____. A geografia Humanista: uma revisão. **Espaço e Cultura**. UERJ (Rio de Janeiro). Edição Comemorativa, p. 137 – 147, 1993-2008.

_____. A geografia cultural e a História: uma leitura a partir da obra de David Lowenthal. **Espaço e Cultura**. UERJ (Rio de Janeiro). n. 219-20, p. 23-32, jan/dez,2005.

_____. A Geografia Fenomenológica de Eric Dardel. In:ROSENDAHL, Z. CORRÊA, R. L. (Org.) **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 103-122.

_____. A Geografia Humanista no Brasil: apontamentos para uma epistemologia. In: **Colóquio Brasileiro do Pensamento Geográfico**, I, 2009, Uberlândia, p. 1-15.

IPHAN. **Carta de Florença**: Jardins Históricos, 1982.

JUNQUEIRA, Eulália. A arte industrial no século XIX: das Fonderies Du Val'Osne aos jardins de Glaziou. **Revista Leituras Paisagísticas**: teoria e Praxis/ Glaziou. UFRJ (Rio de Janeiro), Vol 2, p. 186-211, 2007.

KLIASS, Rosa Grena. **Parques Urbanos de São Paulo e sua Evolução na Cidade**. São Paulo: PINI, 1993.

LOWENTHAL, D. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In: CRISTTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982, p. 103-141.

LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 1998. 236.p.

MACHADO, L. M. C. P.. Paisagem Valorizada: a serra do mar como espaço e como lugar. In: DEL' RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia (Org.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Carlos: UFSCar, 1996. p. 97-119.

MAZZEI, K. ; SANTOS, D. G. ; COLESANTI, M. T. M. . Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer. **Sociedade & Natureza**, v. 19, p. 30-45, 2007.

MELLO, João B. F. de. Valores em Geografia e o Dinamismo do Mundo Vivido na obra de Anne Buttimer. **Espaço e Cultura**. UERJ (Rio de Janeiro). n. 19-20, p. 33 – 40, jan/dez, 2005.

_____. Descortinando e (Re)pensando categorias espaciais com base na obra de Yi-Fu Tuan. In:ROSENDAHL, Z. CORRÊA, R. L. (Org.) **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 87-102.

NEHM, Valéria G. F. **Os Laços Topo-Biofílicos que Transformam Espaços em Lugares para Servidores e Estudantes da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia (MG):** Abordagem Perceptiva em Geografia. 236f. Tese (Doutorado em Geografia e Ensino) – Instituto de Geografia, UFU/Uberlândia, 2008.

NUCCI, João C. Planejamento dos espaços livres localizados nas zonas urbanas. In: SANTOS, D. G.; NUCCI, J. C. (Orgs.) **Paisagens Geográficas: um tributo a Felisberto Cavalheiro**. Campo Mourão: Editora da FECILCAM, 2009. p. 78-102.

OLIVEIRA, Livia de. Humanismo na Geografia: a contribuição brasileira. In: **Colóquio Brasileiro do Pensamento Geográfico**, I, 2009, Uberlândia, p. 1-15.

_____. Percepção ambiental. In: SANTOS, D. G.; NUCCI, J. C. **Paisagens Geográficas: um tributo a Felisberto Cavalheiro**. Campo Mourão: Editora da FECILCAM, 2009. p. 153-163.

OKAMOTO, Jun. **Percepção Ambiental e comportamento: visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002. 261p.

PESSÔA, Vera L. S. **Fundamentos de Metodologia Científica para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos: material para fins didáticos**. Uberlândia, 2007.

RELPH, E. As bases fenomenológicas da geografia. In: **Geografia**. Rio Claro, V. 4(7) abril, 1979, p. 1-25.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Lei Nº 9985/00** - de 18 de julho de 2000.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Decreto Nº 2861/83** - de 19 de janeiro de 1983.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Decreto Nº 2733/82** - de 05 de junho de 1982.

ROSA, Maria V. F. P. C.; ARNOLDI, Marlene A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: mecanismos de validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 107p.

SALDANHA, Nelson. **O Jardim e a Praça**. São Paulo: EDUSP, 1993. 120p.

SEGAWA, Hugo. **Ao Amor do Público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996. 255p.

SBAU. Sociedade Brasileira de Arborização Urbana. Carta a Londrina e Ibiporã. **Boletim Informativo**. v.3, n.5, 1996. p. 3.

SIQUEIRA, Euler D. de. et. al. Turismo, Cultura e Lazer: Significado e usos sociais do Parque do Museu Mariano Procópio. **Contemporânea**, UERJ (Rio de Janeiro), v. 2, n.7. p.75-89. 2006.

TERRA, Carlos. Sobre tecnologia e jardinagem: discursos, instrumentais e métodos na construção da paisagem. **Revista Leituras Paisagísticas**: teoria e Praxis/ Glaziov. UFRJ (Rio de Janeiro), Vol 2, p. 26-45, 2007.

THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500 – 1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 454p.

TRIVIÑOS, A. N. S. Pesquisa qualitativa. In: _____. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Y. F. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL. 1980.

_____. Geografia Humanística. In: CRISTTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982, p. 143 - 163.

_____. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Trad. Livia de

Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

TURATO, E. R. Decidindo quais indivíduos estudar. In: _____. **Tratado da Metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 351-368.

VARGAS, Icléia A.; HEEMANN, Ademar. Sentir o “Paraíso” no Pantanal: reflexões sobre percepção e valoração ambientais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 7, jan./jun., p. 131-143, 2003.

WHYTE, A. **La perception de l'environnement: lignes directrices méthodologiques pour les études sur le terrain**. Paris: UNESCO, 1978. 134 p.

ANEXOS

Anexo 1

MODELO DO ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. O perfil dos entrevistados do Parque

Data da aplicação: ____/____/2010

Identificação do sujeito (apenas a primeira letra, ou pseudônimo): _____

Idade: _____

Sexo: () Feminino () masculino

Bairro onde mora: _____

2. A Importância do Parque no Cotidiano de seus Frequentadores: Valores, Simbolismos e manifestações toponímicas e a Percepção dos Frequentadores em Relação ao Parque Mariano Procópio

A – MOTIVAÇÕES E USO DO PARQUE

- 1- Com que frequência você vem ao Parque?
- 2- Quanto tempo costuma ficar no Parque?
- 3- Qual o horário de sua preferência para vir ao Parque?
- 4- Para que você vem ao Parque?
- 5- Por que neste Parque e não em outro?

B – VALOR, MANIFESTAÇÕES TOPOFÍLICAS E SIMBOLISMOS

- 6- O que sente quando está aqui?
- 7- Outros lugares lhe proporcionam o mesmo sentimento? Qual?
- 8- O que você mais gosta e o que menos gosta no Parque?
- 9- Como você descreveria o Parque?

C - ATITUDES AMBIENTAIS

- 10-Conhecia o Parque antes da reforma? O que acha do Parque agora?
- 11-Existe algum problema no Parque? Qual (is)?
- 12-Em sua opinião, qual é a importância deste Parque?
- 13-Para você, o que não pode faltar num Parque?

Anexo 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PRO-REITORIA DE PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP/UFJF
36036900- JUIZ DE FORA - MG – BRASIL

Parecer nº 203/2010

Protocolo CEP-UFJF: 2121.181.2010 **FR:** 349867 **CAAE:** 0134.0.180.000-10

Projeto de Pesquisa: Valores, atitudes e simbolismos: estudo da percepção dos freqüentadores do Parque Mariano Procópio em Juiz de Fora, MG

Pesquisador Responsável: Marlene Teresinha de Muno Colesanti

Pesquisadores Participantes: Renata Geniany da Silva Costa

Instituição: ICH/Universidade Federal de Uberlândia

Sumário/comentários

O CEP analisou o Protocolo 2121.181.2010, Grupo III e considerou que:

- O estudo em tela se justificava ao propor estudar a relação que freqüentadores e visitantes estabelecem com o Parque Mariano Procópio em Juiz de Fora/MG

- Objetivos:

Compreender a relação que freqüentadores e visitantes estabelecem com o Parque Mariano Procópio, a partir de um estudo da percepção de seus usuários;

Identificar quais motivações que levam as pessoas a freqüentarem espaços livres;

Identificar quais valores vinculados ao uso do parque pelos freqüentadores;

Compreender a percepção e atitudes ambientais dos freqüentadores em relação ao parque.

- A pesquisadora em seu estudo irá adotar por metodologia três etapas: observação de campo, entrevista e tratamento e análise das informações.

- Revisão e referências bibliográficas: de acordo, sustentam os objetivos do estudo.

- Características da população: 20 sujeitos no centro e no total, com idade superior a 18 anos.

- Critérios de participação: Os sujeitos da pesquisa deverão ser recrutados entre os freqüentadores do Parque Mariano Procópio, com idade superior a 18 anos e que concordem em participar do estudo, através da assinatura do TCLE.

- Orçamento: no valor de R\$ 114,38, deverá ser custeado pela pesquisadora.

- Instrumento de coleta de dados: para obtenção dos dados da pesquisa a pesquisadora irá entrevistar 20 sujeitos, freqüentadores do Parque Mariano Procópio. O roteiro da entrevista inserido no projeto não apresenta questões que leve constrangimento para o sujeito, estando pertinente com os objetivos propostos.

- Cronograma: de acordo início da pesquisa agosto/2010, término da pesquisa fevereiro/2011.

- Benefícios esperados com a pesquisa: o principal resultado esperado com a pesquisa é conhecer o envolvimento e relação que os sujeitos entrevistados estabelecem com o parque e seus aspectos paisagísticos. Permitindo conhecer elementos subjetivos da consciência humana com relação ao ambiente, que possam orientar nas decisões para a conservação e manejo eficiente do parque em questão, bem como, possam servir de referência para o planejamento de novos espaços livres e adequação dos já existentes.

- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE: está em linguagem adequada, clara para compreensão do sujeito, descrição suficiente dos procedimentos, explicitação das possibilidades de riscos e ressarcimento de despesas, indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, informa ao sujeito como fazer contato com o pesquisador e com o CEP/UFJF.

- Qualificação da pesquisadora: de acordo, possui titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa.

- Salientamos que o pesquisador deverá encaminhar a este comitê o relatório final da pesquisa.

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 196/96, manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

Situação: Projeto Aprovado

Juiz de Fora, 16 de setembro de 2010

Prof. Dra. Iêda Maria Ávila Vargas Dias

Prof. Dra. Iêda Maria Ávila Vargas Dias
Coordenadora – CEP/UFJF

RECEBI

DATA: ____/____/ 2010

ASS: _____

Anexo 3

MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “VALORES, ATITUDES E SIMBOLISMOS: ESTUDO DA PERCEPÇÃO DOS FREQUENTADORES DO PARQUE MARIANO PROCÓPIO EM JUIZ DE FORA, MG” sob a responsabilidade da pesquisadora Marlene Teresinha de Munio Colesanti. Neste estudo pretendemos conhecer a relação que os frequentadores e visitantes estabelecem com o Parque Mariano Procópio a partir da percepção, significados e valores que são atribuídos ao parque. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é acreditar que a conservação e manejo de Parques são mais bem orientados quando se conhece a relação das pessoas com o Parque e seus elementos, bem como, suas vontades, desejos e insatisfações.

Para este estudo adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): entrevista aos frequentadores e visitantes que se encontram no interior do Parque que desejarem participar. A entrevista será realizada por uma das pesquisadoras com o auxílio de um roteiro com as perguntas a serem feitas, que serão anotadas pela própria pesquisadora utilizando-se de papel e caneta. As anotações feitas pela pesquisadora podem ser observadas pelo entrevistado no momento da entrevista e podem ser modificada caso o entrevistado deseje. A sua contribuição com esta pesquisa é responder com sinceridade as questões colocadas, não havendo nenhuma avaliação de certo ou errado. O importante para esta pesquisa é sua opinião.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento sem nenhum prejuízo para você. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pela pesquisadora. A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Este estudo apresenta risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler, etc. Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade _____, fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, ____ de _____ de 20 ____ .

Assinatura do(a) participante

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

CEP- COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UFJF
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA / CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA UFJF
JUIZ DE FORA (MG) - CEP: 36036-900
FONE: (32) 2102-3788 / E-MAIL: cep.propesq@ufff.edu.br

PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL: MARLENE TERESINHA DE MUNO COLESANTI
ENDEREÇO: INSTITUTO DE GEOGRAFIA – CAMPUS SANTA MÔNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA,
AVENIDA JOÃO NAVES DE ÁVILA, Nº 2121.
UBERLÂNDIA (MG) - CEP: 38400-902
FONE: (34)3239-4169/ E-MAIL: MMUNO@UFU. BR